

**Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"**

**Carlos Henrique dos Santos Ruiz**

**A Revolta que não Houve:**

Adhemar de Barros e a Articulação contra o Golpe Civil-Militar (1964-66)

**Campus de Marília**

**2018**

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

**A Revolta que Não Houve:**

Adhemar de Barros e a Articulação contra o Golpe Civil-Militar (1964-66)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

**Campus de Marília**

**2018**

Ruiz, Carlos Henrique dos Santos.

R934r A revolta que não houve: Adhemar de Barros e a articulação contra o Golpe civil-militar (1964-66) / Carlos Henrique dos Santos Ruiz. – Marília, 2018.  
137 f. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Ribeiro R. da Cunha.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de  
Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 132-137

1. Barros, Adhemar – 1901-1969. 2. Hegemonia. 3.  
Brasil – História – Revolução – 1964. 4. Brasil – Política e  
governo. I. Título.

CDD 322.5

Elaboração: André Sávio Craveiro Bueno  
CRB 8/8211

Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

## **AGRADECIMENTOS**

Aos funcionários da Pós-Graduação da UNSEP de Marília, pela paciência e pela grande ajuda nas questões burocráticas.

Aos funcionários dos Arquivos Públicos do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional e do CPDOC/FGV, pela colaboração, paciência e ajuda nas pesquisas nos documentos.

À CAPES, pelo fornecimento de bolsa de pesquisa, que muito contribuiu no desenvolvimento do projeto.

Ao pessoal do Grupo de Pesquisa “Militares e a Esquerda Militar” pelas nossas discussões, troca de ideais e grande apoio.

Ao Coronel Vicente Sylvestre, pela entrevista concedida e pela grande contribuição no esclarecimento da Revolta.

Ao ex-senador José Luiz Del Roio e ao General Bolívar Meireles, pelas conversas e dicas que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

À professora Célia Costa Cardoso, pela cooperação material, que ajudou tanto na compreensão sobre o ex-governador de São Paulo quanto no esclarecimento da Revolta.

À professora Marina Gusmão de Mendonça, pela participação na banca de qualificação e pelas recomendações que ajudaram na melhoria em geral e agregaram mais consistência ao trabalho.

Aos professores Luiz Claudio Duarte e Sérgio Aguilar, por fazerem parte da banca de dissertação e contribuíram com discussões bastante produtivas e recomendações relevantes para a conclusão do trabalho.

Meus agradecimentos também aos suplentes da banca, os professores Paulo Eduardo Teixeira e Guilherme Bravo.

Aos meus pais, pelo incentivo e confiança que me proporcionaram.

A todos que direta e indiretamente ajudaram na formação da pesquisa, o meu sincero agradecimento.

E principalmente o meu muito obrigado ao meu orientador Paulo Cunha, pelo suporte, paciência e orientação durante toda a pesquisa desde a graduação, dando as devidas sugestões e correções, acompanhando em cada etapa do projeto. Agradeço pela dedicação e orientação não só durante o processo, como também para a minha formação acadêmica e de vida.

## RESUMO

Em 1º de abril de 1964, é derrubado o presidente constitucional da república João Goulart, consolidando o Golpe Civil-Militar, depois de uma Crise de Hegemonia. No entanto, o novo período não foi de tranquilidade política, havendo tanto contestações e tentativas de revolta por grupos de oposição quanto disputas entre os grupos políticos no poder, que ficou polarizado entre os “moderados” e os “duros” para definir qual seria o projeto hegemônico dirigiria o Bloco Histórico. De início, muitos participantes e apoiadores do golpe acreditavam que os militares logo devolveriam o poder aos civis. Mas a prorrogação do mandato do General Castelo Branco e a consequente cassação de expoentes históricos civis que apoiaram o golpe como Juscelino Kubitschek, outras lideranças começaram a perceber que um grupo dos militares procurava se hegemônizar no poder e estava conquistando espaço, com projeto político próprio. O Governador de São Paulo Adhemar de Barros entendeu que seria o próximo político a ser cassado. Face à impopularidade do regime devido à crise econômica, ele se alia a vários grupos políticos descontentes distintos, entre os quais a esquerda nacionalista e ligada ao PCB, e a militares descontentes, como o General Amaury Krueel, entre outros, articulando-se com ele à frente de um contragolpe. No entanto, a revolta não aconteceu, e Adhemar de Barros teve o mandato de governador cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. O objetivo deste trabalho é fazer uma retomada histórica da tentativa de revolta, e ao mesmo tempo uma análise política, tendo como referencial o conceito de Hegemonia e Crise de Hegemonia em Gramsci. Com isso, a pesquisa se propõe a responder: O que foi a Revolta? Quem participou dela? Qual o seu poderio militar? Quais seus objetivos políticos? Teve ramificações em outros estados? Por que ela não ocorreu? Para realizar isso, será discutido na Introdução o referencial teórico e a principal liderança da conspiração Adhemar de Barros. No Capítulo 1, será retomado historicamente o governo João Goulart, tendo como base o conceito de Crise de Hegemonia. No Capítulo 2, será retomado o governo Castelo Branco, tendo como enfoque a disputa hegemônica entre “moderados” e “duros”, além de retomar outras contestações do período. E no Capítulo 3, será discutido e analisado “A Revolta que Não Houve”, tendo como base o referencial teórico. Por fim, nas Considerações Finais, será discutido o resultado obtido na pesquisa.

**Palavras chaves:** Adhemar de Barros. Crise de Hegemonia. Militares. Hegemonia.

Contrarrevolta.

## **ABSTRACT**

On April 1st, 1964, the constitutional president of the republic João Goulart was overthrown, consolidating the Civil-Military Coup, after a Hegemony Crisis. However, the period was not a political one, and there were both contestations and attempts of riots by opposition groups and disputes between political groups in power, which became polarized between "moderados" (the "moderates") and "duros" (the "brash") to define the hegemonic project that would direct the Historical Bloc. Initially, many participants and supporters of the coup believed that the military would soon return the power to civilians. But the extension of the mandate of General Castelo Branco and the consequent annulment of historical civilian exponents who supported the coup as Juscelino Kubitschek, other leaders began to realize that a group of the military sought to hegemonize in power and was gaining space with its own political project. The Governor of the state of São Paulo, Adhemar de Barros, realized that he would be the next politician to be annulled. Faced with the unpopularity of the government due to the economic crisis, Barros joins several distinct disaffected political groups, including the nationalist and PCB-bound left wing, and disgruntled military personnel like General Amaury Krueel, among others, articulating with him the leadership of a counter-coup. However, the uprising did not happen, and Adhemar de Barros had his governor office annulled, and the political rights suspended for ten years. Thus, the present work is intended to draw both a historical recovering of the attempt of riot and a political analysis, taking as reference the concept of Hegemony and Crisis of Hegemony by Gramsci. The research, then, proposes to answer: What was this uprising? Who were the participants? Does it have military power? What are their political goals? Were there ramifications in other states? Why did not it happen? In order to accomplish it, the theoretical framework and the main leadership of the Adhemar de Barros conspiracy will be discussed in the Introduction. In Chapter 1, João Goulart's government is taken up historically, based on the concept of Crisis of Hegemony. In Chapter 2, the Castelo Branco's government is resumed, focusing on the hegemonic dispute between "moderados" and "duros", as well as resuming other contestations of the period. And in Chapter 3, "The Uprising that was Not" is discussed and analyzed, based on the theoretical framework by Gramsci. Finally, in the Final Considerations, the results obtained in the present research are discussed.

**Keywords:** Adhemar de Barros. Hegemony Crisis. Military. Hegemony. Counter-Revolution.

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

**A Revolta que Não Houve:**

Adhemar de Barros e a Articulação contra o Golpe Civil-Militar (1964-66)

BANCA DE MESTRADO

Orientador: \_\_\_\_\_

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, Professor Doutor, Universidade Estadual Paulista –  
UNESP

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Luiz Claudio Duarte, Professor Doutor, Universidade Federal Fluminense – UFF

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Sérgio Luiz Cruz Aguilar, Professor Doutor, Universidade Estadual Paulista – UNESP

Marília, 28 de Agosto de 2018

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-3	Ato Institucional nº 3
AI-4	Ato Institucional nº 4
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EME	Estado Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
GAP	Grupo de Ação Patriótica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ITT	Internacional Telephone & Telegraph
JK	Juscelino Kubistchek
LIDER	Liga Democrática Radical
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PLADI	Plano de Desenvolvimento Integrado
POLOP	Política Operária
POR	Partido Operário Revolucionário
PR	Partido Republicano
PRP	Partido da Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático

PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UItab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
USIS	United States Information Service

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 UM PANORAMA CONFLITUOSO: A CRISE DE HEGEMONIA NO GOVERNO JOÃO GOULART .....	24
1.1 Os limites do governo parlamentarista .....	30
1.2 Retorno ao presidencialismo e Crise de Hegemonia .....	41
1.3 O golpe civil-militar de 1964.....	50
2 A DISPUTA DE PROJETOS HEGEMÔNICOS: MODERADOS X DUROS NO GOVERNO CASTELO BRANCO .....	58
2.1 As diferenças entre “Moderados” e “Duros” .....	62
2.2 A disputa hegemônica durante o governo Castelo Branco .....	64
2.3 A consolidação do projeto dos “Duros” .....	75
2.4 Revoltas e contestações no período .....	82
3 A CAMINHO DA REVOLTA: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSPIRAÇÃO .....	89
3.1 Primeiros indícios de uma articulação .....	91
3.2 Planejamento da uma nova tentativa de Revolta .....	95
3.3 O poderio militar.....	104
3.4 A Revolta em outros estados.....	108
3.5 Objetivos políticos da Revolta .....	113
3.6 A Revolta em curso.....	116
3.7 Razões para não ter acontecido.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	130
REFERÊNCIAS .....	132

## INTRODUÇÃO

O trabalho “A Revolta que Não Houve” não é somente uma pesquisa ou uma dissertação em meio a tantas outras que acabam esquecidas com o tempo, mas uma investigação que literalmente acompanhou toda a minha trajetória de graduação e de mestrado. Foram cinco anos da graduação e dois anos e meio de mestrado trabalhando com este objeto, com pontos altos e baixos, de conquistas e decepções. Um trabalho que ficou integrado à minha formação acadêmica. O objeto inicial da pesquisa mudou, mas a ideia central que fez a pesquisa tomar corpo sempre foi a mesma: fazer uma pesquisa acadêmica sobre algum tema da ditadura militar.

A pesquisa iniciou-se no primeiro ano da graduação, em 2011, com as primeiras conversas com o professor Paulo Cunha para a definição do objeto. Em um primeiro momento, seria um estudo sobre a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), por acreditar ser algo que não havia sido estudado. Com o tema definido, o professor Paulo passou uma relação de livros para começar as leituras-base. Porém, ao marcar minha primeira conversa com o professor Paulo Cunha, recebi uma dica sobre uma conspiração envolvendo o ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, mencionada em um dos livros recomendados, *O Governo João Goulart*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Havia um novo tema a ser pesquisado, algo inédito. Ele me sugeriu começar a escrever um projeto de pesquisa sobre conspiração, desse primeiro recorte, e com uma folha, nasceu “A Revolta que Não Houve”.

Durante o segundo e o terceiro anos de graduação, o projeto de pesquisa se desenvolveu, e novas leituras bibliográficas foram feitas. No segundo semestre de 2012, participei da disciplina de Métodos e Técnicas em Pesquisa, que contribuiu muito na parte estrutural da pesquisa. Em agosto do mesmo ano, participei no Seminário Internacional 90 Anos do Movimento Comunista no Brasil, na própria UNESP em Marília, onde apresentei “A Revolta que Não Houve” na categoria de resumo. Em dezembro de 2013, foi enviado o projeto à FAPESP. Em 2014, enquanto aguardava o resultado, participei de mais um evento na UNESP de Marília, “O Golpe Militar - 50 Anos: memória, história e Direitos Humanos”, no qual apresentei a pesquisa em pôster. No período da graduação, participei também de mais um evento, desta vez no Museu da Resistência, sobre os militares contrários ao golpe de 64, onde conheci dois militares que participaram da Revolta, mas entrevistá-los ainda não era o

momento, e seria mais propício durante o desenvolvimento, posteriormente. Em 2015, no quinto ano, no final de abril, com todas as disciplinas cumpridas, recebi o parecer de aprovado da FAPESP.

Ao mesmo tempo, teve início uma nova fase da pesquisa, em especial, a pesquisa documental no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e a continuidade de participação em eventos, como o I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em setembro, organizado pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília, e o VII Congresso Internacional de História, em outubro, organizado pela Universidade Estadual de Maringá, no Paraná.

Ainda no segundo semestre, participei do processo seletivo de Mestrado para o programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNESP de Marília, apresentando como projeto de pesquisa a continuação da “A Revolta que não Houve”, aprofundando o tema com realização das entrevistas, a discussão do referencial teórico e a pesquisa em arquivos fora do estado de São Paulo. Fui aprovado ao final do processo em dezembro. A pesquisa em graduação continuou nos três meses iniciais de 2016, e no dia 13 de abril foi realizada a defesa final de TCC, aprovada com nota dez pela banca examinadora.

Finalizada a etapa do TCC, o passo seguinte foi o início do mestrado e o cumprimento de créditos durante o primeiro ano. Em 2017, na nova fase, consegui a bolsa CAPES, o que possibilitou uma segunda etapa na pesquisa de campo, quando viajei para a cidade do Rio de Janeiro para fazer a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional e no CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. No final de agosto do mesmo ano, participei do II Simpósio Nacional de História Militar no Rio de Janeiro, apresentando sobre a “A Revolta que não Houve”. Porém, outros passos foram dados nesse processo de trabalho.

Inicialmente, é importante ressaltar que a metodologia de pesquisa da “A Revolta que não Houve” se divide em dois pontos: o referencial teórico e o procedimento de pesquisa. Antes, são necessárias algumas considerações históricas sobre o período estudado. Uma delas é que o governo Castelo Branco não foi um período de tranquilidade política, pois houve disputas de projetos hegemônicos entre os grupos políticos de dentro do regime e contestações e tentativas de revoltas, tanto de líderes políticos excluídos quanto de líderes políticos que apoiaram o golpe. O objeto desta pesquisa igualmente se encaixava no contexto

de contestações políticas ao governo Castelo Branco. Depois de formar as bases no TCC, o objetivo maior nessa fase da pesquisa foi ampliar as informações e, por essa razão, a pesquisa focou na análise bibliográfica e principalmente documental.

A segunda consideração refere-se às bibliografias. Como já mencionado, muitas auxiliaram na análise geral do período, mas a maioria não possuía informações específicas sobre o acontecimento, e quando possuíam, eram breves menções. Vale destacar o livro “Visões do Golpe”, de Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, em que há uma breve menção ao episódio no trecho da entrevista do general Meira Mattos:

O principal grupo revolucionário de São Paulo era frustrado, porque o governo acabou nas mãos do Adhemar, de quem eles não gostavam. Adhemar conspirou, mas o grupo revolucionário de São Paulo não gostava dele nem do Kruel, que foi um homem que aderiu na última hora (1994, p. 123-124).

Nesses trabalhos, entre outros, poucas são as referências bibliográficas sobre o episódio. Entre as exceções dos que trazem alguma menção, está o livro “O Governo João Goulart”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, que analisa o governo de João Goulart e o período de seu exílio. Além de discutir os principais aspectos políticos, é um dos que trazem menções da conspiração.

O jornalista Carlos Castelo Branco registrou que eram “inúmeras as indicações” de que o governador de São Paulo trabalhava “na sua hipótese subversiva”, com três fatores importantes: a angústia das classes empresariais, massacradas pela política econômico-financeira; o desajustamento entre o presidente e o ministro da Guerra, em torno da sucessão presidencial; e o descontentamento no II, III e IV Exércitos, por causa da exigência de domicílio eleitoral a governador. (2010, p. 361-362)

O livro “Militares e Militância”, de Paulo Ribeiro da Cunha, que analisa a atuação dos militares na política, também traz menções sobre o episódio.

[...] temos registros de um complô relacionado à sucessão do marechal Castelo Branco, envolvendo correntes militares da ativa e da reserva favoráveis à redemocratização, conjuntamente com elites civis golpistas de 1964, entre os quais estava à frente o governador Adhemar de Barros, incluindo também setores nacionalistas aliados do antigo governo Jango (2014, p. 50).

E por último, o artigo “Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis” de Célia Costa Cardoso, que discute as contestações política durante o governo Castelo Branco e também traz menções sobre a conspiração.

O lançamento do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, resultou também no afastamento de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, da política do governo Castelo, ao mesmo tempo em que o levava a se aproximar de setores opositoristas [...], como o PCB e o “grupo do Rio”. A proposta lançada por Adhemar foi a de organização de um contragolpe, não assumido abertamente pelo

brigadeiro Francisco Teixeira, para derrubar ou provocar a renúncia do presidente da República (2014b, p. 79).

Em relação ao cerne de nosso objeto, a bibliografia relacionada ao ex-governador Adhemar de Barros, existem, quando muito, poucas menções. Em uma recente, “Adhemar de Barros: trajetória e realizações”, o jornalista Paulo Cannabrava realiza uma biografia sobre a sua figura política, elencando todas as obras e realizações feitas durante seus governos; seguida de “Adhemar – Fé em Deus e Pé na Tábua”, de Amilton Lovato, também uma biografia, mas focada exclusivamente no âmbito político, e nesses livros há breves menções sobre o ocorrido. Por outro lado, não existem menções no livro “Adhemar de Barros e o PSP”, de Regina Sampaio, um clássico sobre o governador paulista e o seu partido político, e em “Adhemar de Barros: práticas e tensões políticas no poder”, de Ari Marcelo Macedo Couto, que analisam os dois governos estaduais eleitos de Adhemar de Barros, além de “Adhemar”, de Mario Beni, uma biografia política sobre o governador paulista.

Por essa razão, mesmo com brevidade, vale, a partir deste diálogo, chamar atenção para alguns apontamentos sobre sua trajetória e entender sua atuação no pós-64, objeto de nossa atenção no capítulo III. Entre os atores políticos que apoiaram o golpe civil-militar, Adhemar Pereira de Barros<sup>1</sup> era uma figura política contraditória, excêntrica, especialmente com quem possuía pouco apreço<sup>2</sup>, e que atraía muitas pessoas para seu lado, ao mesmo tempo em que gerava desafetos em igual medida e muitas vezes agia de maneira impulsiva.

Normalmente, ele aceitava o debate e admitia ideias contrárias se as divergências fossem sinceras, apesar de muitas vezes escolher a solução proposta pela última pessoa com quem havia conversado, que nem sempre era a mais acertada. [...] Era apaixonado pela multidão, e detestava ficar sozinho, mas tinha um humor instável e imprevisível, o que deixava atônitos seus assessores e as pessoas que conviviam com ele [...]. Em poucos instantes passava de afável a ríspido, e não raro se excedia nos impulsos e crivava situações constrangedoras (LOVATO, 2014, p. 18-19).

Ao mesmo tempo, consolidou sua figura política na imagem do administrador e em iniciativas de assistência social. Durante seus governos, ele investiu na construção de grandes

---

<sup>1</sup> O primeiro nome pode ser escrito também como Ademar.

<sup>2</sup> Como o encontro com Darcy Ribeiro, em 1963, relatado pelo mesmo (*apud* LOVATO, 2014, p. 291): “Depois fui à casa da amante de Adhemar, chamada doutor Rui, ali pertinho da praça da República. Fomo recebidos, eu e o funcionário do MEC que me acompanhava, muito cordialmente, pela referida senhora, que levava um traje longo e tinha todas as joias postas em cima. Nos fez sentar e esperamos alguns minutos. Aí surgiu, para meu espanto, Adhemar de Barros completamente nu, com seu corpo peludo como um macaco. Veio me abraçar, sentou-se ao meu lado dizendo: “Isso é só para quebrar o gelo, Darcy”.”

obras, muitas iniciadas e terminadas em seus mandatos, ou continuadas por ele<sup>3</sup>. Outra marca de seus governos foram trabalhos assistencialistas e amparo aos mais humildes, associados na figura de sua esposa, dona Leonor Mendes de Barros, conhecida como “símbolo da bondade da mulher brasileira”. Ao mesmo tempo em que era um líder carismático com boa oratória, era conhecido pelas denúncias de corrupção<sup>4</sup>; especialmente pela frase criada por seus opositores e adotada por seus apoiadores: “rouba, mas faz”. Um desses casos era a “caixinha”:

Baseava-se numa taxa cobrada dos fornecedores de bens e dos empreiteiros que realizavam obras públicas para o estado e para as prefeituras administradas por elementos do partido. Feito o pagamento, era dado um recibo por conta da doação de campanha, pelo fundo da agremiação partidária (LOVATO, 2014, p. 21).

Portanto, sua forma de fazer política era composta de práticas como o clientelismo ou a troca de favores em torno da troca de voto e o personalismo, condicionando toda a política em torno de sua figura. Seu personalismo acabou por criar dissentes e desafetos políticos. Era especialista no que seria o “fingimento”<sup>5</sup>: aliar-se a determinados grupos dentro de determinadas circunstâncias.

Fazia-se imprescindível para a sustentação de governos nacionais em alguns momentos; mas também fazia-se descartável em outro, quando verificava que seus interesses já não eram mais atendidos. E, nesse segundo campo, empolgava-se quando do lado oposicionista. Pelos meios de comunicação, mandava seus recados aos seus inimigos (COUTO, 2009, p. 17).

De qualquer jeito, teve uma trajetória política singular e contraditória<sup>6</sup>, operando movimentos à esquerda e à direita, mas em sua última disputa – novamente polarizada entre

---

<sup>3</sup> Entre alguns exemplos: a Rodovia Castelo Branco (à época, conhecida como Auto Estrada do Oeste), a Rodovia Anchieta, o estádio do Pacaembu, o aeroporto de Congonhas, o Hospital das Clínicas, entre outras (CANNABRAVA FILHO, 2004).

<sup>4</sup> Uma piada que se fazia na época, contada pelo coronel Sylvestre: “[...] ele dizia o seguinte, ele metia a mão no dinheiro não é, ele dizia o seguinte: eu sou médico formado na Alemanha, vim pro Brasil. Governador de São Paulo. Vocês acham que com a minha formação, com a minha cultura, eu posso viver com salário de governador? De jeito nenhum! (risos). E metia a mão.” (SYLVESTRE, 2017).

<sup>5</sup> Ari Couto usa o termo “dissimulação”.

<sup>6</sup> Foi eleito deputado estadual em São Paulo, em 1934. Posteriormente, foi nomeado interventor em São Paulo, governando de 1938 a 1941, quando foi exonerado do cargo. Com o fim do Estado Novo e a restauração da democracia, Adhemar formou o seu próprio partido, o Partido Republicano Progressista (PRP) em 1945. No ano seguinte, o PRP se fundiu com outros dois partidos (o Partido Popular Sindicalista – PPS, e o Partido Agrário Nacional – PAN), que formou o Partido Social Progressista (PSP). Em 1947, Adhemar foi eleito governador de São Paulo, governando até 1951. Nas eleições de 1950, elegeu seu sucessor no governo de São Paulo, e indicou o candidato a vice-presidente, Café Filho (PSP), em aliança a Getúlio Vargas (PTB), na chapa vitoriosa pra presidente. Concorreu para governador de São Paulo em 1954, que perdeu para Jânio Quadros, que passou a ser seu principal adversário político. Concorreu para a presidência da república em 1955, ficou em terceiro lugar. Adhemar se elegeu prefeito de São Paulo, governando de 1957 a 1961. Novamente disputou para governador em 1958 e perdeu para Carvalho Pinto. Concorreu nas eleições presidenciais de 1960 e ficou novamente em terceiro lugar. Adhemar foi eleito novamente para governador de São Paulo nas eleições de 1962, tendo 1.249.414 votos (43,1%), enquanto que Jânio Quadros teve 1.125.941 votos (37,8%).

Jânio Quadros e Adhemar de Barros – ao contrário das outras disputas eleitorais, adotou um discurso à direita.

A campanha de Adhemar se desenvolve em torno de uma imagem de conservadorismo, com ênfase na preservação das instituições democráticas e na defesa da iniciativa privada e das tradições cristãs do povo brasileiro, em oposição ao comunismo e ao sindicalismo de esquerda. [...] O tema básico do discurso de Adhemar [...] é sintetizado no slogan “A Meta é o Homem”, expressando uma proposta de cooperação harmoniosa entre o Estado e a iniciativa privada, visando a socialização dos benefícios do desenvolvimento econômico através de uma política de bem-estar social, sob responsabilidade do Estado e com base nos princípios da filosofia cristã (SAMPAIO, 1982, p. 100-101).

No entanto, a adoção de um discurso à direita custou o apoio das esquerdas, em especial o do PCB, que lhe haviam apoiado em várias disputas.

Em reunião realizada em São Paulo em maio de 1962, altos dirigentes comunistas ainda revelavam indecisão na escolha do candidato de campanha, ficando entre Adhemar de Barros e Jânio Quadros. A candidatura de Cid Franco foi descartada por ser considerada inviável eleitoralmente. No entanto, a aproximação política de Adhemar de Barros com Carlos Lacerda, veiculando ideias anticomunistas e as suas promessas de reforçar a polícia política, afastou de vez as possibilidades de aliança entre adhemaristas e comunistas, como vinha acontecendo desde 1947. O PC então dirigiu os seus esforços para apoiar Jânio Quadros (CARDOSO, 2014a, p. 80-81).

Ao assumir o cargo de governador em 1963, passou a organizar seu projeto político, que visava fortalecer seu nome para as eleições presidenciais de 1965, organizando algumas medidas que garantisse visibilidade em âmbito nacional. Além do pagamento de 1,5 milhão de Cruzeiros para a revista *O Cruzeiro*, com matérias elogiosas a sua gestão (LOVATO, 2014), no campo econômico-financeiro, elaborou um plano de governo denominado de PLADI (Plano de Desenvolvimento Integrado) providenciado por uma comissão da USP. Paralelamente, elaborou um ambicioso programa de auxílio de desenvolvimento econômico a outros estados, em conjunto com o PLADI, chamado “Aliança Brasileira para o Progresso”, voltado em especial para as regiões Norte e Nordeste. O conjunto de ações seria executado financeiramente pelo Banco do Estado de São Paulo, contando com recursos do governo estadual e empréstimos feitos no exterior, mas também com investimentos privados.

É importante ressaltar que, em relação com o governo João Goulart, Adhemar de Barros adotou um comportamento ambíguo. Possuindo o ministério da Educação e Cultura, com Teotônio Monteiro de Barros (PSP), procurou evitar o confronto direto com o PTB, visando uma possível aliança na próxima eleição presidencial, mas não deixava de lançar ataques indiretos contra o governo. Ao mesmo tempo em que era aliado do governo, Adhemar manteve contato e promoveu encontros com forças da oposição como o governador da

Guanabara Carlos Lacerda; ambiguidade essa que colocava em dúvida a sua lealdade em relação a Goulart, o que levou à diminuição da participação do PSP no governo e resultou em atritos, mas não um rompimento. O fator definitivo do rompimento político foi:

O conflito entre Adhemar e o governo Goulart seria, ainda, acirrado pela determinação do Presidente da República no sentido de que quaisquer gestões para a obtenção de ajuda econômica de governos ou agências estrangeiras deveriam ser feitas através do Ministério das Relações Exteriores. Essa medida representou uma séria restrição aos objetivos de Adhemar com relação à “Aliança Brasileira para o Progresso”, provocando protestos incisivos por parte do governador pessepista (SAMPAIO, 1982, p. 104).

Como resultado, a bancada do PSP rompeu com o governo federal e abandonou o bloco governista, e Adhemar se afastou definitivamente de João Goulart, passou a se engajar na conspiração que levou ao golpe de 1964. Uma medida que evidenciou essa preparação para a possibilidade de um confronto com as forças apoiadoras de João Goulart foi o aparelhamento das forças de segurança de São Paulo, cujo efetivo passou de 21.085 em 1962 para 31.000 em 1963 (DALLARI, 1977, p. 92). Essa questão gerou outras consequências.

[...] a Força Pública passou a fazer exercícios de sobrevivência na selva, iniciando-se a seleção e o preparo de soldados para missões especiais, incluindo preparo físico e psicológico mais rigoroso. E como o presidente da República se apoiava, sobretudo, em organizações operárias, a Força Pública, especialmente através da cavalaria, começou a reprimir com toda a violência os movimentos grevistas e outras manifestações dos trabalhadores que pudessem ter efeitos políticos (DALLARI, 1977, p. 77).

Nessa linha, a propaganda política contra o governo Goulart foi intensificada pela imprensa oficial e pela mobilização das forças golpistas dentro do estado. A participação ativa do governo de São Paulo na conspiração suscitou entre os conspiradores a ideia de ser o primeiro estado a deflagrar do golpe, sendo por ele rechaçada rapidamente face aos acontecimentos da Revolução Constitucionalista de 1932. Mas Goulart teve uma papel importante em relação à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, quando ajudou na organização e no financiamento. Em uma jogada política, mandou como representante a primeira-dama, Dona Leonor. Poucos dias depois, veio o golpe civil-militar, assunto abordado no capítulo 3.

Retomando a questão relacionada à metodologia de pesquisa, vale dizer que o projeto se desenvolve a partir de um eixo ou referencial teórico seguido por um procedimento de pesquisa. Quanto ao referencial teórico que utilizamos, é necessário entender o conceito de hegemonia analisado por Gramsci. Autores como Carlos Nelson Coutinho, Luciano Gruppi e Hugues Portelli concordam que o conceito de hegemonia não seria uma novidade em

Gramsci, pois já estava presente anteriormente nos textos de Lênin (mesmo que ele não usasse esse termo), inclusive, Gramsci dialoga com este último em seus escritos. Portelli levanta quatro elementos em comum entre os dois autores sobre a concepção de Hegemonia: o primeiro, a base de classe da Hegemonia; o segundo, a organização intelectual da Hegemonia; o terceiro, a necessidade de classes auxiliares em que se apoiar na Hegemonia, e o quarto, a análise das correlações de força na Hegemonia. No entanto, o autor levanta um ponto de divergência entre os dois autores.

Lênin, em seus escritos sobre a hegemonia, insiste sobre seu aspecto puramente político; o problema essencial para ele é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado; a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária; hegemonia política, porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...]. Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramsciana é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política (PORTELLI, 2002, p. 78).

A disputa pela hegemonia em Gramsci ocorre dentro da sociedade civil, e tendo o seu controle, se estende sobre o conjunto do Estado, ou a sociedade política. Brevemente, é necessário explicar como funciona o Estado em Gramsci.

[...] o Estado em sentido amplo, [...] comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escola, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação em massa), etc (COUTINHO, 2014, p. 127).

Com isso, a sociedade política, que é composta pelos aparelhos de coerção, e a sociedade civil, que é composta pelos aparelhos de difusão ideológica, são os elementos que compõem a Superestrutura do Bloco Histórico, que define o Estado. Em relação à segunda, a conquista se torna importante para as classes que almejam a Hegemonia. Em relação às classes dominantes, para manterem o seu poder, utilizam tanto da Sociedade Civil como da Sociedade Política. Para Portelli, isso resultaria na utilização da Hegemonia, em que Sociedade Civil se sobrepõe à Sociedade Política e se compromete com os interesses próprios das outras classes, ou na Dominação, em que a Sociedade Política se sobrepõe à Sociedade Civil e se neutraliza às outras classes sem qualquer compromisso com seus interesses. Em

nenhum momento Hegemonia e Dominação se excluem, pois são aplicadas juntas, mas uma delas é predominante em relação à outra, o que define a forma de controle das classes dirigentes em relação às outras classes<sup>7</sup>.

Na Hegemonia, é por meio do consenso que ocorre o controle das outras classes pela Classe Dirigente utilizando-se dos organismos de difusão de ideologia da classe dominante. Essa ideologia é difundida por meio de canais<sup>8</sup>, entre os quais a escola, a religião, o serviço militar e os meios culturais, entre outros. Assim, a Hegemonia em Gramsci é bem definida por Gruppi (1978, p. 90):

Uma determinada classe, dominante no plano econômico, e, por isso, também no político, difunde uma determinada concepção do mundo; hegemônica assim toda a sociedade, amalgama um bloco histórico de forças sociais e de superestrutura política por meio da ideologia.

Por essa linha de análise, a Hegemonia é o controle da classe dominante do plano político, do plano militar, do plano econômico e do plano ideológico-cultural, majoritariamente por meio deste último – sem negar o uso da coerção em relação aos grupos de oposição. Esse controle resulta nas relações entre a classe dirigente com as classes dirigidas – Classes Auxiliares e Classes Subalternas<sup>9</sup>, no entanto, dentro de um sistema de Hegemonia, tem sua característica nas relações que desempenha. A classe dirigente detém o controle da sociedade civil e da sociedade política por meio dos canais de difusão e do uso da Hegemonia e da Dominação conjuntamente em relação às classes dirigidas. Em relação a essas últimas, enquanto nas classes auxiliares opta-se pela Hegemonia e pela formação de base política e de quadros intelectuais e políticos, nas classes subalternas opta-se predominantemente pela Dominação (PORTELLI, 2002). Mesmo com essa relação, Portelli (2002, p. 99-100) levanta outras situações que dela podem resultar:

---

<sup>7</sup> E a utilização da hegemonia ocorre da seguinte maneira: “As classes sociais, dominadas ou subalternas – como diz Gramsci –, participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica – ainda inconsciente – das classes subalternas. Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências da coletividade, a própria hegemonia.” (GRUPPI, 1978, p. 67-68).

<sup>8</sup> Termo usado por Luciano Gruppi.

<sup>9</sup> Essa relação em linhas gerais, segundo Portelli (2002, p. 96): “A classe dirigente [...] encontra-se em uma situação de dupla permanência: no nível estrutural, porque é a classe fundamental no campo econômico; no nível superestrutural, porque tem a direção ideológica através do bloco intelectual. Os grupos aliados, ao contrário, cumprem com um papel secundário tanto em um como em outro nível do bloco histórico. [...] Além disso, ela não é total; certos grupos estão excluídos, como as classes subalternas.”

- o primeiro caso é aquele em que as classes subalternas desempenham um papel decisivo na vitória das classes fundamentais, estas últimas exercendo sua hegemonia sobre tais grupos. [...]
- a segunda hipótese é a do transformismo, isto é, da preeminência da sociedade política sobre a sociedade civil: a classe dominante contenta-se em manter sua influência sobre os grupos subalternos, mantendo-os na passividade política: para isso, decapita pacificamente suas elites, absorvendo-as em sua classe política.
- o terceiro caso considerado por Gramsci é o da ditadura pura e simples, isto é, da utilização exclusiva da sociedade política para dominar as classes subalternas. Tal situação é muito perigosa para as classes dominantes, pois implica que esta já não detém o controle da sociedade civil: o bloco histórico está então em crise e o período só pode ser transitório.

Por fim, o resultado final da relação entre Hegemonia e Dominação resulta na formação do Bloco Histórico. Além de ser a relação orgânica entre a Estrutura (conjunto das forças sociais e do conjunto das classes) e a Superestrutura (Sociedade Civil e a Sociedade Política), o conceito também tende a garantir a direção entre os vários grupos políticos e sociais que compõem o Bloco Histórico<sup>10</sup>. Como bem resumiu Gruppi (1978, p. 78): “A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu.” Para garantir a unidade do Bloco Histórico, os intelectuais têm um papel importante nessa relação:

Gramsci distingue diferentes categorias de intelectuais, mas todos têm em comum o vínculo mais ou menos estreito que os liga a uma classe determinada. O caráter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exatamente nas camadas intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico: os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura [...] e encarregadas de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe [dirigente] homogeneidade e direção do bloco histórico (PORTELLI, 2002, 105).

Outro ponto que se relaciona à Hegemonia é a análise das Relações de Forças. Gramsci as divide em três momentos fundamentais. O primeiro é: “Uma relação de forças sociais estritamente ligadas à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas.” (GRAMSCI, 2016, p. 40). Nesse momento, mede-se a quantidade de indivíduos dentro da sociedade. Mesmo sendo algo simples, Gramsci considera que esse primeiro momento tem uma grande importância,

---

<sup>10</sup> Portelli (2002, p. 21) levanta três aspectos para isso: “- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc; - como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advêm daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore; - como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – isto é, as organizações que a criam e difundem –, e o ‘material’ ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia”.

pois permite estudar as condições para transformações na sociedade. O segundo momento é “[...] a relação de forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais.” (GRAMSCI, 2016, p. 41). Ou seja, medem-se as formas de relação dos indivíduos. O segundo momento se divide em três momentos distintos<sup>11</sup> de acordo com a consciência política da sociedade. Todos se referem às disputas entre os grupos sociais amplos, em especial o terceiro, em que a consciência política passar a ser pautada pela ideologia, ao contrário de questões exclusivamente econômicas. E por fim, o terceiro momento; “[...] o da relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta.” (GRAMSCI, 2016, p. 43), que seria o grau de força na disputa entre os dois grupos sociais amplos, dividindo-se em grau militar e grau político-militar. Enquanto o primeiro se refere ao âmbito bélico, o segundo refere-se ao grau de desagregação social e de passividade dos grupos sociais amplos.

Um exemplo trazido por Gramsci (2016) é a disputa entre um Estado e uma nação em busca de sua independência; conceito que pode ser mais amplo e se referir a uma disputa de projetos hegemônicos que levem a um conflito armado. Assim, nenhum dos dois graus se anula, visando ao resultado final: “1) seja capaz de desagregar intimamente a eficiência bélica da nação hegemônica; 2) obrigue a força militar hegemônica a diluir-se e dispersar-se num grande território, anulando grande parte de sua eficiência bélica.” (GRAMSCI, 2016, p. 44). As relações de forças funcionam para analisar o poder dos grupos sociais que disputam o poder para melhor proceder nas disputas de hegemonia. É no contexto de Hegemonia e Relações de Força que se encaixa o conceito de Crise de Hegemonia. Como define Gramsci (2016, p. 61):

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para a qual pediu ou impôs pela a força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque as amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais)

---

<sup>11</sup> O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo [...]; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2016, p. 41).

passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução.

Percebe-se que o modelo de conciliação entre as classes se esgota, impossibilitando a agregação dos grupos sociais e políticos no Bloco Histórico em torno de seu projeto hegemônico. Quando isso acontece, as classes dirigentes não conseguem mais recorrer à Hegemonia, e as classes subalternas passam a disputar com as classes dirigentes em torno de seu próprio projeto hegemônico, configurando uma Crise de Hegemonia. O Bloco Histórico entra em crise, pois a classe dirigente não consegue mais utilizar a supremacia<sup>12</sup>, utilizando somente a Dominação. A Crise de Hegemonia resulta em dois finais possíveis: ou a vitória do projeto hegemônico das classes subalternas e a formação de um novo Bloco Histórico e de um sistema hegemônico ou a manutenção das classes dirigentes por meio do seguinte método.

A desagregação do bloco ideológico substitui a atração “espontânea” pela “força”, de uma mais ou menos nebulosa e indireta “até as medidas policiais mais puras e simples e os golpes de Estado”. Se o desenvolvimento e a homogeneidade do bloco ideológico são as principais provas de hegemonia do grupo dirigente, seu esboroamento e a utilização da força são os sinais da debilitação da hegemonia e da passagem à ditadura (PORTELLI, 2002, p.81-82).

O uso da dominação por parte da classe dirigente, como forma de se manter no poder, é uma tática utilizada devido à sua própria formação<sup>13</sup>. Para a classe dirigente, é mais fácil conseguir se manter no poder, seja eliminando seus adversários ou cortando parte dos seus para se manterem. Com a vitória, começa o processo de reestruturação da Supremacia e há uma disputa hegemônica entre os grupos da classe dominante para definir qual o projeto hegemônico que dirigirá o novo Bloco Histórico a ser formado. Um detalhe importante são que as Crises de Hegemonia não são determinadas necessariamente pelas crises econômicas.

A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus. Podem-se produzir novas novidades ou porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, ou porque o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força capaz de mitigá-lo e de restabelecer uma normalidade através dos meios legais (GRAMSCI, 2016, p. 45).

Portanto, conceitos como Hegemonia, Crise de Hegemonia, Relação de Forças e Bloco Histórico em Gramsci apresentam reflexos tanto em contextos históricos quanto no governo

<sup>12</sup> Luciano Gruppi nomeia como a utilização conjunta entre Hegemonia e Dominação como Supremacia.

<sup>13</sup> Segundo Gramsci (2016, p. 61): “A classe dirigente tradicional, que tem numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar adversários e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos e nem adequadamente treinados.”

João Goulart e no governo Castelo Branco, e principalmente na “A Revolta que não Houve”. Retomaremos essa reflexão conceitual ao longo dos capítulos.

Por sua vez, o procedimento de pesquisa adotado foi o levantamento de fontes bibliográficas – livros, artigos e teses – já sinalizadas na introdução e também postas na bibliografia, além de fontes documentais, bem como a pesquisa de campo em Arquivos já citados desde a pesquisa da graduação, entre os quais: Arquivo Público do Estado de São Paulo; o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Arquivo Nacional; CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP; somando-se ainda um levantamento dos processos no BNM - Brasil Nunca Mais. A pesquisa possibilitou levantar novas informações a partir dos dados existentes sobre a tentativa de contrarrevolta na tentativa de contextualizar historicamente o ocorrido e, ao mesmo tempo, fazer uma análise política dos acontecimentos tanto gerais quanto específicos do envolvimento de vários atores políticos.

Em relação à pesquisa nos arquivos, vale a pena chamar atenção quanto a à sua realização. Quando comecei a pesquisar no Arquivo Público do Estado de São Paulo, tive minha primeira surpresa. Ao pedir o catálogo do arquivo pessoal do Adhemar de Barros, havia poucos documentos a partir dos anos de 1963, e ao pesquisar mais a fundo, não encontrei nenhuma informação relevante. Vendo isso, passei a pesquisar nos arquivos do DOPS a partir de nomes que eu tinha por meio da leitura de livros. Ali, obtive melhores resultados. Já no Rio de Janeiro, foram encontradas mais informações que em São Paulo. Pesquisas foram feitas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro<sup>14</sup>, no Arquivo Nacional e no CPDOC, sendo os dois últimos mais rápidos de acessar, uma vez que os documentos já se encontravam digitalizados; situação semelhante à ocorrida com a pesquisa no Brasil Nunca Mais Digital.

Os documentos pesquisados compõem uma rica fonte de informação, mas devem ser vistos com cautela. Alguns mesmo vindos de fontes oficiais ou de processos, e mesmo aqueles vindo de órgãos de segurança, são complexos e pouco esclarecedores. Às vezes, até provocam conflitos quando contrapostos aos depoimentos advindos de fontes orais.

---

<sup>14</sup> No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pesquisei em condições difíceis, já que o ar condicionado não funcionava na sala de leitura, mas as funcionárias ajudaram muito nessa pesquisa, arrumando a sala de reuniões para os pesquisadores ou quando havia algum problema com a numeração de documentos ou de caixas, além de participar do sistema experimental de reserva online.

Em relação às entrevistas com os personagens que ainda estão vivos, a pesquisa recorreu a uma entrevista realizada em conjunto com Felipe Ramos Garcia, ao coronel Vicente Sylvestre, militar de esquerda, ex-membro da Guarda Civil de São Paulo, que participou do episódio da Batalha da Maria Antônia, desobedecendo a ordem de invadir o prédio de Filosofia da USP, e posteriormente, em 1975, foi preso e torturado durante o cárcere. Ademais, houve conversas tendo em vista futuras entrevistas com José Luiz Del Roio, ex-membro da ALN e senador na Itália, e com o general Bolívar Meireles, militar de esquerda do Exército, cassado em 1964, que forneceu algumas informações sobre a Revolta em Goiás.

Além dos poucos participantes ainda vivos, também foram utilizadas na pesquisa entrevistas já realizadas, como a disponível no CPDOC do Brigadeiro Francisco Teixeira, militar de esquerda da Aeronáutica, chefe de gabinete do ministério da Aeronáutica durante o governo Juscelino Kubitschek, que combateu as revoltas de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959) e teve seus direitos políticos cassados e cidadania suspensa por dez anos após o golpe de 1964; e uma entrevista realizada e cedida pelo professor Paulo Cunha com o coronel Hélio Anísio, também militar de esquerda da Aeronáutica, com participação na campanha “O Petróleo é Nosso”, e que também combateu as duas revoltas citadas, tendo seus direitos cassados após o golpe de 1964.

Finalmente, cabem algumas indagações e hipóteses. A primeira delas: o que foi esta articulação e qual o papel do Governador Adhemar de Barros? Qual o principal objetivo deste projeto? Ao que indica, foi uma aliança entre variados grupos descontentes ou contrários ao Governo Castelo Branco, cuja liderança era o governador de São Paulo Adhemar de Barros. Porém, percebendo que seria o próximo a ser cassado, Barros tentou organizar uma revolta para se manter no poder, mas não se sabe ao certo qual foi o seu papel na articulação, e nem há informações se essa aliança com membros de concepções políticas e ideológicas diferenciadas teriam ou não um projeto político próprio. De qualquer forma, o envolvimento de Adhemar de Barros sugere como hipótese uma ação no sentido de assegurar sua sobrevivência política.

Essa é uma das hipóteses, embora outras possibilidades de investigação e hipóteses estejam postas. Por exemplo, quais os motivos de vários grupos políticos diferentes terem apoiado esse movimento? Ao que parece, o descontentamento de cada grupo em relação ao

Governo Castelo Branco pode ter sido um dos motivos. A FIESP e as associações rurais eram prejudicadas pelo programa econômico e financeiro de cunho liberal. Entre os militares, havia diferentes grupos que apoiaram a tentativa de revolta. Alguns inclusive apoiaram o golpe e perceberam que um grupo estava se hegemonzando no poder com um projeto político próprio rumo à ditadura; outros tiveram seus projetos políticos abortados durante o período, a exemplo do general Justino Alves Bastos e o general Amaury Kruel.

Por fim, entre outras indagações, questionam-se quais setores de esquerda participaram. Ao que tudo indica, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas há presença de segmentos nacionalistas e democráticos que participaram do Governo João Goulart, entre eles, alguns militares cassados identificados com o PCB ou próximos, como o brigadeiro Francisco Teixeira e o ex-capitão Eduardo Chuahy. Nesse sentido, uma indagação e também uma hipótese: a articulação ficou restrita ao estado de São Paulo? De acordo com algumas informações, houve ramificações da Revolta em Goiás encabeçadas pelo governador Mauro Borges e parte do exército no estado; e em Minas Gerais por parte da polícia, o que sugere conexões em Brasília e Rio Grande do Sul. Entretanto, o epicentro da revolta seguramente foi São Paulo, com Adhemar de Barros.

Com isso, o objetivo desta pesquisa é responder as questões acima levantadas e procurar confirmar ou negar as hipóteses levantadas. Para isso, será desenvolvida da seguinte forma.

No “1 – Um panorama conflituoso: A Crise de Hegemonia no governo João Goulart”, pretende-se analisar o Governo João Goulart a partir de uma ideia ampla de crise de hegemonia em uma disputa entre um projeto político entre as classes populares e o das classes dominantes.

No “2 – A disputa de projetos hegemônicos: Moderados x Duros no governo Castelo Branco”, pretende-se analisar a disputa entre os dois projetos hegemônicos, os “moderados” e os “duros”, que se estabeleceriam depois da consumação do golpe civil-militar. Também analisará as contestações e tentativas de revolta do período.

No “3 – A caminho da Revolta: Uma análise da conspiração” será analisada a tentativa de revolta em si por meio das informações e dados pesquisados nos arquivos, nas bibliografias e nas entrevistas. As repostas das questões acima serão respondidas, no final, em “Considerações Finais”.

## **1 UM PANORAMA CONFLITUOSO: A CRISE DE HEGEMONIA NO GOVERNO JOÃO GOULART**

Em 1º de Abril de 1964, é derrubado o presidente constitucional da república João Goulart, embora a data remeta a 25 de agosto de 1961. Nesta ocasião, o então presidente da república, Jânio Quadros renunciou. No ano anterior, havia sido eleito presidente, com 5.636.623 votos, concorrendo pela coligação de cinco legendas: PTN, PDC, PL, PR e UDN – este último por influência especial de Carlos Lacerda, fazendo o partido abandonar uma candidatura própria. Jânio Quadros derrotou o candidato situacionista marechal Henrique Teixeira Lott (PSD-PTB) e a candidatura de Adhemar de Barros (PSP), seu principal rival político em São Paulo. Como bem concluído por Vera Chaia (1991, p. 185-186):

[...] Jânio Quadros venceu as eleições porque a situação econômica e política vigente no país, naquele momento, manifestou seu repúdio identificado no líder político de Jânio Quadros a esperança. Toda sua campanha foi marcada pelo seu distanciamento em relação aos partidos políticos e ao aos grupos que o apoiavam. Com essa maneira de atuar, conseguiu transmitir aos eleitores a imagem de um elemento que se diferenciava de outros políticos e que pretendia mudar o país mediante uma moralização administrativa. A mensagem transmitida por Jânio, como candidato eleito, era a de que sua vitória expressava a vontade popular e somente ao povo devia explicações de seus atos.

Ou seja, em um momento de esgotamento do sistema político, no início dos problemas de desequilíbrios econômicos tais como o crescimento da inflação e o aumento do custo de vida, levaram a candidatura de Adhemar a representar contra o sistema estabelecido, acima dos partidos políticos, e não preso a eles. Sua campanha também pretendia parecer uma campanha pobre, mesmo contando com o financiamento de empresários nacionais ligados a multinacionais, algo que foi muito bem trabalhado por seus articuladores tanto nos partidos que o apoiavam como no Movimento Popular Jânio Quadros, criado pelo deputado Emílio Carlos e seus apoiadores mais próximos com o intuito de sedimentar a sua liderança. O resultado foi o apoio não só das camadas mais baixas, que já o apoiavam, como das classes médias e altas. Nas palavras de Hélio Silva (2014, p. 31), “A eleição de Jânio tinha todas as características de um protesto das urnas, pois vencera, precisamente, contra o sistema imperante desde 1945 – a aliança das cúpulas PSD-PTB.”. Porém, face ao referencial teórico, a campanha dele procurou estabelecer uma nova hegemonia e talvez a construção de um Bloco Histórico diante do apoio de vários grupos sociais.

Ao assumir o governo, durante seu curto período, Jânio Quadros adotou medidas que evidenciaram as posições ambíguas já presentes em seus discursos de campanha. Na política interna, devido aos problemas econômicos herdados do governo Kubitschek como inflação alta e aumento do endividamento externo, entre outros, adota políticas econômicas de cunho liberal, dentre as quais a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, o corte de subsídios ao trigo e à gasolina, a austeridade administrativa em forma de exoneração de servidores públicos contratados a partir de 1º de Setembro de 1960, proibição de novas contratações por um período de um ano e cortes de gastos de ministérios, órgãos governamentais e das Forças Armadas. A adoção dessas medidas econômicas recebeu elogios de empresários ligados ao capital externo, o que auxiliou na obtenção de verbas no FMI.

Ao mesmo tempo, o governo de Jânio Quadros adotou medidas à esquerda, como a Lei Antitrustes, a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior e a Política Externa Independente, quando o ministério de Relações Exteriores reatou relações com os países do bloco socialista e estabeleceu acordos comerciais, abrindo novas embaixadas no continente africano, além de estabelecer relações políticas e comerciais mais próximas com os países da América Latina e não apoiar a invasão de Cuba pelos Estados Unidos.

Ainda durante o seu governo, face ao discurso adotado durante a campanha, adotaram-se medidas de cunho moralizante visando agradar a base social pela qual foi eleito, entre as quais a proibição de brigas de galo, de lança perfume, proibição de jôqueis clubes funcionarem em dias úteis e de carteados em locais públicos, a regulamentação de maiôs e biquínis em desfile de misses e a regulamentação de *trailers* e comerciais em sessões de cinemas.

Uma possível interpretação desse comportamento ambíguo é que seria uma tática de manter a governabilidade, pelo fato de Jânio Quadros possuir minoria parlamentar em seu governo. No entanto, existem discussões sobre essa questão. Autores como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes discorrem que a falta de base parlamentar não teria sido um problema para o governo, já que Jânio contava com os votos da oposição em determinadas votações, o que levava à aprovação de seus projetos. Por sua vez, mesmo procurando aumentar sua base com dissidências dos partidos de oposição, entrou em conflito com o Legislativo e vice-versa, levando um recusar ou restringir projetos do outro ou a pouca aprovação de projetos de Jânio. Outro ponto que colabora com isso é o estabelecimento de

mecanismos de contato direto da presidência com os governadores e com os prefeitos para a solução de problemas de suas jurisdições, o que acarretou seu isolamento político. As ambiguidades de Jânio Quadros nas políticas interna e externa acabaram por gerar uma contradição em seu governo, em especial em sua base política.

De um lado, os seus antigos aliados começaram a se preocupar com suas ações políticas, e, de outro, seus antigos opositores se identificavam com algumas propostas progressistas de seu governo, porém não chegaram a aderir totalmente ao seu projeto político porque desconfiavam da seriedade de suas propostas. Jânio Quadros não era confiável nem para a direita nem para a esquerda (CHAIA, 1991, p. 231).

Foi essa ambiguidade política que levou a seu isolamento e ajuda a entender a renúncia ou talvez a um abandono de poder. Diante dos conflitos e dos problemas em governar, Jânio Quadros articulava uma tática visando conseguir poderes mais amplos para a presidência por meio de um “autogolpe”.

Seu plano consistia em renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando de ministros extremamente conservadores, a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart, que se reelegera vice-presidente do Brasil. O Congresso delegar-lhe-ia as faculdades legislativas, coagido pelos acontecimentos, sem prejudicar, aparentemente, “os aspectos fundamentais da mecânica democrática” (BANDEIRA, 2010, p. 122)

Para pô-lo em prática, baseava seu cálculo político em dois pilares: o povo, que o elegeu e o reconduziria; e os militares, que não simpatizavam com o vice-presidente. Mas a denúncia de Carlos Lacerda sobre a tentativa de golpe a ser desferida pela presidência da República prejudicou a empreitada, e no dia seguinte, Jânio Quadros apresenta sua carta de renúncia ao Legislativo, que foi prontamente aceita, sem maiores reações, inclusive dentro de sua própria base parlamentar. Ao voltar para São Paulo, em suas declarações o ex-presidente não dava margem para um retorno à presidência. As mobilizações populares, com o objetivo de reconduzi-lo ao poder, organizadas pelos seus simpatizantes, foram abortadas (CHAIA, 1991). Rapidamente, foi empossado como presidente interino Ranieri Mazzilli e, ao mesmo tempo, uma junta militar era formada pelos ministros da Aeronáutica, brigadeiro Moss; da Marinha, Almirante Silvio Heck, e do Exército, General Odílio Denys. Uma informação levantada por Vera Chaia (1991, p. 234) dá um olhar sobre a questão.

Jânio Quadros, por sua vez, ao ser informado sobre as denúncias que havia feito na televisão e no rádio, reuniu-se com seus assessores mais diretos (...) e comunicou-lhes que iria renunciar à Presidência. Logo em seguida, convocou os ministros militares e transmitiu-lhes sua decisão de renunciar. Os ministros procuraram dissuadi-lo de seu intento, tanto que o marechal Denis, segundo depoimento de José Aparecido, chegou a declarar: “Diga que devemos fazer, que será feito”. Jânio Quadros sugeriu que se formasse uma junta militar e que tomassem o poder.

Esse fato mostra que não só os militares ainda o apoiavam e procuravam dissuadi-lo a renunciar, como ele próprio os incentivou a tomar o poder. Uma hipótese levantada por J. B. Vianna de Moraes e Afonso Arinos, presente no livro de Vera Chaia (1991), é a de que Jânio deixaria a junta militar assumir o controle para que fizesse a reforma institucional e arrumasse a área para o seu retorno, mas não teria dado certo por falha da própria junta. Thomas Skidmore (2010) levanta a hipótese de que ele teria subestimado a presença do vice-presidente, acreditando que sua renúncia não seria aceita pelos políticos e pela cúpula militar em virtude de quem assumiria, mas que no final ratificaram a renúncia e trataram a sucessão como outra questão. Qualquer que fosse a hipótese, as consequências da renúncia foram maiores.

Constitucionalmente, quem deveria assumir o cargo era o vice-presidente eleito João Goulart, que não era bem visto pelas classes dirigentes e pelos militares de direita, e que no momento se encontrava na China em missão econômica. Enquanto o Congresso discutia sobre a possibilidade de João Goulart assumir o cargo, a junta militar se articulava, a fim de impedir sua posse. Segundo o marechal Henrique Teixeira Lott:

A primeira informação positiva sobre a intenção dos ministros militares, de não darem posse ao Sr. João Goulart, me foi dada pelo Sr. Armando Falcão, na noite da própria sexta-feira, 24 de agosto, data da renúncia do Sr. Jânio Quadros. Falcão comunicava-me que esses ministros, não só impediriam a investidura de Jango, como, também, o prenderiam assim que ele pisasse solo brasileiro. Para evitar ao vice-presidente tão grande vexame, os ministros militares exigiam: ou sua renúncia ou que o Congresso votasse seu impedimento. Se isso não fosse feito, os ministros militares tomariam a iniciativa de dissolver o Congresso (*apud* SODRÉ, 2010, p. 445).

Efetivamente, com a Junta Militar instalada no poder, conservando o presidente interino Ranieri Mazzilli, houve a tentativa de conseguir do Congresso o impedimento legal do vice-presidente. Houve ainda a censura à imprensa e a prisão de numerosos oficiais, entre eles o marechal Teixeira Lott. Para isso, contou-se com o apoio de parte dos grupos de mídia, os jornais *O Globo*, *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de São Paulo*; curiosamente, a maioria dos grupos de mídia se posicionou a favor da posse (FERREIRA; GOMES, 2014). Apoio teve também do governador eleito da Guanabara, Carlos Lacerda.

A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foram para as ruas centrais do Rio de Janeiro dispersar manifestações populares em defesa da posse de Goulart. A mando de Lacerda, sedes de vários sindicatos foram invadidas e membros de suas diretorias, presos. [...] Havia ainda censura telefônica, telegráfica e radiotelegráfica (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 33).

Nesse mesmo tempo, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, começou a organizar resistência contra a tentativa de golpe para garantir o mandato presidencial de Goulart. Com a chegada de mais informações sobre a junta militar e suas declarações contra a posse constitucional, Brizola entra em contato com vários oficiais militares tanto do Rio Grande do Sul como de outros estados. Enquanto se organizava, as Forças Armadas encontravam-se divididas, com muitos militares não assumindo publicamente serem contra ou a favor da Junta. “O general Amaury Krueel, por exemplo, [...] viajou clandestinamente do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul a pedido de Brizola, para auxiliá-lo na resistência.” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 32). Por sua vez, o general Castelo Branco, que não tinha simpatia por João Goulart, manteve-se em silêncio durante toda a crise (NETO, 2004), e Adhemar de Barros se encontrava no exterior, longe do poder. Mesmo contando com o apoio das Brigadas Militares, da mobilização popular e da simpatia de alguns oficiais, a resistência ainda se encontrava restrita ao Rio Grande do Sul. A situação muda com o começo da Campanha da Legalidade e com a tomada da Rádio Guaíba, quando Leonel Brizola passa a realizar discursos em defesa da posse de João Goulart e em defesa da democracia, o que inicialmente foi transmitido por todo o estado gaúcho, e posteriormente para outros estados e até outros países, rompendo com a censura que estava sendo imposta.

A Campanha da Legalidade ganha mais força com a entrada do III Exército, comandada pelo general Machado Lopes, que havia recusado ordens da Junta para bombardear a sede do governo gaúcho, o que resultaria em um possível massacre e seria determinante para a resistência. Segundo Sodré (2010), muitos militares passaram a defender a campanha, em especial os sargentos, que passaram a desobedecer as ordens da Junta Militar, desestabilizando o aparato golpista. Houve ações de resistências dos sargentos em algumas bases aéreas, que esvaziaram os pneus e tiraram peças de aviões para impedir que o Palácio Piratini fosse bombardeado (CNV, 2014b). Houve reações nos meios civis, com manifestações de trabalhadores em defesa da legalidade. A OAB, a CNBB e a UNE se posicionaram a favor da legalidade. No estado de Goiás, o governador Mauro Borges também organizou sua resistência a favor da posse de João Goulart.

O resultado da campanha foi a união dos movimentos populares e militares legalistas em defesa da posse constitucional de João Goulart que, por sua vez, resultou na demonstração de força desses grupos. No entanto, os golpistas continuaram a tentar impedir a posse de João

Goulart; vide a nomeação do general Cordeiro de Farias ao comando do I e II Exércitos unificados. A possibilidade de o golpe ocorrer naquele momento foi abortada devido ao risco de conflitos entre as duas forças antagônicas (um ponto em comum entre os autores era a possibilidade de uma guerra civil). Percebendo o risco de um aprofundamento da crise, as forças conservadoras do Congresso operaram uma mudança de tática em busca de uma solução de emergência que garantisse a posse constitucional e que acalmasse os golpistas, e ao mesmo tempo possibilitasse a hegemonia das classes dominantes.

Depois de uma série de discussões e negociações entre os parlamentares, a solução política encontrada foi a emenda parlamentarista, que garantia a posse do vice-presidente, mas transferia parte de seus poderes ao Congresso, através de um primeiro-ministro. Segundo Helio Silva (2014), de início, a solução não teve aceitação da Junta Militar devido à possibilidade de o mecanismo da presidência dissolver o Congresso e convocar novas eleições, comum em regimes parlamentaristas. O presidente interino Ranieri Mazzilli lhes mostrou o contrário. “Havia um parágrafo que impedia que essa faculdade do presidente da República de dissolver pudesse recair sobre aquele Legislativo. Ela só poderia vigorar a partir dos futuros congressos eleitos.” (SILVA, 2014, p. 81-82).

Essa medida acabou por reiterar o apoio da Junta ao parlamentarismo. Por sua vez, o próprio João Goulart resistiu à proposta devido à perda de seus poderes constitucionais. Entretanto, a fim de evitar um conflito maior, aceitou a solução e tomou posse sob o compromisso do Parlamentarismo. A solução também não teve boa receptividade entre alguns políticos de esquerda, como o deputado Almino Affonso e o governador Leonel Brizola, com o segundo propondo outra solução de tomada do poder por parte do III Exército. Com a confirmação da posse João Goulart, alguns segmentos de direita ficaram muito mais que descontentes e tentaram uma reação que não foi aceita por outros segmentos. Uma dessas tentativas foi a Operação Mosquito, que acabou não acontecendo.

Pilotos de caça recusaram-se a levantar voo para bombardear o Palácio Piratini e outros foram presos por recusar cumprir ordens para abater o avião presidencial, conforme dispunha a Operação Mosquito. Um destes, o tenente Roberto Baere, disse ao seu comandante: “[...] a missão por nós assumida ao entrar para a Força Aérea foi defender a Constituição, e não denegri-la” (CNV, 2014b, p. 22).

## 1.1 Os limites do governo parlamentarista

Sob as regras do parlamentarismo, em 7 de setembro, João Goulart foi empossado presidente, e o deputado Tancredo Neves (PSD) foi escolhido como primeiro-ministro. O momento, como já mencionado, era complexo. A radicalização política avançava, e ao contrário do que se imaginava, ao mesmo tempo, a situação econômica degradava com a espiral inflacionária e o custo de vida continuando a crescer. Sobre a questão do parlamentarismo, alguns autores discutem sobre sua viabilidade política dentro do contexto em que foi instalado. Para Moniz Bandeira (2010), devido à situação político-econômica, a situação levava à necessidade de um poder executivo forte, mas que estava fragmentado entre a presidência e o Conselho de Ministros. Com isso, João Goulart:

[...] recebeu do congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava. A renúncia de Jânio Quadros expressara essa necessidade. Ele julgara a Constituição estreita, inadequada, e tentou traumatizar a nação, com aqueles gestos, a fim de compelir o Congresso a ampliar os poderes do presidente da República. Falhou. E o resultado foi que a maioria conservadora do Congresso aproveitou a oportunidade para dar o golpe e reduzi-los com a emenda parlamentarista, cujo hibridismo sacramentava o impasse constitucional (BANDEIRA, 2010, p. 147).

Por essa leitura, o parlamentarismo era um sistema que só agravaria a situação e postergaria a solução dos problemas evidentes. Thomas Skidmore (2010) defende que por ser extremamente atacado tanto pela direita como pela esquerda, o parlamentarismo nunca teve chance se firmar, agir plenamente sobre os problemas e ter efetivamente resolvido problemas políticos e econômicos, mas reconhece que foi uma desesperada medida conciliatória. É neste ambiente de dúvidas que se estabelece o gabinete conservador do primeiro-ministro Tancredo Neves, que procurou adotar uma política conciliatória, compartilhada também por João Goulart, tendo em vista a formação do gabinete ministerial, que contou com nomes do PSD, PTB, PSB, PSP e até mesmo da UDN<sup>15</sup>.

Através desse gabinete ministerial, Tancredo Neves procurava adotar uma política de conciliação com as forças conservadoras do Congresso. A tática adotada, com o

---

<sup>15</sup> Entres os ministros nomeados estavam: Walter Moreira Salles (PSD), na Fazenda; Ulysses Guimarães (PSD), na Indústria e Comércio; San Tiago Dantas (PTB), nas Relações Exteriores; Hermes Lima (PSB), na Casa Civil; Amaury Krueel, na Casa Militar; Franco Montoro (PDC), no Trabalho e Previdência Social; Gabriel Passos (UDN), em Minas e Energias; Alfredo Nasser (PSP), na Justiça; general João de Segadas Vianna, na Guerra; major-brigadeiro Clóvis Monteiro Travassos, na Aeronáutica e Ângelo Nolasco de Almeida, na Marinha.

consentimento de João Goulart, pretendia unir o centro pessedista e a esquerda trabalhista, formando uma maioria parlamentar que aprovasse as reformas de base por via negociada (FERREIRA; GOMES, 2014). Outro fator, e que justificou a formação de um gabinete heterogêneo, foi possibilidade da guerra civil e de uma conseqüente divisão da nação (SILVA, 2014). Face ao quase agravamento da Crise de Hegemonia em relação à posse de João Goulart, procurou-se manter a conciliação entre os vários grupos políticos.

Mas isso não impediu que o gabinete adotasse medidas nacionalistas tais como o cancelamento das concessões ilegais das jazidas de ferro para a empresa estadunidense Hanna Co.<sup>16</sup>. Através do ministro San Tiago Dantas, o primeiro-ministro também deu continuidade à política externa independente, em que se restabeleceram as relações diplomáticas com a União Soviética visando o estabelecimento de relações comerciais, o não rompimento das relações diplomáticas com Cuba e a abstenção do Brasil na votação de sua expulsão da OEA. Outra questão interna foi as estatizações de empresas americanas, em especial da ITT (Internacional Telephone & Telegraph), subsidiária da Companhia Telefônica Nacional, desapropriada pelo governador Leonel Brizola do Rio Grande do Sul, devido à falta de investimentos e modernização. Porém, o governo dos EUA e a ITT consideraram a estatização um confisco da empresa e queriam uma “compensação justa”. A maior consequência dessa situação foi a instalação da Eletrobrás<sup>17</sup> no controle do sistema elétrico. Tudo isso começou a afetar as relações do Brasil com os EUA, ao mesmo tempo em que medidas econômicas confusas não conseguiam resolver os problemas. Segundo Moniz Bandeira (2010), o governo do primeiro-ministro Tancredo Neves não só conseguiu resolver os problemas econômicos, como a inflação se acelerou, o que acabou agravando os conflitos sociais e as inquietações políticas. Esse cenário de conflitos e inquietações estava também presente na questão agrária.

As lutas no campo e a organização dos trabalhadores rurais têm por início no final dos anos 1940, com o movimento de Porecatu em 48; nos anos 1950, aumentam-se os movimentos no campo, citando a luta de Formoso e Trombas e a formação de organizações como as Ligas Camponesas e a Ultab (CUNHA, 2007). Durante o início dos anos 1960,

<sup>16</sup> Medida proposta pelo ministro de Minas e Energia Gabriel Passos.

<sup>17</sup> Inicialmente, o projeto a Eletrobrás foi encaminhado ao Congresso em abril de 1954, como projeto de nacional de Vargas. O projeto visava à nacionalização das empresas estrangeiras de energia. Com a crise de Agosto e o suicídio de Vargas, o projeto ficou esquecido. Só em 1959, a pedido de Goulart, o projeto foi colocado em pautas e aprovado somente em 1961.

ocorreu a intensificação dos movimentos pela reforma agrária por todo o país a degradação das condições de vida no campo. Houve discussões sobre a questão agrária durante o governo Quadros, as quais não chegaram a avançar. Os movimentos do campo organizam, em novembro de 1961, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, em Belo Horizonte.

Se os movimentos avançavam em sua luta, no entanto, a solução legal da questão esbarrava no artigo 141 da Constituição, que previa “[...] o pagamento de indenização justa e prévia, em dinheiro, para as desapropriações de interesse publico.” (BANDEIRA, 2010, p. 164), o que dificultava qualquer tentativa de desapropriação. A recusa do Congresso Nacional, tendo em sua grande composição a elite agrária, em modificar o determinado artigo, contribuiu para o agravamento da questão. O resultado é a intensificação das invasões de terras por vários estados<sup>18</sup> e os conflitos de classes pelo país, como menciona Moniz Bandeira (2010): a desapropriação para a reforma agrária de fazendas no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola, o aumento do preço da carne pelos pecuaristas em reação ao ocorrido, a repressão violenta de uma passeata de lavradores na Paraíba que protestavam contra a morte de João Pedro Teixeira a mando de fazendeiros e saques a armazéns e mercados pelo interior de Pernambuco. Lira Neto (2004, p. 198) mostra que o general Castelo Branco também se articulava contra esses avanços.

O turbulento cenário político inspiraria Castello a programar uma complexa manobra de treinamento [...]. Desta vez, além de unir as tropas do Exército às da Marinha e da Aeronáutica, conseguiu contar ainda com o apoio tático das polícias estaduais. O tema proposta para a manobra consistia numa suposta ação contra movimentos de guerrilha rural. O principal foco da ação seria a Paraíba.

A intensificação desses movimentos ocorreu tanto no meio rural como no meio urbano. A especulação das classes produtoras levou à escassez de gêneros de primeira necessidade e à crise de abastecimento nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o que impulsionou João Goulart a sair em defesa dos movimentos sociais. Consequentemente, essa situação colocou o PTB e o PSD, até então aliados, em posições distintas, com soluções diferentes sobre a questão.

As esquerdas, como um todo, inteiramente contrárias à indenização em dinheiro, adotaram a posição que defendia a tomada das terras, improdutivas ou produtivas, sem indenizações. [...] Setores considerados conservadores dentro do PSD, por exemplo, até admitiam negociações em torno do artigo 141. Mas insistiam em dois pontos: as terras produtivas deveriam ficar de fora da reforma agrária e algum tipo

---

<sup>18</sup> Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

de indenização ao proprietário era imprescindível (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 98).

O impasse gerado pelas posições antagônicas dificultou a formação de um projeto nacional que conciliasse as duas posições. A política de conciliação de João Goulart começava a dar seus primeiros sinais de desgaste e levar o afastamento entre os dois partidos, o que resultaria futuramente no rompimento dessa aliança política “[...] com o esquema de conciliação de classes, instruído por Vargas.” (BANDEIRA, 2010, p. 166), ou enquanto nosso referencial teórico, uma Crise de Hegemonia (GRAMSCI, 2016). Porém, existem discussões várias entre autores sobre quando ocorreu o rompimento da aliança PTB-PSD. Moniz Bandeira e Nelson Werneck Sodré defendem que a aliança teria se rompido em 1962, devido aos problemas anteriormente citados. Jorge Ferreira e Ângela Gomes, e também Thomas Skidmore, defendem que a aliança teria continuado até março de 1964. Em minha análise, pretendo considerar que a aliança foi se desgastando e houve tentativas de continuidade tanto por parte de Goulart como por segmentos do próprio PSD. Mas, a partir dos eventos do segundo semestre de 1963, o rompimento torna-se inevitável, culminando no golpe de março de 1964.

É neste cenário que ocorre a queda do gabinete de Tancredo Neves, em julho de 1962, por não conseguir resolver os impasses gerados pela fragmentação do poder, resultando no agravamento dos problemas econômicos e na radicalização política tanto da esquerda como da direita e, segundo Moniz Bandeira (2010), resultando também em movimentações para desestabilizar o gabinete Tancredo Neves para que se construísse um governo forte com as tendências conservadoras dominantes no Congresso. Com a queda consumada, houve a demora na formação de um novo gabinete. O nome escolhido por João Goulart era o de San Tiago Dantas (PTB), o que gerou uma grande controvérsia.

A UDN atacou Dantas com veemência, e enquanto a Câmara dos Deputados hesitava sobre sua nomeação, uma disputa de poder entre os dois extremos parecia iminente: à esquerda, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), ameaçando fazer uma greve em apoio à nomeação de Dantas; à direita, oficiais anti-getulistas, fazendo campanha para desacreditar Dantas e impedir sua confirmação no cargo (SKIDMORE, 2010, p. 261).

Contudo, San Tiago Dantas não foi referendado por votação na Câmara<sup>19</sup>. Moniz Bandeira (2010) defende que o atrito entre Goulart e o congresso dominado entre a união do PDS e a UDN teria sido a causa. Trabalhos recentes como o de Jorge Ferreira e Ângela

---

<sup>19</sup> 174 sufrágios contra 110 sufrágios a favor (SKIDMORE, 2010).

Gomes (2014) mostram que mesmo escolhendo San Tiago Dantas, Goulart pouco fez para ajudar em sua candidatura, já que ele apostaria no parlamentarismo, e Goulart queria sua inviabilidade, objetivando recuperar seus poderes, sendo que o PSD e a UDN acabaram por ajudar indiretamente. Independentemente de qual seja a avaliação, a rejeição de San Tiago Dantas agravou a formação de um novo gabinete. O próximo nome a ser cogitado era do presidente do Senado Auro de Moura Andrade (PSD), que chegou a assumir, mas renunciou 48 horas depois devido às divergências entre ele e o presidente quanto à formação do gabinete ministerial. Nesse mesmo tempo, estoura uma greve geral em apoio a Goulart, organizada pelo movimento sindical, iniciada a partir de várias cidades do Rio de Janeiro, espalhando-se e paralisando quase todo o país. Mesmo sendo de perspectiva legalista e reformista, o fato acabou por alarmar as forças conservadoras. Depois de uma série de rejeições e negociações, Brochado da Rocha (PTB) assume o cargo de primeiro-ministro<sup>20</sup>.

Esse Conselho de Ministros comprometeu-se com a antecipação do plebiscito que decidiria entre parlamentarismo e presidencialismo, e também com a resolução dos problemas econômicos e políticos. No entanto, durou apenas dois meses. A relutância do Congresso, mesmo com pressões das Forças Armadas, em delegar poderes à presidência, e diante dos muitos interessados no retorno do presidencialismo (além de João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda), o medo da realização das reformas de base, junto com os poderes adquiridos com o parlamentarismo, levou o Congresso a postergar a questão. Em setembro, estoura uma grave crise político-militar. O comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, tendo o apoio dos comandantes dos I Exército, general Osvaldo Ferreira Alves, e II Exército, general Peri Bevilacqua, enviou um telegrama a João Goulart e ao Conselho de Ministros alertando sobre as consequências do Congresso em adiar o plebiscito, posteriormente tornado público. Segundo o documento:

Encontro-me sem condições de assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento da missão, se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar o plebiscito. O povo é soberano no regime democrático. Negar-lhes o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo (*apud* FERREIRA; GOMES, 2014, p. 115).

---

<sup>20</sup> No novo gabinete, Walter Moreira Salles, Ulysses Guimarães, Hermes Lima e Amaury Kruehl foram mantidos. Entre os novos nomeados, estavam: João Mangabeira (PSB), na Minas e Energias; Hélio de Almeida (PTB), na Viação e Obras Públicas; Afonso Arinos (UDN), na Relações Exteriores; general Nelson de Melo, na Guerra; major-brigadeiro Reinaldo de Carvalho, na Aeronáutica; Pedro Paulo de Araújo Suzano, na Marinha.

Os comandantes não garantiriam a lei e a ordem caso as classes populares se revoltassem contra o Congresso se não aprovassem o plebiscito. Sobre isso, não existe nenhuma informação ou declaração do IV Exército (sob o comando do general Castelo Branco) ou em relação ao telegrama. Também não existem declarações de Adhemar de Barros sobre o acontecimento, pois ele se encontrava articulando uma nova candidatura ao governo do estado de São Paulo para as eleições seguintes. A declaração contou com o apoio dos ministros da Marinha e da Aeronáutica. O ministro da Guerra, general Nelson de Melo, mesmo sendo a favor da antecipação do plebiscito, ficou contra a declaração, considerando-a um ato de insubordinação e de quebra da hierarquia, e queria punir o general pela declaração. Mas a situação resultou em um problema ao gabinete de Brochado da Rocha, que não queria punir o general Dantas Ribeiro. Procurou-se uma alternativa de contornar o impasse militar, e a solução encontrada foi a renúncia de todo o gabinete e do primeiro-ministro em setembro, ao mesmo tempo em que o general Jair Dantas Ribeiro se afasta do comando do II Exército. Com a renúncia de Brochado da Rocha, a CGT convoca uma greve geral.

O impasse criado pela situação evidenciou que o sistema parlamentarista, além de não conseguir atender às demandas necessárias para o desenvolvimento do país, travava qualquer possibilidade de mudança; era impopular até mesmo entre os candidatos à presidência, e com o agravamento da crise política e econômica, tornou-se insustentável a permanência do parlamentarismo. Por fim, depois de uma série de negociações por parte de João Goulart e do ministro do Gabinete Civil do governo anterior, Hermes Lima (PSB), houve a antecipação do plebiscito, e a despeito da posição contrária da UDN, PSD e do PSP, para 6 janeiro de 1963; e a permissão a João Goulart para montar um Conselho de Ministro sem prévia anuência do Congresso. O último primeiro-ministro escolhido foi Hermes Lima<sup>21</sup>, com o objetivo de preparar o retorno do presidencialismo.

Todavia, com a questão do plebiscito já resolvida, a disputa política passa para a aproximação das eleições de 1962 e para o início da articulação contra o governo. Os golpistas, derrotados em 1961, continuaram a conspirar contra o governo, desde a posse de

---

<sup>21</sup> Entre os membros, estavam: Darci Ribeiro (PTB), na Educação e Cultura; João Mangabeira (PSB), na Justiça e Negócios Interiores; Hélio de Almeida (PTB), na Viação e Obras Públicas; Celso Furtado, no Planejamento; João Pinheiro Neto (PSD), no Trabalho e Previdência Social; Hermes Lima (PSB) além de primeiro-ministro, comandou também os ministérios do Gabinete Civil e das Relações Exteriores; general Albino Silva, no Gabinete Militar; general Amaury Kruehl, na Guerra; major-brigadeiro Reinaldo de Carvalho, na Aeronáutica; Pedro Paulo de Araújo Suzano, na Marinha.

Goulart, tanto no meio militar, com o marechal Odílio Denys, e dos generais Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva, como no meio civil, com o governador da Guanabara Carlos Lacerda (FERREIRA; GOMES, 2014). Durante o período, não havia um pretexto para um golpe por parte dos conspiradores, mas os golpistas continuaram conspirando e operam uma mudança de tática a fim de conquistar espaço político pelos meios institucionais.

É com a aproximação do período eleitoral que os golpistas passaram a atuar, através de entidades recém-criadas ligadas ao radicalismo de direita como Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) fundado em 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) fundado em 1959. Como demonstrado por René Dreifuss (2006), o complexo IPES/IBAD contava com o apoio financeiro tanto de empresários nacionais como de grupos estrangeiros; mas também da CIA e de intelectuais e militares anticomunistas em sua organização. O apoio financeiro servia principalmente para o financiamento de campanhas e para a compra de espaços de divulgação na mídia, e através de terror psicológico, visou à radicalização política e a acentuar o clima de insegurança. Os dois principais grupos para os quais direcionavam suas campanhas eram as classes médias e as mulheres. Para estas últimas, havia financiamento, organização e orientação política por parte do IPES em relação às organizações Campanha da Mulher Democrática – CAMDE, do Rio de Janeiro, União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo e Campanha para Educação Cívica – CEC (DREIFUSS, 2006).

Entre os demais setores da sociedade contemplados pelas organizações tais como militares, estudantes, dirigentes sindicais e padres, que agiam por meio de várias subsidiárias destas entidades, as principais eram a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e a Frente da Juventude Democrática (FID), cujo apoio era dado aos mais variados grupos sociais: segmentos voltados ao proletariado, como a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (Resdetral) no Rio de Janeiro e o Movimento Sindical Democrático (MSD), e o campesinato, com o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) e as Cooperative Leagues (CLUSA). O IPES e o IBAD participaram das eleições de 1962, ajudando financeiramente e formulando programas eleitorais de candidatos que defendessem seus interesses. O objetivo era deter o avanço das forças de esquerda, que vinham avançando e conquistando espaço político, especialmente depois da crise da renúncia, quando elegeram

150 políticos (CNV, 2014b). Essa ação hegemônica não surtiu efeito, pois os grupos de esquerda obtiveram maiores vitórias neste pleito.

Em termos concretos, a elite orgânica se mostrou capaz de reunir a centro-direita do país. Muito embora a centro-direita houvesse recebido apoio maciço do bloco de poder empresarial e a intensa campanha ideológica exercida junto à opinião pública, quando a poeira eleitoral se assentou, evidenciou-se que o equilíbrio político oscilava a favor das forças populares nacional-reformistas (DREIFUSS, 2006, p. 355).

Na eleição para a Câmara dos Deputados, o PSD ainda se manteve como o maior partido, com 119 deputados; a UDN elegeu 91, o PSP elegeu 21 e o PDC elegeu 20. Verifica-se o avanço dos partidos e candidatos de esquerda nessa eleição, e a luta pelas reformas de base foi intensificada. O PTB elegeu 116 deputados, tornando-se o segundo maior partido da Câmara; PST elegeu 07 e o PSB elegeu 05. No Senado, o PSD elegeu 15 senadores, o PTB elegeu 12, a UDN elegeu 11, o PTN elegeu 2, o PST elegeu 2 e o PSP elegeu 1. Também se incluem as vitórias para governador, de Miguel Arraes (PST) em Pernambuco; Seixas Dória (PSD) no Sergipe, José Augusto de Araújo (PTB) no Acre, Badger da Silveira (PTB) no Rio de Janeiro e Eloy Dutra (PTB) para vice-governador na Guanabara contra o candidato de Carlos Lacerda. As vitórias para deputado federal foram com Francisco Julião (PST) em Pernambuco e Leonel Brizola (PTB) pela Guanabara, com o número excepcional de 243.951 sufrágios.

Mesmo com essas vitórias eleitorais, as esquerdas ainda se encontravam fragmentadas e com divergências entre si, em especial em três pontos que dificultavam a união entre seus projetos políticos: “[...] uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessário a revolução.” (RIDENTI, 2005, p. 32). Em relação ao caráter da “Revolução Brasileira”, havia duas vertentes principais: uma que considerava a revolução em duas etapas, a primeira uma revolução “burguesa/democrática”, em que se desenvolveriam as forças produtivas, superaria os entraves do desenvolvimento nacional e contaria com o apoio não só das esquerdas, mas também de grupos das classes dominantes, o que resultaria na segunda etapa de uma revolução “libertação nacional/socialista”, em uma luta das classes subalternas contra as classes dominantes e o imperialismo. A segunda vertente desconsiderava a primeira etapa, e seria necessário partir para a revolução “libertação nacional/socialista”, já que as classes dominantes estariam associadas ao imperialismo e não haveria esse sentimento de desenvolvimento nacional. Em relação ao tipo de organização da revolução, havia uma

divisão entre a formação de um partido de vanguarda, que estruturaria todas as ações a serem tomadas, e a ação revolucionária de pequenos grupos autônomos taticamente. Por fim, em relação à luta revolucionária para chegar ao poder, havia vertentes desde a luta por dentro do sistema à insurreição das massas e à luta armada. Tanto as esquerdas mais antigas quanto os novos grupos surgidos no período em estudo tinham o mesmo objetivo da “Revolução Brasileira”, em que se pretendia a modernização por meio de mudanças estruturais profundas. As divergências dificultavam qualquer união e continuaram depois do golpe civil-militar.

Ao mesmo tempo, entre as várias esquerdas, havia a Esquerda Nacionalista, que propunha o desenvolvimento das forças produtivas nacionais independentes de outros países, bem como a defesa das reformas de base (agrária, bancária, urbana, universitária, administrativa, fiscal, tributária, monetária e código civil), seu principal objetivo político. Eles se dividiam entre os moderados, que propunham as reformas de base em aliança com as forças conservadoras e de centro, como o PSD, através do consenso; e os radicais, que propunham as reformas de base, rompendo com essas mesmas forças, implantando as reformas de maneira plena. Entre os que defendiam as reformas, estavam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>22</sup> e outros partidos menores, como o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Outros grupos políticos de esquerda também adotaram a posição nacionalista, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP). Tanto o PCB como a AP tiveram maiores penetrações nos movimentos sociais, como no meio sindical e no meio estudantil, respectivamente. E no movimento sindical, a CGT. Entre outros grupos políticos, com posições radicais, mas de menor tamanho, estavam a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – este, uma dissidência do PCB<sup>23</sup> – e o Partido Operário Revolucionário (Trotskista).

No campo, havia as Ligas Camponesas, que se formaram na segunda metade da década de 1950, cujo principal líder era Francisco Julião. Até 1961, as Ligas adotavam o papel de organizar e mobilizar os camponeses em suas reivindicações, na luta por melhores

---

<sup>22</sup> Não era um partido totalmente de esquerda, mas representava essa disputa. Entre a principal liderança dos moderados estava San Tiago Dantas, e entre os radicais, estava Leonel Brizola, que em torno de sua figura política, formava-se o que pode se considerar Brizolismo.

<sup>23</sup> Antes da cisão, o PCB se chamava Partido Comunista do Brasil. Depois de ser colocado na ilegalidade em 1947, a sigla passou a adotar o nome de Partido Comunista Brasileiro, em uma tentativa de obter seu registro. Com a cisão, o nome original passou a pertencer ao PCdoB. Tanto o PCB quanto o PCdoB passaram a disputar quem era o herdeiro do partido fundado em 1922.

condições, disputando espaço político com a Ultab, formada em 1954 e ligada ao PCB, que buscava espaço no meio rural, organizando os camponeses por meio da sindicalização. Ambos os movimentos visavam à Reforma Agrária. A posição das Ligas Camponesas muda a partir da Revolução Cubana, que influencia muito o movimento. As Ligas passam a adotar uma concepção socialista, mais revolucionária, e a luta pela guerrilha como métodos principais. Com isso, ocorreu um processo de intensificação de divergências com a Ultab, chegando ao ponto máximo no I Congresso, quando se dividiu o processo a ser adotado para a reforma agrária: o gradual da Ultab e o radical das Ligas (CUNHA, 2007).

No entanto, a posição mais radical das Ligas não foi muito benéfica para elas. Segundo Gorender (2014, p. 55), “A orientação guerrilheira debilitou o movimento das Ligas Camponesas, porém, estas já vinham sofrendo o estreitamento de sua base social por motivos da transformação acelerada de camponeses dependentes [...] em assalariados agrícolas.”. Além disso, o aumento de assalariados no meio rural foi extremamente benéfico para a Ultab, que avançou politicamente na disputa. Isso não impediu que uma divergência interna e que setores com posições mais radicais e aliadas às Ligas passassem a comandar a organização. O resultado foi a dissidência da linha do PCB, formando em 1963 a Contag.

Ao mesmo tempo em que João Goulart enfrentava as divergências entre as esquerdas, sua principal base de apoio, seu governo também enfrentava problemas nas relações externas com os EUA. Ainda durante o gabinete de Tancredo Neves, João Goulart viajou aos EUA em abril, juntamente com o ministro da Fazenda e das Relações Exteriores, na tentativa de melhorar a relação entre os dois países, mas com poucos resultados positivos. Depois dessa reunião, as relações entre Brasil e EUA começaram a se degradar. Um dos fatores fundamentais foi a questão cubana, principalmente a falta de apoio do Brasil em relação às medidas tomadas contra Cuba, em especial, uma possível invasão americana à ilha, já que o Brasil propunha uma solução não bélica e de respeito à autodeterminação de Cuba, algo que não fora bem visto pelos EUA.

Um fator que também contribuiu nos estremecimentos das relações foram as vitórias eleitorais das esquerdas em outubro de 1962. Esse ponto gera discussão entre autores. Para René Dreifuss (2006), com a derrota eleitoral dos candidatos de direita financiados, os Estados Unidos passaram a conspirar pela derrubada de Goulart, visto a falta de apoio eleitoral. Porém, Carlos Fico (2008) mostra que houve muito mais uma “campanha de

desestabilização”, com o objetivo de enfraquecer o governo e bloquear qualquer projeto de continuidade, do que uma “conspiração” que visava unicamente à derrubada do governo; esse processo de desestabilização – bem organizado, com planejamento centralizado e financiamento abundante – começou entre 1961 e 62, se intensificando em 1963.

A campanha de desestabilização tinha como principal órgão o USIS<sup>24</sup>. Sua atuação se dava principalmente por meio de propaganda político-ideológica, fosse por meio de noticiários e filmes ou por centros de cultura e ensino de línguas e programas de intercâmbio. Este último, um meio muito eficaz, já que atraía pessoas dos meios intelectuais, estudantes, professores universitários e jornalistas. Havia também a oferta de dinheiro para a viagem de brasileiros influentes para os EUA, algo que atraiu políticos conhecidos<sup>25</sup>. O objetivo desta tática era bem definido: a propaganda doutrinária; enquanto intercâmbios e viagens simpatizariam. O governo dos Estados Unidos investia pesado na desestabilização, tendo como exemplo as informações sobre um relatório secreto, pouco antes do golpe, sobre a campanha de desestabilização daquele ano. “[...] o USIS programou gastar aproximadamente US\$ 2 milhões de dólares com propaganda e atividades correlatas em 1964, sem considerarmos os recursos para os centros culturais e de ensino de línguas” (FICO, 2008, p. 80).

Ao mesmo tempo, os EUA agem politicamente, com uma missão liderada por William H. Draper, que avaliou o resultado das eleições e conversas com autoridades políticas e empresariais refletiram no cancelamento da viagem que o Presidente John Kennedy faria ao Brasil. Pouco tempo depois, começou uma campanha falsa e caluniosa contra o Governo de Goulart, tanto pelos meios de comunicação como por membros do governo estadunidense<sup>26</sup>, culminando com as declarações do Presidente John Kennedy sobre os assuntos internos do Brasil, em especial na questão econômica. Toda essa campanha tinha o intuito de conter créditos e investimentos no Brasil, como influência no plebiscito a ser realizado em janeiro de 1963 em prol do parlamentarismo. Havia, no entanto, disposição de Goulart para normalizar esses problemas de relações entre os dois países. Assim, se para o primeiro a campanha teve

---

<sup>24</sup> United States Information Service

<sup>25</sup> Segundo Carlos Fico, os deputados Mario Covas e José Sarney foram beneficiados com essa medida em 1963 (FICO, 2008, p. 81).

<sup>26</sup> Como as declarações de Arthur Schlesinger Jr. considerando Goulart “demagogo, fraco e oscilante”, ou as de Robert Kennedy, que acusava “Goulart, seu cunhado (Brizola) e seus amigos se tornaram alguns dos maiores proprietários de terra, alguns dos homens mais ricos do Brasil” (BANDEIRA, 2010).

resultados que dificultaram financiamentos e acentuaram o problema da inflação, o segundo não surtiu efeito, pois no início de 1963, com a realização do plebiscito, ocorre a vitória esmagadora do presidencialismo, com cerca de 9 milhões de votos contra os aproximados 2 milhões do parlamentarismo, e João Goulart pôde formar o seu ministério com orientação de centro-esquerda.

## 1.2 Retorno ao presidencialismo e Crise de Hegemonia

Com os poderes restabelecidos, Goulart forma o seu gabinete ministerial de centro-esquerda<sup>27</sup>, mas confirmando seu estilo conciliatório, parte para resolver os problemas na área econômica e nas relações Brasil-EUA. Em relação ao primeiro, foi elaborado por Celso Furtado o Plano Trienal, que consistia na continuidade do projeto nacional-reformista, dentro de um programa anti-inflacionário que levaria a uma leve recessão. Segundo Marcos Napolitano (2015, p. 39), o Plano Trienal:

[...] fora pensado em dois tempos: o primeiro tempo seria dedicado ao controle da inflação e retomada do controle das finanças públicas. Neste ponto, o plano era ortodoxo [...] – restrição salarial, restrição do crédito e cortes de despesa do governo. Passado este primeiro momento de ajuste estrutural, o Plano Trienal previa a retomada do desenvolvimento, a partir das reformas estruturais: administrativa, fiscal, bancária e agrária. Se essas reformas se realizassem, seus realizadores esperavam quatro resultados básicos: o governo gastaria menos (e melhor), os impostos seriam integrados e progressivos, as condições de crédito seriam reorganizadas e a agricultura, mais produtiva.

Mas a tentativa de adotar um projeto econômico não conseguiu encontrar apoio político para sua efetivação e enfrentou oposições tanto dos que queriam a adoção de uma política liberal ortodoxa, pelo receituário do FMI, como dos trabalhadores, que vislumbravam a possibilidade de violação de seus direitos.

O Plano Trienal foi a tentativa de cumprir o compromisso com as diversas correntes que disputavam o poder. Pretendeu uma série de providências, nas esferas administrativa e política, para as quais o país não estava preparado e nem o governo tinha condições de realizar. [...] Era demasiado ambicioso para tão limitado prazo de

---

<sup>27</sup> José Ermírio de Moraes (PTB), na Agricultura; Teotônio Monteiro de Barros (PSP), na Educação e Cultura; San Tiago Dantas (PTB), na Fazenda; Celso Furtado, no Planejamento; Evandro Lins e Silva, no Gabinete Civil; general Albino Silva, no Gabinete Militar; Antônio Balbino (PSD), na Indústria e Comércio; João Mangabeira (PSB), na Justiça; Eliezer Batista, na Minas e Energia; Amaral Peixoto (PSD), na Reforma Administrativa; Hermes Lima (PSB), nas Relações Exteriores; Paulo Pinheiro Chagas (PSD), na Saúde; Almiro Afonso (PTB), no Trabalho e Previdência Social; Hélio de Almeida (PTB), na Viação e Obras Públicas; general Amaury Krueel, na Guerra; major-brigadeiro Reinaldo de Carvalho, na Aeronáutica; Pedro Paulo de Araújo Suzano, na Marinha.

governo com suas forças progressivamente diminuídas pelo tumulto de uma série de problemas, o tornou irrealizável (SILVA, 2014, p. 132).

Isso evidencia que o modelo conciliatório já estava atingindo seu limite, e a sua aplicação em partes acabou por agravar a inflação e aumentar o custo de vida. As propostas de reformas não avançaram. Por sua vez, na questão das relações Brasil-EUA, San Tiago Dantas assumiu as negociações e estabeleceu-se uma série de compromissos com os EUA, entre as quais, uma das soluções encontradas seria a compra da AMFORP<sup>28</sup>, um acordo em que o governo brasileiro compraria a empresa, mas aceitaria o preço estabelecido pela subsidiária norte-americana, o que não foi concretizado devido à denúncia feita por Leonel Brizola de que o patrimônio da empresa era obsoleto e que o preço pedido na compra era superior ao estimado, o que causaria um prejuízo ao governo brasileiro. Em face da denúncia, a negociação foi suspensa, o que afetou ainda mais as relações entre os dois países e resultou na perda de confiança e na adoção de atitudes mais amistosas em relação ao Governo de João Goulart (FICO, 2008). Internamente, o escândalo da AMFORP também gerou ataques internos tanto da direita como da esquerda, que ocasionaram uma troca de todo o ministério a partir de julho de 1963<sup>29</sup>. As principais mudanças aconteceram no Ministério da Guerra, com a demissão do general Amaury Krueel, que foi substituído pelo general Jair Dantas Ribeiro; na queda de San Tiago Dantas, do Ministério da Fazenda, com a ascensão do ex-governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto (PDC); a substituição do general Albino Silva pelo general Assis Brasil no Gabinete Militar e a diminuição do papel de Celso Furtado da equipe ministerial.

A partir de agosto de 1963, ocorreram eventos de extrema importância. O primeiro foi o escândalo do IBAD. As grandes quantias movimentadas pelo instituto levantaram suspeitas sobre a origem e os objetivos dessas contribuições financeiras (DREIFUSS, 2006), somada as várias denúncias sobre os financiamentos suspeitos por parte dos institutos como IPES e IBAD a candidatos contrários ao governo e ao projeto nacionalista, e que resultou na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do

---

<sup>28</sup>A AMFORP (American & Foreign Power Company) era uma empresa estadunidense do setor de energia.

<sup>29</sup> Wilson Fadul (PTB), na Saúde; Osvaldo Lima Filho (PTB), na Agricultura; Paulo de Tarso (PDC), na Educação e Cultura; Darci Ribeiro, no Gabinete Civil; Egídio Michaelsen (PTB), na Indústria e Comércio; Abelardo Jurema (PSD), na Justiça; Evandro Lins e Silva, nas Relações Exteriores; Amauri Silva (PTB), no Trabalho e Previdência Social; Expedito Machado (PSD), na Viação e Obras Públicas; brigadeiro Anísio Botelho, na Aeronáutica; almirante Silvio Mota, na Marinha.

instituto. A CPI, mesmo tendo a participação de políticos beneficiados com esses financiamentos, logrou ter um resultado satisfatório.

O inquérito viria comprovar que a organização poderosamente financiada, que não podia explicar a origem de seus imensos recursos, conseguia eleger para o Congresso um número tal de senadores e deputados que constituiria, naquelas casas, bancadas numericamente superiores à do partido majoritário. [...] Para conseguir a sua finalidade, o domínio do poder em nosso país, pelo controle daqueles que elaboram as leis, o Ibad, ocupou, no período eleitoral, a maioria dos horários das estações de rádio e de televisão, em todo o país, e o espaço dos maiores jornais. O movimento dos fundos do Ibad era feito por bancos estrangeiros e ficou provado que a parte destes fundos provinha de empresas estrangeiras, na maioria norte-americanas, instaladas no Brasil (SODRÉ, 2010, p. 464).

Como consequência, em setembro do mesmo ano, por decreto de João Goulart, a organização teve seu funcionamento suspenso por três meses, o que foi um primeiro passo para seu futuro fechamento. “Entretanto, a CPI fracassou em estabelecer ligações entre o IBAD e o IPES por três motivos: por fontes financeiras comuns, pela participação de um mesmo membro nas duas organizações ou mesmo por ação conjunta.” (DREIFUSS, 2006, p. 357). Isso resultou no não indiciamento do IPES e de outros grupos no inquérito final. Mesmo com o desbaratamento de uma das organizações articuladoras do golpismo, a permanência do IPES anulou a medida, já que sua existência levou a centralização em torno de si. Esse fato podia indicar que o governo Goulart pudesse estar recuperando a condução do processo político, ou a Hegemonia.

É a partir de setembro que a situação política começou a complicar. Os Estados Unidos passaram a intensificar a campanha de desestabilização contra o governo Goulart, enquanto o crédito ia se restringido. Internamente, a situação econômica se agravava, ao mesmo tempo em que a política de conciliação começava a apresentar seus limites, esgotando as tentativas de diálogo entre o PTB e o PSD (FERREIRA; GOMES, 2014). Foi neste cenário que aconteceu o segundo evento de importância, a Revolta dos Sargentos, que teve início quando o STF negou elegibilidade aos sargentos, depois das últimas eleições e depois da vitória de alguns praças que haviam se candidatado.

Devido a essa decisão, que impediu a posse de sargentos legalmente eleitos e resultou na cassação de seus mandatos, sublevaram cerca de quinhentos sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica, apoderando-se de importantes centros administrativos em Brasília, inclusive a Radio Nacional. Os revoltosos tomaram o ministério da Marinha e invadiram a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, e seus respectivos presidentes foram

presos. Porém, carecendo de qualquer direção política, a revolta ficou restrita a Brasília, sendo rapidamente abafada pelo governo. Rapidamente também aconteceram as importantes consequências em relação ao motim, que não foi um estopim para a tentativa de um golpe, mas serviu de pretexto para os golpistas.

O Governo controlou a crise, e não obstante, considerável parcela da oficialidade assustou-se. A explosão de indisciplina vitalizou os que tramavam a ruptura da legalidade, a pretexto de combater a desordem, a agitação, as greves políticas, em resumo, o comunismo. E, no dia seguinte ao motim, o general Humberto de Alencar Castelo Branco empossou-se na chefia do Estado Maior do Exército, a condenar os “oportunistas reformistas” que, segundo ele, “pretendiam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua.” (BANDEIRA, 2010, p. 248).

As declarações do general Castelo Branco, que havia sido nomeado para o Estado Maior do Exército, demonstrou em seu discurso de posse que passaria a conspirar contra o governo e de dentro do poder. Outra consequência foram as declarações do general Peri Bevilacqua, no comando do II Exército, sobre a rebelião. Tendo defendido a posse de Goulart e se considerado um nacionalista e legalista (FERREIRA; GOMES, 2014), suas declarações contra a revolta dos Sargentos e o movimento sindical, em especial a CGT, ao reclamar das insubordinações, da quebra de hierarquia dos militares e da extrapolação das greves, causaram atritos entre ele e as esquerdas. Posteriormente, foi substituído pelo general Amaury Krueel no comando do II Exército.

Por fim, no início de outubro, acontece o terceiro evento. Uma tentativa de ofensiva política de João Goulart contra os golpistas resultaria na decretação constitucional de Estado de Sítio. Nela, incluir-se-ia a prisão de Carlos Lacerda, ponto encabeçado pelos ministros militares que estavam indignados com suas declarações ao “Los Angeles Times”<sup>30</sup>. As declarações do governador da Guanabara contaram com o apoio de Adhemar de Barros, que já havia rompido com o governo federal, passando a conspirar contra o mesmo. Goulart não visava a um golpe, mas sim a uma demonstração de força contra o golpismo, mostrando que ainda tinha o controle da hegemonia política.

Apenas se inclinara [...] a tomar uma atitude de força, sem transpor o espaço constitucional, [...] não só para a adoção de medidas de defesa como para a realização das reformas de base. Goulart sabia que se mantivesse o mesmo comportamento dos meses anteriores, o assédio da oposição recresceria e ele não teria condições de permanecer no poder. Afigurava-se-lhe, portanto, necessário

---

<sup>30</sup> Quando ele teria dito que o governo cairia até o final do ano e que os militares discutiam se seria, como dito por Lacerda (*apud* MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 258): “ [...] melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo.”

tomar medidas de força, de sorte que seu governo pudesse realizar as reformas de base e entrar em uma fase muito mais dinâmica, com participação popular (BANDEIRA, 2010, p. 259).

Em busca de apoio político à sua medida, Goulart procurou todas as forças populares, inclusive de Leonel Brizola, que vinha se organizando politicamente com parlamentares nacionalistas à frente da FMP<sup>31</sup>. Mesmo não tendo ficado muito claro os objetivos e não mencionado a ideia de declarar Estado de Sítio, este movimento não prosperou por dois motivos. O primeiro foi a não prisão de Carlos Lacerda. Com a descoberta de que seria preso, feita por um major amigo, Lacerda saiu de cena temporariamente, e a missão para prendê-lo não contava com o respaldo dos escalões intermediários das Forças Armadas, muitos simpáticos a ele, resultando no recuo imediato de suas buscas. O segundo motivo foi a falta de clareza da medida de Goulart. A situação complicou ainda mais quando o presidente solicitou ao Congresso a declaração de Estado de Sítio. Essa medida fez as esquerdas levantarem dúvidas sobre quais eram as verdadeiras intenções do governo e dos ministros militares em relação a essa medida e se poderiam voltar-se contra elas. A direita, por sua vez, também ficou contra, usando a situação para atacar Goulart. O resultado foi uma reação negativa entre a grande maioria em relação ao Estado de Sítio. Foram poucos os que aprovaram e apoiaram.

Foi o caso da organização Resistência Nacional, formada por sindicalistas e profissionais liberais. Em manifesto assinado pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do estado de São Paulo, do presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Papel, Papelão e Cortiças do estado de São Paulo e três personalidades representando as “classes liberais”, o texto criticava a radicalização do movimento sindical e de setores da direita golpista. [...] apoiava o presidente da República, os ministros militares e a implantação do estado de sítio em defesa da ordem democrática (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 191).

Face ao exposto, era evidente que a medida era uma tentativa de demonstração de força por parte do presidente. Se fosse implementada, poderia cortar os principais focos golpistas. Mas também havia uma possibilidade de atacar as esquerdas, algo que as preocupava, fazendo-as a suspeitar que João Goulart pudesse prender governadores de esquerda como Miguel Arraes. Ou seja, ao mesmo tempo em que atingiria a direita, poderia ir para as esquerdas também. Como resultado, o Estado de Sítio foi retirado de pauta antes mesmo de ser votado no Congresso; iniciativa repudiada tanto pela esquerda, que se sentiu

---

<sup>31</sup> Frente de Mobilização Popular – Foi a união de vários movimentos de esquerda (como a Frente Parlamentar Nacionalista) e de lideranças de esquerda (citando Leonel Brizola). Defendia as Reformas de Base, mas propunha sua implantação sem a negociação com as forças conservadoras.

traída com a medida, como pela direita, que a usou como pretexto para seus discursos. Como consequência, os grupos de esquerda também romperam com Goulart, enquanto as direitas golpistas intensificaram seus ataque contra ele.

Esses dois eventos resultaram em grandes consequências para a situação política. Os golpistas, que vinham se articulando, começam a conquistar espaço e intensificaram os discursos dos oficiais golpistas, que acabaram ganhando a adesão de outras forças militares.

Enfatizavam em especial “dois” perigos principais, contra os quais o golpe teria sido o único e último baluarte: o de uma revolução comunista e o de uma “quebra de hierarquia” nas Forças Armadas por parte dos militares de patente inferior, fomentada por “agentes subversivos” infiltrados em seu meio – dois perigos que teriam sido tolerados, até mesmo atizados, pelo presidente João Goulart (CHIRIO, 2012, p. 17).

A própria Revolta dos Sargentos não tinha nada a ver com os dois perigos; no entanto, dentro do discurso golpista, qualquer tipo de reivindicação era visto como expressão de comunismo. O próprio acontecimento evidenciou uma ideia de quebra de hierarquia, e nas Forças Armadas, começava a ocorrer a migração de segmentos para a oposição. Com o Estado de Sítio, confirmou-se a concepção dos golpistas de que Goulart planejava tomar o poder, além das conspirações e a ideia de um inimigo interno a ser combatido por meio da doutrina de “guerra revolucionária”. Entre os atores golpistas, dois grupos se sobressaíam.

[...] o dos militares mais tradicionalistas, a chamada “linha-dura” de caserna, que marchava no mesmo sentido, embora sem maiores contatos diretos. Que as forças econômicas e políticas mais conservadoras do país, a exemplo dos latifundiários, do empresariado mais arcaico e de parcelas do PSD e UDN. Mas também havia os que se agrupavam em torno do núcleo doutrinário da ESG, a chamada “Sorbonne” dos quartéis, que por sua vez se articulava abertamente com os grupos mais influentes e modernos do empresariado nacional e multinacional. No primeiro caso estava, por exemplo, Costa e Silva. E também Olympio Mourão Filho e Luís Carlos Guedes [...]. Entre os “esguianos” destacavam-se os generais Cordeiro de Farias, Bizarria Mamede, Adhemar de Queiroz, Antônio Carlos Muricy e Golbery do Couto e Silva (NETO, 2004, p. 224).

No lado civil, os acontecimentos fizeram com que atores políticos que se mantinham neutros ou eram de oposição passassem a se opor ao governo e até a participar das conspirações. Um deles foi o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que passou a conspirar contra o presidente, aumentando o efetivo da Polícia Militar do estado e estabeleceu contato com o governo dos EUA (FERREIRA; GOMES, 2014). Observa-se também o aumento da polarização no âmbito político, radicalizando-se as posições em ambos os lados, entre as quais, as hostilidades entre segmentos das Forças Armadas e o movimento sindical.

Nessa linha, as conspirações tanto da esquerda com da direita também se intensificam. Ao que parece, a direita estava mais bem estruturada nessa questão, não somente com o apoio militar, mas também financiamentos nacionais e estrangeiros. Houve investigações por parte do Exército e do Ministério da Guerra, em que se descobriu a compra de material bélico, parte entrando de maneira clandestina ou por contrabando, vinda de campos de treinamento paramilitar; e a descoberta da existência de milícias paralelas, como o GAP e a Ação de Vigilantes do Brasil, reforçando a ideia de maior força dos grupos de direita (BANDEIRA, 2010). Mas as ofensivas por parte dos governadores de oposição de vários estados ao governo Goulart, em especial Adhemar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais) não se resumiam a ataques políticos.

Os governadores foram úteis ao colocarem a força policial de seus Estados à disposição do movimento civil-militar contra João Goulart, medida da maior importância, tendo em vista a localização estratégica das milícias estaduais nas áreas urbanas, treinadas especialmente para lidar com civis e com um tal potencial bélico que as transformava em exércitos de fato. Em muitos aspectos, as milícias estaduais estavam muito melhor equipadas para intervenção direta do que os próprios militares. Os governadores também foram importantes pelo acobertamento que puderam dar ao movimento subversivo militar (DREIFUSS, 2006, p. 382).

Simultaneamente, os ataques das classes dirigentes contra o governo se intensificam, ao mesmo tempo em que vão se afastando. Em 19 de Dezembro de 1963, ocorre a demissão do Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, que não encontrava condições para resolver os problemas econômicos tanto interna quanto externamente. Sua demissão levou Leonel Brizola a disputar a indicação para o cargo, com o intuito de fortalecer seu nome para uma candidatura presidencial. No entanto, ele é preterido pelo banqueiro Nei Galvão, em uma tentativa de conciliação de João Goulart.

A nomeação do novo ministro não encontrou apoio por parte das classes dominantes e rompeu a última tentativa de aproximação do governo com o segmento conservador. A Hegemonia não era mais possível, a política de conciliação ruiu de vez e a Crise de Hegemonia estava instalada. San Tiago Dantas, em uma última tentativa de conciliação, tentou organizar uma Frente Progressista em resposta à FMP, negociando com as forças de centro e de esquerda (FERREIRA; GOMES, 2014). João Goulart se encontrava em uma situação difícil, dividido entre o projeto moderado e o radical das esquerdas. Tudo indicava que o segundo tinha mais força.

O governo João Goulart, naquelas circunstâncias, só podia contar com os trabalhadores urbanos e rurais, segmentos das classes médias e setores frágeis e

descontentes do empresariado nacional, que rezingavam contra o capital estrangeiro, enfim, com as forças populares, representados por sindicatos, Ligas Camponesas, entidades estudantis e partidos de esquerda, como o PTB, PCB, PSB, aos quais se somavam políticos nacionalistas de outras agremiações. Com efeito, dentro das condições que se criaram, Goulart optara por esse caminho, a fim de permanecer fiel a suas origens políticas e coerente com seus objetivos (BANDEIRA, 2010, p. 288).

Goulart visava conquistar novamente o espaço político. Com isso, ele se alia à esquerda radical, voltando a se aproximar dos movimentos sociais. A partir dessa aliança, que acabou de vez com a organização da Frente Progressista, o governo acelerou uma série de medidas de cunho nacionalista e reformista tais como a extensão de direitos como a previdência social, assistência médica, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou idade aos trabalhadores rurais e a regulamentação da lei sobre remessas de lucro ao exterior, que estava parada havia anos, além de procurar avançar no projeto das reformas de base.

A mudança da posição moderada para uma mais radical de Goulart ainda era vista com ressalva pelos grupos de esquerda. No desejo de oficializar a aliança, foi organizado o Comício da Central do Brasil, evento que representaria sua mudança de proposta, realizado em 13 de março de 1964 e minuciosamente preparado por seus conselheiros, que utilizaram a mesma estrutura de madeira em que Getúlio Vargas fazia suas aparições na praça em frente à estação ferroviária da Central do Brasil. Houve uma tentativa de esvaziar o comício quando Carlos Lacerda decretou feriado aos servidores da Guanabara (SKIDMORE, 2010). No entanto, a medida não surtiu efeito, já que reuniu uma multidão de aproximadamente 200 mil pessoas. O Comício pode ser considerado um momento-chave da aliança entre o governo de João Goulart e as forças populares.

O desencadeamento do processo ocorreu inicialmente em 13 de março, quando se realizou o gigantesco comício, ao lado do Quartel General do Exército. O fato de ter sido gigantesco, com mobilização popular extraordinária, evidentemente apoiada no fato de ser legal, isto é, bafejada pelo poder público, constituiu a primeira séria ameaça às forças do atraso, que só por isso se alarmariam consideravelmente, tal o horror, que professam a povo, e particularmente a povo nas ruas e nas praças, proclamando as suas reivindicações. Isto lhes pareceu sempre a ignomínia suprema. Mas houve ainda mais, e isso é que as levou ao extremo limite do alarma: o comício teve a garantia de tropas do Exército (SODRÉ, 2010, p. 469).

O Comício representou o compromisso de João Goulart com os movimentos populares. Suas medidas propostas nas reformas de base assumiam um caráter muito mais de desenvolvimento de um capitalismo autônomo e independente do que socialista, aproximando-se dos grupos da esquerda nacionalista. Ao mesmo tempo, serviu de alerta para os golpistas. “Jango havia dado o passo em falso pelo qual Castello Branco e os demais

adversários tanto esperavam.” (NETO, 2004, p. 234). Para eles, a realização do Comício foi o ponto final para Goulart, mas ainda não podiam tomar alguma atitude. Precisavam conquistar apoio político e militar, e com isso se intensificaram os movimentos golpistas. Mas era necessário um evento em resposta ao Comício.

Era preciso responder à mobilização reformista com uma mobilização de rua maior ainda, que fizesse com que as donas de casa, empresários, lideranças conservadoras civis e religiosas, jovens da burguesia e da pequena burguesia saíssem as ruas para protestar contra o governo. Para tal foi escolhido o palco e a data. São Paulo, 19 de março. Dia de São José, padroeiro da família (NAPOLITANO, 2015, p. 56).

Essa mobilização foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Organizada pela União Cívica Feminina, o evento contou com o apoio do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que forneceu recursos e ajudou na organização. Mas ele mesmo não participou da marcha, preferindo acompanhá-la de longe, em um helicóptero, procurando não dar um caráter político ao movimento (LOVATO, 2014). Participaram da marcha o senador Auro de Moura Andrade, o governador da Guanabara Carlos Lacerda e o general Nelson de Mello. Um personagem fundamental foi a mulher, pela presença de organizações femininas conservadoras vindas do interior do estado, e em uma jogada política, o governador de São Paulo mandou como seu representante a primeira-dama, Dona Leonor de Barros. O fato de a grande multidão, tendo à frente Dona Leonor e outras primeiras-damas dos governadores da Guanabara, do Rio Grande do Sul, do Paraná e da Bahia, figuras associadas a ações sociais e de caridade, além de outras marchadeiras, reforçou uma ideia de uma marcha não política.

Alguns [cartazes] continham os apelos: “Abaixo o Imperialismo Vermelho”, “Renúncia ou Impeachment”, “Reformas sim, com Russos não”; outros lembravam o público que “Getúlio prendia os comunistas, Jango premia os traidores comunistas”. O governador de São Paulo Adhemar de Barros aliou-se a esse esforço e proporcionou recursos. A elite orgânica assegurou a participação das companhias aéreas e de ônibus que ofereceram transporte gratuito para os representantes de todos os municípios de São Paulo e outros Estados, proposição não muito difícil, já que muitos dos próprios executivos das companhias de transporte eram membros e financiadores do IPES. [...]. A marcha foi ostensivamente uma manifestação de classe alta e classe média alta e, em decorrência disso, muito restrita [...]. O Embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta em 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, Secretário de Estado americano: “A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha” (DREIFUSS, 2006, p. 316).

Mesmo sendo uma marcha de classe alta e classe média alta, ao final foi um sucesso. Os organizadores não tinham grandes expectativas de público, pois esperavam que superassem o Comício por pequena margem de público, mas a marcha reuniu

aproximadamente 500 mil pessoas. O sucesso da marcha foi tão grande que outras aconteceram.

No dia 21 de março, em Araraquara, a Marcha recorreu à memória histórica dos paulistas. Ela foi iniciada com uma homenagem aos mortos da chamada Revolução de 32 [...]. No mesmo dia, houve Marcha na cidade de Assis. No dia 25 de março, ela ocorreu em Santos, onde cerca de oitenta mil pessoas desfilaram pelas ruas. Em 28 de março, foi a vez da cidade de Itapetininga. No dia seguinte, Marchas aconteceram em Atibaia, Ipaussu e Tatuí. Em 24 de março, a Marcha chegou ao Paraná e foi realizada na cidade de Bandeirantes (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 304-305).

O objetivo era demonstrar a força dos golpistas, algo que deu certo. Em meio a tudo isso, a situação política foi se agravando, e os ânimos se exaltando. Contudo, os golpistas, já articulados e mostrando força, começaram a organizar o golpe, estabelecendo tanto a data para o golpe – 2 de abril de 1964<sup>32</sup> – como definindo sua aplicação.

As tropas de Minas Gerais desceriam ao mesmo tempo em que as guarnições de São Paulo subissem, ambas em direção do Rio de Janeiro. Simultaneamente, movimentos paralelos seriam detonados no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Previam-se entre trinta e sessenta dias de luta, até conseguir sufocar a resistência das tropas que permanecessem fiéis a Jango. Tudo iria depender da posição do II Exército de Kruel (NETO, 2004, p. 245).

A dúvida sobre o papel do II Exército no golpe seria o “fiel da balança”, mas tanto o governo como os golpistas sabiam que a posição a ser tomada pelo general Amaury Kruel seria definitiva.

### **1.3 O golpe civil-militar de 1964**

No final de março de 1964, eclodiu na Semana Santa a Revolta dos Marinheiros. Durante a comemoração do aniversário de sua Associação, que contou com aproximadamente dois mil marinheiros e fuzileiros navais, os ânimos do evento foram se acirrando, com discursos exaltados em relação a reivindicações extremamente justas tais como direito ao voto, direito à livre manifestação, melhores salários e direito a casar. No contexto, porém, essas reivindicações foram interpretadas como uma afronta à ordem e à hierarquia, o que levou o ministério da Marinha a ordenar um destacamento de fuzileiros navais para invadir o local. No entanto, o resultado foi o contrário, pois parte dos fuzileiros aderiu à revolta. Diante

---

<sup>32</sup> Data levantada por autores como Luiz Alberto Moniz Bandeira, Thomas Skidmore e Amilton Lovato.

de tal situação, João Goulart viajou para a Guanabara para resolver o problema. Sua decisão ao chegar foi ordenar que os marinheiros não fossem atacados, o que resultou na renúncia do ministro da Marinha, almirante Silvio Mota. Enquanto isso, líderes das esquerdas discutiam os acontecimentos e procuravam como proceder na situação, preocupados que a Revolta dos Marinheiros fosse um pretexto para o golpe que pairava (FERREIRA; GOMES, 2014). Ao final, foi aprovado o apoio ao movimento, e Goulart nomeia, durante o episódio, um novo ministro da Marinha, o almirante reformado Paulo Mário Cunha Rodrigues. Houve também um acordo com os marinheiros de que não haveria nenhuma punição e as reivindicações seriam atendidas, entretanto, eles foram presos logo depois. O novo ministro da Marinha determinou a libertação dos revoltosos e os anistiou. A passeata pela vitória continuou até o ministério da Guerra, por onde os anistiados desfilaram.

Enquanto os atores políticos iam se definindo, um último acontecimento precipitaria o golpe e serviria de pretexto para os golpistas: o discurso de João Goulart no Automóvel Clube, em que sargentos das três Forças Armadas pretendiam homenagear o presidente. Ao contrário da Revolta dos Marinheiros, considerada um senso comum como pretexto para o golpe, o discurso no Automóvel Clube foi o fator determinante, inclusive na opinião de militares que participaram do regime na época, como o tenente-coronel Gustavo Moraes Rego Reis.

A grande falha, que desencadeou o processo e colocou a instituição militar mobilizada, foi quando o Jango mexeu com os sargentos. Tanto que naquela noite do Automóvel Clube nós procuramos evitar aquilo – eu não fui, porque não procurei o Castelo naquele início da Revolução. Mas tentou-se impedir que os sargentos saíssem do quartel. Foram consultar o Castelo: podia-se tentar uma prontidão, na Vila podia-se fazer alguma coisa nesse sentido, para impedir aquela reunião no Automóvel Clube. Aí o Castelo disse: “Isso será a gota d’água. A imagem que os civis vão ter dessa reunião vai ser a gota d’água. A opinião pública vai ver o risco que está correndo.” Como de fato foi (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 41-42).

O ambiente político estava pesado diante da hostilidade dos governadores oposicionistas em relação ao governo federal e do avanço das conspirações dos golpistas. Mesmo o evento sendo algo corriqueiro, as circunstâncias mostravam que a situação política não estava propícia a esse tipo de ação.

A solenidade de homenagem de inferiores a superiores, ainda em público, não era original; o presidente havia, como outras autoridades, antes, fornecido ou contribuído para que fossem fornecidos recursos às suas associações de classe. O momento, entretanto, era diverso, e o clima chegara a tal ponto que se considerava subversivo tudo o que ali ocorreu (SODRÉ, 2010, p 472).

No entanto, a tranquilidade do Gabinete Militar em relação ao dispositivo militar prevaleceu, na crença de que haveria uma reação caso os golpistas agissem. Apesar do apelo dos deputados Tancredo Neves, Doutel de Andrade e Tenório Cavalcanti a João Goulart para que não comparecesse ao evento, o presidente confiou no general Assis Brasil e, sob esquema de segurança, compareceu ao evento. Depois de outros convidados discursarem, chegou a vez do presidente. Seu discurso improvisado surpreendeu a plateia.

Em Minas Gerais, a solenidade serviu de estopim para indicar o movimento golpista, e na madrugada do dia 31 de março, inicia-se o Golpe Civil-Militar, com as tropas do general Olympio Mourão Filho marchando em direção ao Rio de Janeiro, e as tropas do general Carlos Luiz Guedes para Brasília. Quanto ao fato, existe uma divergência entre os autores. Tanto Lira Neto como Marcos Napolitano afirmam que o general Mourão Filho antecipou-se por conta própria à deflagração do golpe quando se revoltou com o discurso de Goulart. No entanto, Moniz Bandeira (2010, p. 329-330) mostra que a antecipação mineira não foi algo passional.

No dia 28 de março de 1964, o governador José Magalhães Pinto, acompanhado do coronel José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, dirigiu-se a Juiz de Fora e lá encontrou com o marechal Odylio Denys e os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luis Guedes, decidindo marcar a data da sedição, à revelia de Castelo Branco, para o dia 30. Minas Gerais levantar-se-ia, com vinte mil soldados de sua Polícia Militar mais as tropas do Exército comandadas pelos generais Guedes e Mourão Filho, à espera da adesão, pelo menos, dos governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Nei Braga (Paraná) e Ildo Menegheti (Rio Grande do Sul). José Magalhães Pinto determinou imediatamente a requisição de todo o estoque de gasolina existente no Estado e organizou uma espécie de ministério interpartidário, com a inclusão do PSD. Um governo representativo, a fim de que pudesse reivindicar legitimidade, como Gordon lhe sugerira. Afonso Arinos de Melo Franco, nomeado chanceler, encarregar-se-ia de negociar o reconhecimento do estado de beligerância de Minas Gerais, contando com o fornecimento de petróleo e material bélico pelos Estados Unidos [...].

Hélio Silva (2014) também confirma essa informação e fornece detalhes da conspiração antecipada. O general Mourão Filho não teria agido por impulso, mas dentro de uma tática planejada. No entanto, isso não explicaria o motivo de ele ter antecipado o golpe. Uma possibilidade é que os golpistas teriam informações sobre o dispositivo militar de Goulart de que o presidente não dispunha de comandos suficientes em seu favor. Outra consideração sobre a antecipação mineira é a confirmação de uma hipótese, já comentada por militares que participaram do golpe, com o general Carlos de Meira Matos. Segundo ele:

[...] foi uma conspiração multipolar. Houve vários polos de conspiração e esses polos não tinham muito entendimento. Não havia um líder revolucionário, nem um chefe revolucionário. Havia um descontentamento geral [...]. Em São Paulo houve

quatro ou cinco focos de conspiração, no Rio houve quatro, cinco e outros no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Recife, no Paraná. É interessante, todos queriam derrubar o João Goulart, mas não havia um comando, não havia ninguém que coordenasse isso tudo (*apud* D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 102-103).

A hipótese de que o golpe não possuiu uma organização centralizada é corroborada por autores do tema. A conspiração teria sido feita de maneira desorganizada, e o golpe iniciado sem o conhecimento dos principais líderes (FICO, 2008). O antecipado movimento das tropas do general Mourão Filho e do general Guedes, na manhã do dia 31, deixou os próprios golpistas surpreendidos com a precipitação, em especial Castelo Branco. “A reação de Castelo Branco, àquela altura grande líder da facção mais organizada dos conspiradores, sob o beneplácito dos EUA, foi sintomática: ‘Isto é uma precipitação, vocês estão sendo precipitados, vão estragar tudo’.” (NAPOLITANO, 2015, p. 63). Preocupado com a possibilidade de o golpe fracassar com a movimentação antes do previsto, o general Castelo Branco entrou em contato com as facções mineiras na tentativa de dissuadir o golpe antecipado. Mas, ao perceber que não havia mais possibilidade de retrocederem, Castelo Branco vai para o gabinete do EME, no ministério da Guerra, contando com a escolta voluntária de oficiais-estudantes. Posteriormente, o general Costa e Silva também vai para o ministério. Os dois passam a organizar e a articular o golpe, quando general Castelo Branco fez ligações para as lideranças, e o general Costa e Silva, para os comandos militares (NETO, 2004).

Ao tomar conhecimento das movimentações do general Mourão Filho, João Goulart se reuniu com seu gabinete ministerial para discutir a questão. Decidiu enviar um contingente militar com o objetivo de barrar a marcha em direção ao Rio de Janeiro. No decorrer do dia, Goulart recebeu a visita de políticos e propôs soluções políticas para a crise. Um deles foi Juscelino Kubitschek, que propôs “[...] a substituição do ministério por outro marcadamente conservador, o lançamento de um manifesto repudiando o comunismo, a punição dos marinheiros e outras iniciativas de igual teor.” (BANDEIRA, 2010, p. 337). Outro que apareceu foi o general Peri Bevilacqua, que propôs “[...] servir de mediador com Mourão Filho, desde que Goulart se comprometesse a proibir a greve geral anunciada pelos trabalhadores, intervir nos sindicatos, governar com os partidos e não com o CGT, apoiando-se nas Forças Armadas.” (BANDEIRA, 2010, p. 337).

Ambas as proposta foram rechaçadas por Goulart, já que iam contra suas convicções. Ao mesmo tempo, as esquerdas organizaram tentativas de resistência, como as Ligas

Camponesas em Pernambuco, e a Ação Popular na interdição da rodovia que liga o Rio ao Nordeste (FERREIRA; GOMES, 2014). O movimento sindical organiza uma greve geral a ser realizada no dia seguinte. Segmentos das Forças Armadas leais ao governo se organizam e aguardaram as ordens para resistir ou para agir em alguma ação ofensiva. Houve ainda uma tentativa de prender o general Castelo Branco, mas ele saiu do ministério da Guerra antes do ato. Em resumo, mesmo com os problemas e avanços do golpismo, havia uma possibilidade de resistência por parte de Goulart e seus aliados. Ao final da noite, a situação se inverteria.

À noite, em presença de alguns ministros, Goulart recebeu um telefonema do general Amaury Krueel, comandante do II Exército, que também se serviu de mediador e impôs, como condições, o fechamento da CGT, da UNE e outras organizações populares, intervenção nos sindicatos e afastamento de auxiliares do presidente da República apontados como comunistas. Goulart ponderou que, se aceitasse aquelas exigências, ficaria “numa posição pior que a do parlamentarismo” e que “não seria um presidente decorativo”. Em seguida, ao perceber o tom de ultimato, passou a tratar Krueel cerimoniosamente, dizendo-lhe com rispidez: “General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com minhas origens. O senhor fique com suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente”. E desligou o telefone (BANDEIRA, 2010, p. 337-338).

Em 2014, o coronel reformado do Exército, Erimá Pinheiro Moreira, relata que no dia 31 de março de 1964, o general Amaury Krueel foi comprado por 1,2 milhões de dólares, dinheiro entregue pelo vice-presidente da FIESP na época, Raphael de Souza Noschese, para apoiar o golpe civil-militar, o que resultou na mudança de lado dele<sup>33</sup>. Pouco tempo depois dos dois acontecimentos, Amaury Krueel anuncia seu rompimento e do II Exército com o governo federal, passando para o lado da conspiração, deslocando tropas em direção à Guanabara. Além do rompimento com o comandante do II Exército, outro fator agravou a situação: a informação trazida por San Tiago Dantas de que “Arinos dissera então a Dantas que o governo de Washington apoiava a subversão e que não só reconheceria a beligerância de Minas Gerais como também interviria militarmente no Brasil, em caso de guerra civil.” (BANDEIRA, 2010, p. 338). Como já mencionado, os Estados Unidos investiram massivamente na “campanha de desestabilização”, e o planejamento do golpe começou a ocorrer no final de 1963, quando essa possibilidade passou a ser considerada concreta. Para isso, organiza-se um “plano de contingência” em que se analisam quatro cenários possíveis e

---

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/02/comissao-municipal-da-verdade-ouve-coronel-do-exercito-sobre-suborno-a-militar>

os quatro planos a serem adotados por cada um, o qual chama mais a atenção o plano a ser adotado no segundo cenário.

No caso do golpe e da irrupção de um conflito de eventuais forças legalistas e os revoltosos, o plano afirmava a desejabilidade da formação de um governo alternativo pelas “forças democráticas” (isto é, pelos golpistas) para que fosse possível reconhecê-los e, assim, descartar Goulart. Seria preciso que tal governo alternativo do Brasil estivesse controlando alguma região significativa do país e chamasse por legitimação internacional, caracterizando uma situação de insurgência ou beligerância que, tradicionalmente, no universo diplomático, permite o reconhecimento da legitimidade do novo governo em detrimento do anterior: “se uma parte significativa do território nacional fosse controlada pelas forças democráticas, a formação de um novo governo provisório alternativo para solicitar ajuda seria altamente desejável” (FICO, 2008, p. 91).

A tática proposta é a mesma posta em prática por Minas Gerais quando se iniciou o golpe. Mas não seria a mesma coisa que a Operação Brother Sam, plano organizado especialmente pelo embaixador Lincoln Gordon e atores golpistas tais como o general de brigada José Pinheiro de Ulhoa Cintra. A proposta da Operação em nenhum momento negava a tática estabelecida no plano de contingência, mas adicionava novos procedimentos a serem adotados.

[...] o plano estabelecia que, no caso de algum tipo de confronto, nenhum apoio seria dado a Goulart, muito ao contrário, já que os Estados Unidos deveriam “providenciar apoio secreto ou mesmo aberto [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição), mas intervir com força somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado” – diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria “*Brother Sam*” (FICO, 2008, p. 93).

Neste último ponto, existem discussões entre os autores sobre uma “invasão dos Estados Unidos”. Para Moniz Bandeira (2010), haveria intervenção militar dos EUA no Brasil em caso de guerra civil. Já para Carlos Fico (2008), a possibilidade de intervenção militar era tratada como possibilidade remota, e somente considerava-se a intervenção por parte da URSS ou de Cuba no conflito; não que pudessem criar uma desculpa para intervir, mas o apoio material aos golpistas era o mais provável. Ademais, os custos financeiros mostrados pelo autor também dificultavam uma intervenção. Entretanto, o apoio dos Estados Unidos aos conspiradores foi o que determinou que Goulart não desse ordens ao seu dispositivo militar. Isso fez com que oficiais nacionalistas e legalistas ficassem esperando ordens para conter os golpistas. Difícil saber quais seriam as consequências, mas houve momentos em que poderia ter tido outro desfecho, como a tentativa do brigadeiro Rui Moreira Lima.

Em reação à movimentação das tropas do general Mourão, em março de 1964, sobrevoou em um rasante a coluna golpista já próxima de Areal (RJ), cuja tropa foi

tomada por pânico. Na volta à unidade, confabulou com seus superiores que os rebelados poderiam ser dissolvidos em um ataque de precisão, sem maiores baixas. Mas só tomaria essa iniciativa se recebesse ordens para tanto. Diante do posicionamento do presidente João Goulart em não resistir e partir para o exílio, deu-se por encerrada qualquer possibilidade de reação (CUNHA, 2015, p. 28).

Em defesa da legalidade, vários dos atores políticos ficaram à espera de ordens da principal liderança, João Goulart, que não vieram<sup>34</sup>. Havia um dispositivo militar que poderia ter segurado os golpistas, e até ter revertido a situação em favor dos legalistas. Mas a hegemonia e consequentemente o poder militar não foram utilizados. Tudo isso culmina com o golpe em 1º de abril de 1964. Com a entrada de Kruel na conspiração, as perspectivas passaram para o lado dos golpistas, ao contrário do dia anterior. Com tropas de Minas Gerais marchando para o Rio de Janeiro e Brasília e tropas de São Paulo indo para o Rio de Janeiro, o dispositivo militar de sustentação do governo desmoronava, com o contingente militar enviado para deter as tropas do general Mourão Filho se juntando aos conspiradores. A greve geral convocada pela CGT em apoio a Goulart fracassa e acabou por se restringir a alguns pontos do Rio de Janeiro e Guanabara. As tropas de Mourão se aproximam, e vendo que não teria condições de resistir no estado, João Goulart sai da Guanabara e foi para Brasília com a intenção de resistir. As primeiras consequências são sentidas pelos legalistas, com a depredação de sindicatos, da redação da Última Hora, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (SILVA, 2014). Enquanto voltava para Brasília, os golpistas vão ocupando espaço.

[...] o líder de um dos grupos conspiradores da Guanabara, general Arthur da Costa e Silva, tomou uma atitude ousada. Deixou o gabinete da repartição que chefiava e entrou no prédio do Ministério da Guerra. [...] Costa e Silva se autoneomeou ministro da Guerra, com a alegação de ser o general mais antigo no Exército. Reconhecido pelos militares presentes como novo ministro da Guerra, também instruiu o que chamou de Comando Supremo da Revolução. Além de ministro da Guerra, também se autoneomeou chefe do recém-criado Comando. Com isso, Costa e Silva declara vitorioso o movimento civil e militar em curso, que chamava de revolução (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 360).

Ao chegar a Brasília, João Goulart percebe que ali não haveria condições de resistir. A garantia do general Andrés Fernandes de proteger os parlamentares em detrimento dos trabalhadores rebelados no Teatro Nacional (FICO, 2008) pode ter sido um dos fatores que contribuiu para esta ideia. Nesse momento, o Rio Grande do Sul era o único local seguro para

<sup>34</sup> Outro caso ocorrido: “O general Âncora, comandante do Primeiro Exército, telefonou para o palácio do presidente pedindo instruções e descobriu que o presidente tinha ido embora. Mas ele conseguiu falar com Assis Brasil, que disse não ter autoridade para falar em nome do presidente, mas depois informou a Âncora que Jango tinha deixado um recado declarando que não queria um confronto militar.” (SKIDMORE, 2010, p. 347).

o presidente, e João Goulart parte então para Porto Alegre na tentativa de instalar o governo. Antes, reúne-se com os líderes do PTB na Câmara, Doutel de Andrade, e no Senado, Artur Virgílio, informando-os da decisão, e também ordena a Darcy Ribeiro para preparar um documento sobre a atitude e informá-la no Congresso. Enquanto isso, ocorre uma reunião do presidente do Senado com as cúpulas do PSD e UDN para discutir o que fazer.

Os adversários de João Goulart no Congresso estavam cansados de saber que não dispunham de votos para conseguir o impeachment do presidente (nos termos dos artigos 88 e 89), e os líderes da Casa não estavam dispostos a esperar que ele fugisse do país (violando, com isso, o artigo 66, que exigia aprovação do Congresso para viagens do presidente ao exterior) (SKIDMORE, 2010, p. 347).

A notícia da viagem de Goulart ao Rio Grande do Sul foi o pretexto. Assim, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, convoca uma sessão extraordinária e ilegalmente declara a vacância da presidência da república. A medida irritou e gerou protestos dos os parlamentares legalistas. Moura Andrade encerra a sessão rapidamente e corta os microfones dos parlamentares. Pouco tempo depois, assume o governo o presidente interino Ranieri Mazzilli. Mesmo sendo ilegal, já que o presidente ainda se encontrava em território nacional, o Supremo Tribunal Federal não fez nenhuma objeção e reconheceu a manobra adotada. Ao chegar ao Rio Grande do Sul, Goulart toma conhecimento da manobra do Congresso e em uma discussão com os oficiais ainda leais, percebe que não havia possibilidade de resistência mesmo com os apelos contrários de Leonel Brizola. O golpe é consumado, e o projeto hegemônico das classes dirigentes é vitorioso.

## 2 A DISPUTA DE PROJETOS HEGEMÔNICOS: MODERADOS X DUROS NO GOVERNO CASTELO BRANCO

No dia 2 de Abril de 1964, aos moldes da Marcha de Deus com a Família pela Liberdade, acontece na Guanabara a Marcha da Vitória entre os apoiadores do golpe civil-militar. Ela não foi a única, pois outras aconteceram entre os meses de abril e junho. “Segundo levantamento de Aline Presot, nesses meses foram realizadas no país 69 Marchas de apoio ao golpe.” (*apud* FERREIRA; GOMES, 2014, p. 379). As consequências imediatas, perpetradas pelos vencedores, foram logo sentidas.

Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado (GORENDER, 2014, p. 79).

Dias depois do golpe, ocorre uma reunião entre o comandante-em-chefe da “revolução” marechal Costa e Silva e sete governadores que apoiaram o golpe: Adhemar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Mauro Borges (Goiás), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Ney Braga (Paraná) e Fernando Correia da Costa (Mato Grosso), além da participação do marechal Juarez Távora. O objetivo da reunião era discutir a escolha de um nome que assumiria a presidência até o final do mandato estabelecido. Os governadores já possuíam um nome de consenso: o marechal Castelo Branco. No entanto, o clima da reunião ficou acalorado com a discussão entre Costa e Silva, em uma demonstração de força, e alguns dos governadores presentes, até que houve a intervenção de Juarez Távora.

Na Revolução de 1930, nós tivemos a cerimônia e constrangimento em não querer assumir diretamente o governo. Pensávamos em colocar os civis na frente e manobrá-los de perto. Que ilusão! Em pouco tempo, fomos passados para trás, desarticulados, sem poder fazer nada do que planejávamos. Concorro com a imediata indicação de um militar para a presidência. Não entendo como governadores de diferentes partidos, todos civis, tenham chegado a esse consenso e nós próprios, militares, não possamos fazer o mesmo (*apud* NETO, 2004, p. 20).

Percebe-se em sua declaração que não seriam só os militares que deveriam assumir o poder. O grande erro cometido em relação a terem apoiado Getúlio Vargas na Revolução de

1930 foi achar que poderiam “tutelar aos civis” para instalarem o seu projeto de poder. Ou seja, os militares deveriam hegemônizar o poder não organizando as instituições para devolvê-la aos civis, mas sim instalando seu próprio projeto hegemônico sem a interferência de um intermediário. Esse pensamento era presente em grupo de militares que passariam a ser conhecidos por “duros” (também definidos como “linha-dura”). No dia seguinte à reunião, parte da comitiva de governadores liderada por Adhemar de Barros foi ao encontro de Castelo Branco, que aceitou a candidatura à presidência temporária e confirmou no encontro a entrega do mandato por eleições livres (NETO, 2004). A posição adotada por Castelo Branco condiz com o grupo conhecido por “moderados” (também conhecidos por “castelistas” e por “Sorbonne”).

A escolha do general Castelo Branco como candidato não agradou o general Costa e Silva, que havia se automeado ministro da Guerra por ser um dos generais mais antigos presentes e que considerava que os civis estavam tentando se apossar da vitória do golpe, a qual cabia unicamente aos militares (NETO, 2004). Mesmo com essa divergência, as negociações políticas em torno do general Castelo Branco estavam avançadas, e ele procurava manter a aparência de legalidade. A sua candidatura estava mais consolidada que a dos possíveis adversários na eleição indireta, como o marechal Eurico Gaspar Dutra, e a dos cogitados, como o general Amaury Kruel e o general Mourão Filho. Articulando pessoalmente sua candidatura à presidência, Castelo Branco entra em contato com os governadores que apoiaram o golpe a fim de articular suas respectivas bancadas no Congresso a votarem em seu nome. Ele também se reúne com lideranças políticas e consegue o apoio de alguns para sua candidatura, como de Juscelino Kubitschek, do marechal Dutra, que havia sido incentivado a disputar a eleição, mas fora abandonado por seus simpatizantes, e até mesmo do ex-presidente Jânio Quadros. Também contou com o apoio da mídia e do IPES. Com isso, a candidatura de Castelo Branco foi crescendo politicamente.

Ao mesmo tempo em que articulava sua candidatura, um mecanismo judicial estava sendo organizado. Desde a reunião dos governadores com Castelo Branco, um Ato Adicional era preparado pelas forças conservadoras do Congresso com o aval de Castelo Branco. O objetivo era conseguir a legitimidade legislativa para uma “limpeza de área”. No entanto, como o Comando Revolucionário já havia preparando a sua lista de cassações, e não encontrou aval do Congresso para uma legislação de emergência suspensiva, passam a

preparar o que seria o Ato Institucional, ou AI, também conhecido como AI-1<sup>35</sup>. Organizado pelo jurista Francisco Campos, dentro da lógica de “a revolução vitoriosa legitima-se a si própria”, o AI-1 em muitos aspectos tinha semelhanças com o Ato Adicional, especialmente quanto ao aumento de poderes do Executivo.

[...] o Ato continha, entre outras, as seguintes estipulações:

- (1) O presidente pode apresentar emendas constitucionais ao Congresso, que terá apenas 30 dias para examiná-las, sendo necessário para sua aprovação apenas o voto da maioria (ao contrário dos dois terços requeridos pela Constituição de 1946)
- (2) O presidente tem o exclusivo poder de apresentar projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso, o qual fica impedido de alterar para mais qualquer artigo referente a gastos do governo
- (3) O presidente tem o poder de declarar o estado de sítio por até 30 dias ou prolongá-lo por mais 30 dias no máximo (com a exigência de um relatório ao Congresso dentro de 48 horas)
- (4) O presidente “no interesse da paz e da honra nacional”, tem amplos poderes para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais
- (5) Suspensão da estabilidade dos servidores públicos por seis meses (SKIDMORE, 1988, p. 48-49).

O Ato não aumentava o tempo de permanência da presidência, o que indiretamente reafirmava que o resto do mandato da presidência a ser ocupada seria temporário, terminando ao final de janeiro de 1966, e que o cronograma das eleições presidenciais de 1965 seria mantido. Em essência, os dois Atos não são diferentes; mas sim a forma de aprovação. O AI-1 não foi aprovado pelo Legislativo, mas pelo próprio Comando Revolucionário, que legitimou o golpe não por via institucional, mas porque o próprio Ato se autolegitima. O viés autoritário da medida começou a preocupar os simpatizantes do golpe. Um desses foram os EUA, por parte dos secretários do Departamento de Estado, que ficaram “assustados” com o Ato, considerando-o autoritário. Houve, no entanto, esforço por parte do embaixador Lincoln Gordon em amenizar a situação com o Departamento e continuar a garantir o apoio dos EUA ao futuro governo.

Um dia depois da decretação do Ato Institucional [...], Gordon enviou um longo telegrama para Rusk, com o melhor de sua retórica evasiva. Ele iniciava anunciando o seu “considerável desalento” com o curso dos eventos de quinta-feira, dia 9, que levaram à edição do ato, “fato consumado pela exclusiva autoridade dos ministros militares”. Dizia que a afirmação da “Revolução” como poder constituinte era um “enunciado verboso” [...] e fez um jogo de palavras dizendo que esta era uma

---

<sup>35</sup> Durante sua implementação, era somente Ato Institucional. Não se esperava que mais atos fossem proclamados. Mas para critério de análise, pretendo chamá-lo de Ato Institucional nº 1, ou AI-1.

declaração do tipo “*might makes right or makes law*” – significando, conforme o ditado, que os vitoriosos estabelecem as regras e, nesse caso, acrescentou Gordon, até as leis. Porém, logo após externar seu descontentamento com a impossibilidade de as punições serem legitimadas pelo Congresso, Gordon passou a elencar vários “atenuantes”: o Congresso não foi fechado; certas garantias constitucionais seriam suspensas, mas por um período limitado (6 meses); haveria eleições nos termos da Constituição de 1946; o ato limitava sua vigência a 31 de janeiro; o sistema federal seria mantido intacto (em termos de autonomia estadual e dos arranjos constitucionais) (FICO, 2008, p. 139).

Castelo Branco, por sua vez, acabou por ceder em relação aos “duros”, já que o Ato fazia parte de sua estratégia política, procurando manter a coesão entre os militares ou manter a Hegemonia. Carlos Fico (2008) chama de “teoria do mal necessário”, e Lira Neto define bem claro essa estratégia.

Castello [...] passara a adotar uma estratégia de avanços e recuos calculados, como se seguisse a risca as orientações dos manuais da infantaria. Na caserna, costuma-se dizer que os infantas são, de fato, os primeiros a lançar-se à ofensiva das batalhas, mas diante de um inimigo forte, adotam a tática de recuar progressivamente, até perceberem o momento exato de partir para o contra-ataque (NETO, 2004, p. 265).

No decorrer do capítulo, evidenciar-se-á que essa tática fortaleceu os “duros”. Por fim, o AI-1 acabou por ser aprovado dia 09 de Abril de 1964 pelo “Comando Revolucionário”, sem o aval do Congresso, mas que não causou nenhum grande atrito com as forças políticas embora gerasse as primeiras contestações entre os apoiadores do golpe, como o jornal “Correio da Manhã”. Além do AI-1, os casos de repressão vinham acontecendo desde a consumação do golpe. Casos como a tortura de Gregório Bezerra, militante do Partido Comunista, não eram isolados, bem como expurgos e perseguições; e começa a ocorrer uma série de cassações de opositores ao novo regime, em especial de políticos e militares<sup>36</sup>. Sobre os últimos, dados recentes da Comissão Nacional da Verdade, em relatório final, dão uma dimensão do ocorrido. O relatório constatou que 6.591 militares da Marinha, Aeronáutica, Exército e das forças policiais foram perseguidos durante toda a ditadura (CNV, 2014b, p. 13).

No dia 11 de Abril, o golpe civil-militar é oficializado com a eleição indireta do Marechal Castelo Branco à presidência da república, tendo em uma votação quase unânime 361 votos, contra 72 abstenções; também houve 3 votos para o general Juarez Távora e 2 para o general Eurico Gaspar Dutra. Entre os que votaram no Castelo Branco, encontram-se nomes

---

<sup>36</sup> Segundo o jornal Correio da Manhã, durante os primeiros meses, (apud CANNABRAVA FILHO, 2004, p. 220) “[...] houve 378 cassações, entre as quais seis governadores, 55 parlamentares e 10 mil funcionários públicos demitidos, além de 40 mil investigações em curso”.

como Juscelino Kubitschek, Ulisses Guimarães, Tenório Cavalcanti, José Ermírio, Aarão Steinbruch, Franco Montoro, Pedro Ludovico, Cantídio Sampaio, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Pedro Aleixo, Milton Campos, Juarez Távora e Chagas Freitas. Entre os que se abstiveram, estão Tancredo Neves, San Tiago Dantas, e Guerreiro Ramos. Em Juarez Távora votou Mario Covas, e em Dutra, Victorino Freire (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1964, p. 93-124.). Na mesma sessão, também foi eleito o vice-presidente em uma disputa acirrada com vários candidatos. Monopolizada entre as candidaturas de José Maria Alkimim e Auro de Moura Andrade, ambos do PSD, nenhum candidato conseguiu maioria absoluta em primeiro turno, e os dois candidatos passaram para o segundo turno. Durante sua realização, Auro de Moura Andrade retira sua candidatura da disputa, e José Maria Alkimim é eleito com 256 votos (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1964, p. 93-124.).

## **2.1 As diferenças entres “Moderados” e “Duros”**

Depois do golpe civil-militar, ocorreu a disputa entre os vários grupos políticos vitoriosos para definir qual seria o projeto hegemônico que direcionaria todo o conjunto da sociedade e possivelmente a formação de um novo Bloco Histórico. A disputa entre os “moderados” e “duros” durante o governo Castelo Branco fazia parte desse contexto. Nos dias seguintes ao golpe, as diferenças dos projetos hegemônicos entre os dois grupos em relação ao modelo de intervenção a ser adotado já se evidenciavam. Enquanto os “moderados” adotavam a posição de reproduzir a intervenção aos moldes das anteriores, de caráter temporário, limpando a área da esquerda e dos elementos desestabilizadores e devolvendo o poder aos grupos civis confiáveis (MACIEL, 2004), os “duros” pretendiam se manter no poder o tempo que fosse necessário para limpar a área não somente das esquerdas, mas de todos os civis associados à corrupção e a subversão (SKIDMORE, 2010).

A dicotomia entre “moderados” e “duros” está presente em vários trabalhos muitas vezes dissonantes, como de David Maciel ou de Thomas Skidmore. Existem trabalhos mais recentes, como o de Maud Chirio (2012), que procuram contestar essa dicotomia e mostrar que não havia muitas diferenças entre os dois projetos de poder, mas posições conflitantes por

parte de grupos dentro de cada dicotomia, que agiam de forma contrária ao assumir o poder, o que resultou em uma maior abrangência nos grupos militares que disputavam a Hegemonia.

De fato, existe essa variação entre os grupos militares, que muitas vezes adotavam uma posição de poder contrária às linhas gerais, mas isso não nega a existência dos dois grupos, já que monopolizaram entre si a disputa de poder. Há uma abrangência dos grupos militares, mas especialmente durante o governo Castelo Branco, a dicotomia entre “duros” e “moderados” esteve muito presente. A análise de David Maciel (2004) considera que os dois grupos representavam os interesses de determinados grupos sociais que haviam se aliado na frente pluralista dos golpistas, mas que assumindo o poder, disputavam a hegemonia entre si. Curiosamente, Maud Chirio é quem faz um melhor retrato desses dois grupos, especialmente durante o primeiro governo militar. Em relação aos “duros”:

Os oficiais que se consideram de “linha dura” emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de “linha dura” são os principais advogados da violência de Estado e da repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalistas. [...] Um certo antiamericanismo é às vezes associados à ele, [...] numa referência complexa à situação geopolítica da Guerra Fria e ao passado nacional, em especial a era Vargas (CHIRIO, 2012, p. 51).

Em relação aos “moderados”, a autora utiliza os trabalhos de Alfred Stepan em sua definição do determinado grupo:

A abertura diplomática e econômica ao estrangeiro, o regime de semiliberdade concedido às empresas privadas, a confiança na democracia e a opção por tutelá-la provisoriamente. Quatro aspectos principais ressaltam, distinguindo os generais castelistas em sua geração (a de 1900): são em geral primeiros da turma [...], combateram na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, fazem parte do corpo permanente da ESG e fizeram cursos no exterior – muitos nos Estados Unidos. Essas experiências, aos olhos de Stepan, reforçam o sentimento de pertencimento às democracias ocidentais, a confiança no sistema capitalista e na aliança (econômica, diplomática e militar) com os Estados Unidos, a hostilidade ao “nacionalismo excessivo” e “a profunda aversão aos apelos emocionais” (CHIRIO, 2012, p. 53).

Essas diferenças também ocorriam no campo econômico. Segundo Dreifuss (2006), existiam militares mais associados às metas do IPES, enquanto outros militares não compartilhavam delas e se aproximavam das metas de grupos econômicos majoritários de São Paulo. Esses militares eram, respectivamente, os “moderados” e os “duros”. Assim, a disputa

de hegemonia entre os dois grupos, com projetos políticos, econômicos, militares e ideológico-culturais próprios ocorre durante o governo Castelo Branco.

## 2.2 A disputa hegemônica durante o governo Castelo Branco

Empossado no dia 15 de Abril, o marechal Castelo Branco<sup>37</sup>, ao assumir o mandato, reafirmou em seu discurso de posse o compromisso com as ideias dos “moderados”. Segundo seu discurso:

“Defenderei e cumprirei, com honra e lealdade, a Constituição do Brasil [...]. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos, que refletem a alma brasileira [...]. Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo em 31 de janeiro de 1966” (*apud* NETO, 2004, p. 269).

Seu discurso confirmou a ideia de que o governo seria temporário, somente para organizar a situação, e logo o poder voltaria aos civis. Tanto que declarações de atores golpistas como Carlos Lacerda, que disse “Terei muito gosto de morar aqui [no Palácio da Alvorada] em 1966” (*apud* NETO, 2004, p. 277), confirmavam essa tendência. Na presente dissertação, a tendência é concordar com a análise de David Maciel (2004) de que os “moderados” possuíam o controle hegemônico na disputa durante o período inicial e combinavam seus interesses hegemônicos com os interesses dos grupos civis que haviam apoiado o golpe formados por empresários, atores político de direta e lideranças da sociedade. Ao mesmo tempo, os “duros” se articulavam politicamente. A aliança entre os segmentos “moderados” e os atores civis acabou por garantir uma base suprapartidária e o apoio de partidos tais como a UDN, PSD, PSP, PDC e outros menores, e até mesmo segmentos do PTB, formando o bloco parlamentar “castelista”; uma aliança, como a disputa hegemônica ficou marcada pela formação do primeiro gabinete ministerial<sup>38</sup>. Grande parte dos nomeados

<sup>37</sup> Dispositivo comum da época, onde o militar ao entrar na reserva, era promovido à posição acima. Antes de assumir a presidência da República, Castelo Branco, então general, se transfere para reversa, sendo promovido a marechal.

<sup>38</sup> Milton Campos (UDN), na Justiça; marechal Juarez Távora, na Viação e Obras Públicas; Flávio Suplicy de Lacerda (UDN), na Educação; Raimundo de Brito (UDN), na Saúde; Vasco Leitão da Cunha, nas Relações Exteriores; Daniel Franco (PSD), na Indústria e Comércio; Oscar Thompson Filho, na Agricultura; Otávio Bulhões, na Fazenda; Roberto Campos, no Planejamento; Luís Vianna Filho (PSD), no Gabinete Civil; general Ernesto Geisel, no Gabinete Militar; general Costa e Silva, na Guerra; pelo almirante Ernesto de Mello Baptista,

era marcadamente udenista e possuía ligações, e até participações, com o complexo IPES/IBAD, em especial com o primeiro. Como define Skidmore (1988, p. 53): “O novo Ministério ficou constituído em partes por indicações de Costa e Silva imediatamente após o golpe e por escolhas de Castelo Branco na semana seguinte formando uma combinação de conservadores e tecnocratas”.

Chama a atenção que, com formação conservadora e tecnocrática dos ministérios, atores políticos que participaram do golpe como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros pouco tiveram influência na formação ministerial. Apesar desse desagradado, as lideranças políticas continuaram a apoiar o governo, bem como os partidos políticos no Congresso, que continuaram a lhe garantir apoio. Em relação a essa continuidade, David Maciel propõe uma hipótese sobre a postura adotada.

Essa postura se explica tanto pelo apoio convicto ao que se fazia quanto por um “instinto de sobrevivência” bastante arraigado, mediado por interesses fisiológicos, pelo medo de novas cassações e por um raciocínio realista, que calculava a possibilidade de sobrevivência do Congresso pela sua disposição colaboracionista com o governo. A situação de não enfrentamento do Congresso e dos partidos com o governo permitiu que parte da sociedade política continuasse a ser determinada pela institucionalidade liberal-democrática e agisse conforme o padrão de disputa política definido por ela. Ou seja, os partidos e o Congresso continuaram a agir conforme a institucionalidade anterior e a práxis política que esta concretamente gerou na realidade brasileira (MACIEL, 2004, p. 45).

Muito mais que o retorno à ordem institucional, o período inicial do governo Castelo Branco foi uma continuidade da disputa presidencial de 1965 e das disputas políticas. Ou seja, se procurava manter o mesmo Bloco Histórico. Esse argumento reforça ainda mais a ideia original de devolver o poder aos civis depois da limpeza de áreas, através do AI-1, que havia dado maiores poderes ao Executivo, fazendo do papel dos militares um poder temporário.

Dentro do gabinete ministerial, os ministros nomeados para a área econômica, Octavio Bulhões, ministro da Fazenda, e Roberto Campos, ministro do Planejamento, tinham de resolver os problemas da situação econômica que vinham desde o início da década, ao final do governo Juscelino Kubistchek, cuja crise no governo Jânio Quadros e o impasse ocorrido durante governo João Goulart agravaram o quadro. Entre os problemas, estavam o aumento da inflação, a queda nos investimentos estrangeiros e a queda nos índices de crescimento. Diante desse cenário, os ministros tinham como objetivo resolver o problema da economia. Assim,

---

na Marinha; brigadeiro Néelson Freire Lavanére-Wanderley, na Aeronáutica, este último ligado ao episódio da Base Militar de Canoas, que resultou na morte do oficial Alfeu de Alcântara Monteiro (CNV, 2014b)

elaboraram um programa econômico “liberal-conservador”, conhecido como Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que:

[...] identificava na inflação acelerada o principal obstáculo a um sadio desenvolvimento econômico. Os autores afirmavam que a inflação era causada principalmente pelo excesso de demanda, que, por sua vez, tinha as seguintes causas: déficits do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário. Quando a base monetária era ampliada para atender a demanda, estimulava um “crônico e violento processo inflacionário”. O resultado era um monte de distorções econômicas: bruscas oscilações de crédito, distorções do mercado de trocas externas e incentivo ao uso de capital para manipular inventários ou especular com moedas estrangeiras (SKIDMORE, 1988, p.69).

No capítulo anterior, ficou evidente a necessidade da solução da situação econômica que se deteriorava a cada ano. Com a derrota do projeto nacional-reformista de Goulart, a direita vitoriosa pôde implementar seu programa econômico, liberal-conservador e antipopular. Em grande parte, a aplicação do programa era possível devido aos grandes poderes delegados ao Executivo, mesmo que temporários, e pelo fato de o novo governo ter sido formado por eleição indireta (NETO, 2004). Para resolver essa situação, o plano direcionava em três áreas fundamentais para a recuperação da economia: questão dos gastos públicos, questão do crédito e questão do trabalho.

Na questão dos gastos públicos, algumas medidas foram adotadas. Uma delas foi a política de austeridade, com o corte de despesas “não essenciais” do governo. Isso impactou até mesmo nos encontros entre marechal Castelo Branco e as lideranças políticas, cujas refeições passaram a ser mais simples, com bebidas como água e suco. A não existência de um banco central responsável pelo controle e coordenação da política monetária foi outro ponto levantado. O resultado foi a transformação da SUMOC em Banco Central em 1965. O aumento de impostos também foi utilizado, o que levou à reformulação tributária e à correção monetária dos impostos atrasados de acordo com o valor da inflação. A política de indexação foi também adotada. Outro ponto detectado como causador da inflação foram os déficits dos preços tanto de empresas federais como de importação.

Na questão do crédito, foi adotado o controle tanto do setor público quanto do privado, além de cortes nos subsídios de crédito e na reformulação do setor. Ao mesmo tempo, as taxas de juros foram mantidas ao agrado do mercado, ou seja, foram aumentadas. Por fim, na questão do trabalhador, o governo, através da própria lei, interveio em sindicatos por meio do afastamento de líderes. Outro ponto foi a regulamentação da Lei de Greve, em 1965, que resultou na proibição de greves. “Além disso, com o fim da estabilidade no emprego e a

criação do FGTS, o mercado se tornava mais flexível, permitindo as empresas demitirem seus funcionários a custo baixo, em caso de queda nos lucros ou recessão” (NAPOLITANO, 2015, p. 75). Outra medida adotada foi a reformulação da política de aumento salarial, que transferia ao governo federal a definição da política salarial e a criação do FGTS.

Existem discussões de autores como Thomas Skidmore, David Maciel e Lira Neto sobre o PAEG e se era um programa econômico ortodoxo ou gradualista. Independentemente de como foram aplicadas as medidas econômicas, o que importa para a pesquisa é o resultado final do plano. O principal resultado foi a vitória do modelo de desenvolvimento associado-dependente. Dentro das três áreas para as quais o plano direcionava suas ações, as consequências em curto prazo foram extremamente sentidas. Em relação à primeira, o aumento dos preços tanto de serviços - o preço dos ônibus, por exemplo - quanto de produtos tais como o pão não só aumentou o custo de vida, mas também a inflação. Em relação à segunda área, a contenção do crédito desagradou grupos das classes dominantes como empresários e comerciantes que se sentiam ameaçados em serem devedores ou credores, e a terceira área diz respeito às classes auxiliares e das subalternas, que viram uma queda no seu poder aquisitivo e conseqüentemente em sua qualidade de vida sem a possibilidade de reivindicação.

[...] o apoio dos setores monopolistas do capital à política econômica do governo Castelo Branco não se estendiam a todos os setores sociais que apoiaram o golpe militar. A política econômica do governo restringia as possibilidades de expansão do médio capital industrial, dificultando a obtenção de créditos com o aumento das taxas de juros e reduzindo o consumo de baixa renda, principal mercado para a indústria de bens de consumo não-duráveis [...], com a política de contenção salarial. Além disso, ao apoiar a monopolização capitalista, o governo vulnerabilizava a posição do médio capital industrial diante do grande capital industrial e bancário (MACIEL, 2004, p. 40).

A rigor, as medidas econômicas beneficiavam determinados grupos sociais em detrimento de outros. Por sua vez, externamente, mesmo que as medidas adotadas tenham desagradado os órgãos financeiros mais ortodoxos, isso não significou a perda de apoio internacional. As negociações para a obtenção de crédito, que estavam paralisadas durante o governo Goulart, foram retomadas. Como mostra Carlos Fico (2008, p. 144-145), a campanha dos EUA contra o Brasil, com o objetivo de conter créditos, praticamente cessou.

Logo após o golpe, em junho de 1964, os Estados Unidos providenciaram US\$ 50 milhões, sob forma de um “empréstimo eventual” no âmbito do programa de ajuda econômica, e, diante dos compromissos assumidos pelo Brasil no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, em 12 de dezembro, um empréstimo, do mesmo programa de ajuda econômica, de US\$ 150 milhões. Em 6 de janeiro, o

Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou disponível um crédito de US\$ 125 milhões. O governo brasileiro comprometeu-se em usar os recursos de curto prazo disponibilizados pelo FMI, Departamento do Tesouro e bancos comerciais apenas em operações estabilizadoras de câmbio, provisórias, limitadas pela necessidade de evitar qualquer deteriorização líquida, submetendo-se a um acompanhamento trimestral. O único uso duradouro que podia ser feito desses fundos dizia respeito à redução das consideráveis obrigações de curto prazo do Banco do Brasil com títulos da dívida pública.

As negociações fluíram com os outros credores internacionais – Reino Unido, República Federal da Alemanha, França, Japão, Itália, Bélgica, Holanda, Áustria e Suíça – e também com investidores privados, especialmente os norte-americanos. Evidencia-se que o governo Castelo Branco era bem aceito, o que lhe garantia créditos, e mesmo com alguns desgostos, não impediu que fosse visto como um aliado, em especial dos EUA.

Ao mesmo tempo em que o governo lidava com a economia, ainda havia o grande número de cassações geradas pelo AI-1, fato que movimentava o cenário político. A repressão contra os grupos sociais contrários começou logo após a consumação do golpe. Com a instalação do AI-1, e seu pouco tempo previsto de vigência, totalizando 60 dias para a “limpeza de área”, os processos e investigações aconteciam de maneira acelerada por meio dos inquéritos policiais e militares (IPMs). Ao final de abril de 1964, foi criada a Comissão Geral de Investigações, centralizando todos os inquéritos dos investigados pelo regime (NETO, 2004). Ao mesmo tempo, processos e denúncias eram enviados ao presidente Castelo Branco. A maioria sem “justificativa aparente”, mas com o intuito de atacar algum adversário, e não necessariamente político, algo constatado pelo próprio Castelo Branco e relatado a Raphael de Almeida Magalhães: “*É a soma das perversidades brasileiras. Todo mundo que tem um inimigo, que tem contas a acertar, manda denúncia pra cá.*” (apud NETO, 2004, p. 285). Muitas das cassações não ficavam restritas aos meios políticos. Perseguições eram feitas aos mais variados grupos sociais, sendo os militares um dos mais atingidos durante toda a ditadura.

A injusta punição aos oficiais estaria estampada nas vagas acusações que lhes eram atribuídas, muitas delas, senão a maioria, pautadas genericamente pelo artigo 7o do Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964. Sem maior fundamentação, esse mecanismo gerou a expulsão ou reforma de centenas de militares, tendo o agravante de somar-se quase sempre com artigos do Código Penal Militar, além de artigos da Lei de Segurança Nacional. Dezenas de oficiais da Marinha foram, assim, indiciados e expulsos. Alguns foram excluídos de IPMs, mas em seguida demitidos. (CNV, 2014b, p. 27) Os expurgos no meio militar não se resumiam somente à expulsão. Muitas vezes eram proibidos de exercerem suas próprias profissões, como também de serem empregados, tanto no meio público como no meio privado devido aos inquéritos e perseguições (CNV, 2014b).

Também foi durante a vigência do AI-1 que houve divergências entre os “duros” e os “moderados” sobre o grau de abrangência das cassações. Enquanto os “moderados” ainda procuravam manter a “normalidade jurídica” e propunham somente a cassação de políticos à esquerda, os “duros”, por sua vez, eram a favor do expurgo radical não só dos elementos da esquerda, mas também de políticos moderados e de direita suspeitos de corrupção. Como a palavra final estava nas mãos da presidência, o atrito entre os dois grupos foi se intensificando. A recusa de Castelo Branco em cassar determinados nomes, como os ministros do STF, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, e de políticos do PTB como San Tiago Dantas e Doutel de Andrade, contrariou os “duros”. Porém, isso diminuiria com a cassação de Juscelino Kubitschek.

O então senador por Goiás, Juscelino Kubitschek, foi um dos que inicialmente apoiaram o golpe civil-militar. Com o golpe consumado, Juscelino passou a fazer discretas sondagens para uma possível candidatura civil para a eleição indireta, sendo descartada depois de uma conversa com Castelo Branco, que havia garantido a realização das eleições presidenciais de 1965. Como resultado, Juscelino votou em Castelo Branco na eleição indireta e o seu voto foi aplaudido. Evidencia-se que o apoio de Kubitschek aos golpistas visava garantir que seu projeto político permanecesse intacto nas disputas presidenciais prometidas. No entanto, dois grupos principais que não simpatizavam com ele foram fundamentais em sua cassação: Carlos Lacerda e a UDN e os “duros”.

Em relação aos primeiros, o motivo era a eleição presidencial. Configurava-se no cenário político a possível disputa entre Juscelino Kubitschek, principal nome do PSD, e o candidato da UDN (Carlos Lacerda ou Magalhães Pinto). Mas, com possibilidade de derrota da UDN, face à política econômica adotada pelo governo, associada ao partido, como também a popularidade do candidato do PSD (MACIEL, 2004). Com isso, a UDN passou a defender a cassação de seu provável adversário na disputa, beneficiando sua própria candidatura. Contaram com o apoio dos “duros”, que consideravam Juscelino Kubitschek corrupto e colaborador dos subversivos e viam a oportunidade de derrubá-lo. Isso se evidencia com as investigações abertas durante a vigência do AI-1.

[...] a GCI designara cerca de sessenta oficiais para fazer uma devassa completa na vida pública e privada de Juscelino. As acusações iam de enriquecimento ilícito à importação ilegal de um automóvel para a esposa, de farra com o dinheiro público durante a construção de Brasília à compra de feijão podre quando do exercício da presidência. Havia a acusação de que JK oferecera vinte milhões de cruzeiros pelos

votos dos comunistas para se eleger senador. Os investigadores chegaram a desvendar até a ficha médica de Juscelino quando este, quarenta anos antes, prefeito de Belo Horizonte, se internara no Hospital São Lucas, na capital mineira. Havia boatos de que, em vez de uma operação de apendicite, ele havia sido alvo à época de um misterioso tiro no braço (NETO, 2004, p. 285-286).

Os militares “duros” passariam a intensificar a campanha para sua cassação, encontrando em Costa e Silva um apoio fundamental. O ministro da Guerra cobrou de Castelo Branco um posicionamento relacionado a Juscelino, inclusive na frente a outros atores políticos, como o governador de São Paulo Adhemar de Barros. A situação ficou ainda mais complicada quando Castelo Branco recebeu o dossiê contra Juscelino Kubitschek, o que resultou em uma discussão acalorada dele com Costa e Silva, que se manteve intransigente com a cassação do ex-presidente. Ao final, criou-se um impasse com a situação, se haveria cassação ou não os direitos do ex-presidente. Juscelino, percebendo que poderia ser cassado, tentou evitar o fato e renunciou sua candidatura à presidência. O movimento, porém, não funcionou, resultando que Castelo Branco optasse pela primeira alternativa, cedesse aos “duros” e em 6 de junho de 1964 cassasse o mandato e os direitos políticos de Juscelino Kubitschek por 10 anos. A cassação não foi bem aceita por figuras como curiosamente por Roberto Campos, que ameaçou em se demitir do ministério do Planejamento; ideia que foi logo revogada (NETO, 2004). Até mesmo o Departamento de Estado dos EUA viu a situação, e as punições contra Celso Furtado como lamentáveis, mas não houve maiores consequências devido à influência de Lincoln Gordon em amenizar a situação e os casos de repressão (FICO, 2008). Entre os atores políticos que haviam apoiado o golpe, a cassação demonstrou que os “duros” estavam avançando em seu projeto hegemônico e que poderiam ser os próximos a serem atingidos.

As violações dos direitos humanos vinham acontecendo desde a consolidação do golpe. Casos de tortura física e psicológica e prisões em condições degradantes eram verificados por todo o país. O recente relatório final da Comissão Nacional da Verdade mostra que as retaliações não aconteceram somente com os acusados, mas também com seus familiares, que sofriam humilhações e degradações semelhantes. Casos de mortes suspeitas também ocorreram (CNV, 2014a; 2014b). Métodos de tortura como o “pau de arara” e o “telefone”, entre outros, vinham acontecendo. No início do governo Castelo Branco, surgiram as primeiras denúncias dos abusos e torturas, noticiadas em detalhes por Márcio Moreira Alves. As denúncias chegaram ao presidente Castelo Branco, que convocou o ministro da

Guerra para pedir explicações, mas os casos de tortura foram negados e considerados sem fundamento. No entanto, dessa vez Castelo Branco não cedeu aos “duros” e ordenou uma investigação das denúncias, comandada pelo general Ernesto Geisel. Os resultados, porém, não deram em nada.

O chefe da Casa Militar voou então para Recife, Fernando de Noronha – onde se encontrava preso Miguel Arraes -, São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a despeito de todas as evidências em contrário, a missão comandada por Geisel concluiu que não havia nenhuma ocorrência comprovada de tortura, a não ser em casos isolados, atribuídos a “excessos” típicos das primeiras horas de qualquer movimento “revolucionário”. Ninguém seria punido (NETO, 2004, p. 304).

Até um determinado momento, a disputa hegemônica explícita entre os vários grupos que haviam apoiado o golpe ficava mais evidente. Mas uma medida viria a unificar a maioria deles: a proposta de prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. Conseqüentemente, prorrogar-se-iam também as eleições presidenciais para o final de 1966. Curiosamente, a medida tinha aprovação de todos os grupos: “moderados” como Ernesto Geisel e Golbery de Couto e Silva a “duros” como Costa e Silva apoiavam a medida. A principal justificativa era de que “Os revolucionários defendiam a prorrogação como necessária para terem tempo de afastar os subversivos e os corruptos e implementar as reformas. Só depois disto estaria o país pronto para retornar a um governo constitucional.” (SKIDMORE, 1988, p. 90). Os governadores Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, assim como a equipe econômica do governo, também aceitaram a medida. A UDN foi unânime na prorrogação do mandato. Apesar de não ser favorável de início, Castelo Branco adotou uma posição mais cautelosa do apoio à medida: não aprovava, mas não fazia nada contra a sua aprovação.

O único líder político que se opôs foi Carlos Lacerda, já que a medida afetava diretamente sua candidatura a presidente. A aprovação foi fácil no Senado, mas difícil na Câmara. Depois de uma série de discussões e articulações, a medida foi aprovada em uma “operação de guerra”, que resultou na mudança de voto de um deputado que disse ter o voto computado erroneamente, vencendo dentro dos 205 votos necessários. Com o mandato prorrogado, vários dos grupos aceitaram. “Reação mesmo houve de Lacerda, que se sentiu traído e rompeu com o governo Castelo Branco, pois acreditava que a prorrogação era o primeiro passo para a suspensão das eleições diretas, o que de fato aconteceu.” (MACIEL, 2004, p. 46). Mesmo com o apoio dos dois grupos à prorrogação, pode-se supor que o apoio dos “moderados” visava garantir a continuidade de seu projeto hegemônico. No entanto,

foram os “duros” que saíram fortalecidos com a medida, contribuindo para a consolidação de seu projeto. O general Costa e Silva foi outro beneficiado.

Quatro dias depois da aprovação da emenda constitucional [...], o general Arthur da Costa e Silva era homenageado pela Câmara dos Vereadores de Goiânia [...]. À noite, um banquete [...] foi oferecido naquela cidade ao ministro da Guerra [...]. Na ocasião, o deputado Alfredo Nasser tomou a palavra e argumentou que o sucessor de Castello também deveria ser um general, pois a “Revolução” precisava de mais tempo para se consolidar. E, entre brindes e aplausos de todos os comensais, lançou o nome de Costa e Silva a presidente da República (NETO, 2004, p. 301).

Os “duros” saíam mais fortalecidos com a cassação do governador de Goiás, Mauro Borges, filiado ao PSD e ligado à família Ludovico, que tinha o controle da política goiana. Eleito governador em 1960, e mesmo sendo um dos atores do golpe civil-militar, Mauro Borges não era bem visto por parte dos golpistas, em especial pelos “duros”, pelo seu apoio à posse de João Goulart em 1961. Logo após o golpe, eles passaram a atacar o governador com investigações em IPMs. Entre as várias denúncias, uma delas se sobressaiu: o roubo de fuzis e munições de um depósito do Exército em Anápolis. O resultado da denúncia significou o deslocamento de tropas para Goiás. Com a possibilidade de vir a ser preso, Mauro Borges recorreu ao STF com um pedido de *habeas corpus* preventivo, que foi concedido. Isso resultou em uma derrota do governo federal, e mesmo assim os “duros” continuaram a pressionar o governo pela cassação, e em final de novembro o ato foi consumado. Visando manter a legalidade, Castelo Branco protocolou no Congresso um pedido de intervenção federal em Goiás, aprovado no Senado por 42 votos a 8, e na Câmara dos deputados por 192 a 140. Com isso, Mauro Borges foi afastado do cargo. Em seu livro, Borges evidencia a sua desilusão com o governo Castelo Branco e a imposição dos “duros” sobre o governo (BORGES, 1965).

Face ao exposto, começava-se a perceber que um grupo de militares, os “duros” estava conquistando espaço e se hegemoneizando no poder. No mesmo período, porém, intensificaram-se as contestações contra o regime. Lideranças que apoiaram o golpe, como Magalhães Pinto, romperam com o governo Castelo Branco. Adhemar de Barros se afastou do governo federal, mas sem romper com ele. O rompimento das principais lideranças da UDN, principal partido de apoio da base de Castelo Branco, gerou uma preocupação em perder apoio da base social. Houve ainda uma tentativa falha do governo federal de adiar a convenção udenista na escolha do candidato à presidência, quando Carlos Lacerda foi escolhido (SKIDMORE, 1988).

Ao mesmo tempo, ocorriam conflitos entre o STF e os militares “duros”. Os responsáveis pelos IPMs, majoritariamente militares, entraram em confronto com juízes do STF devido às emissões de *habeas corpus*, que sendo um aparato legal, entrava em choque com as tentativas punitivas dos “duros”. A libertação do almirante Aragão, em agosto de 64, assim como a pedido de *habeas corpus* de Mauro Borges acirraram os ânimos dos segundos em relação ao poder judiciário. Mas a crise entre os dois acabaria por acontecer com a decisão do STF em libertar o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em abril de 1965. Houve a tentativa de impedir que a ordem judicial fosse cumprida, com a transferência do ex-governador para outro presídio e novos depoimentos a serem marcados. No entanto, manteve-se a ordem. O general Edson de Figueiredo recusou-se a cumprir o *habeas corpus*. O presidente do STF Ribeiro da Costa expediu um mandato de prisão contra o general, e Castelo Branco interviu na situação, marcando uma reunião reservada entre os dois envolvidos. O resultado foi a não prisão do general e, ao mesmo tempo, Miguel Arraes seria posto em liberdade. O ex-governador, depois de sair do cárcere, refugia-se na embaixada da Argélia e se exilou pouco depois. O resultado desagradou os militares “duros”, que elaboraram um documento na defesa de suas ideias e de seu projeto hegemônico.

Nele, enunciavam determinadas interpretações da legislação: “a Constituição de 1946 está subordinada ao AI-1 e não esta aquela, como sustenta em seus últimos julgados o STF”; “os encarregados dos IPMs continuam investidos de autoridade que lhes confere o Art. 8 do AI para promover todos os tipos de diligências que parecerem indispensáveis ao processamento dos inquiridos, inclusive a prisão de quaisquer indiciados, não cabendo a estes alegar garantias constitucionais”; por fim, “concedendo *habeas corpus* em IPMs, o STF coloca-se fora da lei, cumprindo corrigir urgentemente esta distorção da ordem revolucionária, devidamente institucionalizada” (*apud* CHIRIO, 2012, p. 89).

Na área militar, ocorreu um conflito entre a Marinha e a Aeronáutica sobre a possibilidade de a Marinha ter uma força aérea autônoma da Aeronáutica, o que causou hostilidade entre as duas pastas. Durante as disputas, houve a troca de ministros das duas pastas: no ministério da Aeronáutica, Lavanére-Wanderley passou o cargo para o major-brigadeiro Marcio de Souza e Mello, que passou para o marechal do ar Eduardo Gomes; e no ministério da Marinha, Mello Batista passou o cargo para o almirante Paulo Bosísio. A solução de Castelo Branco foi não aprovar a opção de ter helicópteros da Marinha, mas as divergências entre as duas armas perduraram.

Juntamente com as divergências políticas, as cassações, repressões e medidas econômicas adotadas pelo governo também surtiram efeito no conjunto da sociedade. As

classes populares eram as mais afetadas pelas medidas recessivas, e a situação era agravada pela destruição de seus mecanismos de reivindicações. Mas as medidas econômicas também afetavam grupos sociais que haviam apoiado o golpe, tais como as classes empresariais, afetadas pela recessão. Todos esses fatores acabariam por afetar a popularidade de Castelo Branco e seu governo, que resultou na rejeição de sua imagem perante a opinião pública.

A situação se agravava pela aproximação das eleições para governador em 1965 em onze estados, dois deles principais: Guanabara e Minas Gerais, mesmo contando com apoio de vários partidos no Congresso, especialmente da UDN depois da eleição de Bilac Pinto à presidência da Câmara. Diante da possibilidade real de derrota dos candidatos dos golpistas, tanto os “moderados” como os “duros” se uniram em torno da proposta de eleição indireta para os onze estados, em um mandato-tampão de um ano para coincidir com as outras eleições estaduais e a presidencial no próximo ano. A medida já estava pronta para ser aprovada, mas segundo Lira Neto (2004), uma carta de Carlos Lacerda a Castelo Branco resultou na continuidade das eleições diretas e no arquivamento da medida, o que inquietou os segmentos militares, especialmente os “duros”. Isso não impediu Castelo Branco em aprovar medidas para impedir determinadas candidaturas da oposição, como a Lei de Domicílio eleitoral, que exigia que os candidatos disputassem onde tinham domicílio eleitoral a partir de quatro anos, e a Lei de Inelegibilidade, que vetava a candidatura de quem tinha servido como ministro de João Goulart a partir de janeiro de 1963.

As consequências dessas medidas culminaram na anulação de candidaturas da oposição, especialmente da coligação PTB-PSD, nos dois principais colégios eleitorais. Na Guanabara, Helio de Almeida (PTB) foi desclassificado pela Lei de Inelegibilidade por ter sido ministro do governo Goulart; a segunda alternativa, a do marechal Henrique Teixeira Lott (PTB), foi cancelada pela questão do domicílio eleitoral, devido à transferência de seu título de eleitor para o estado do Rio de Janeiro<sup>39</sup>; por fim, o PTB se aliou à candidatura de Negrão de Lima (PSD), conhecido de Castelo Branco. Em Minas Gerais, Sebastião Paes de Almeida (PSD) foi considerado inelegível pelo TSE, devido a abuso de poder, e foi substituído por Israel Pinheiro (PSD). Mas mesmo com as anulações de várias candidaturas, a oposição foi parcialmente vitoriosa, eleita tanto na Guanabara como em Minas Gerais. O

---

<sup>39</sup> Este teve grande influência de Castelo Branco em seu processo, devido às divergências entre os dois.

resultado desagradou grupos políticos, principalmente os militares “duros”, que decidiram tomar medidas concretas.

Oficiais do Primeiro Exército no Rio ficaram furiosos com os resultados das eleições e muito mais furiosos com Castelo Branco por haver prometido respeitar o veredicto das urnas. Circulavam boatos de que os militares mais exaltados estavam em vias de depor Castelo Branco para instalar um “genuíno” governo revolucionário. Até os oficiais moderados se achavam profundamente contrariados. Ao que propalava, dois grupos de oficiais conspiravam: um, constituídos por membros da *entourage* de Lacerda, queria o golpe para instalar seu chefe no poder. Mais ameaçador era o segundo grupo, liderado pelo general Albuquerque Lima. Os seus membros mais radicais queriam ir até o estádio do Maracanã, onde se fazia a contagem dos votos, para queimar as cédulas, marchando em seguida para o Palácio das Laranjeiras, residência presidencial no Rio. Todas essas tramas tinham um elemento em comum: o repúdio dos resultados eleitorais e instalação de uma ditadura ostensiva (SKIDMORE, 1988, p. 96).

Preocupado com a possibilidade de ser derrubado e procurando manter-se no poder, Castelo Branco apoia-se em Costa e Silva. O ministro da Guerra, já vislumbrando seu projeto de poder, garante apoio ao presidente discursando no evento em homenagem à tomada de Monte Castelo, o que terminou com as tentativas de revolta.

Não cabe às Forças Armadas decidir se deve ou não se dar posse aos vencedores das eleições do último final de semana. Eles não têm esse poder. A decisão é exclusivamente do presidente. E as Forças Armadas o apoiam incondicionalmente. É mentira tudo que for veiculado em contrário. Estamos com a situação sob absoluto controle e o ambiente é de perfeita calma (*apud* NETO, 2004, p. 338).

Nesse momento, evidenciava-se que os “duros”, que vinham disputando com os “moderados”, ascendiam com seu projeto hegemônico no espaço político, controlado pelos segundos desde a consumação do golpe. E o discurso conciliatório de Costa e Silva, em uma hipótese, seria não uma união dos dois grupos, mas sim uma demonstração de poder de seu grupo. Esse apoio garantiu a continuidade de Castelo Branco no poder, mas que teria um preço a ser cobrado posteriormente pelos “duros”.

### **2.3 A consolidação do projeto dos “Duros”**

Em meio a esse cenário de tensão, o governo Castelo Branco procurava manter a coesão militar, mas ficava evidente que o presidente ia se enfraquecendo politicamente. Uma frase dita por Costa e Silva, em uma solenidade militar em Itapeva, exemplifica essa situação: “Alguns dizem que o presidente é politicamente fraco, mas isso não interessa, pois ele é militarmente forte!” (*apud* NETO, 2004, p. 343). Ou seja, o presidente estava perdendo

espaço político e, assim, procurava manter a coesão militar como último bastião do poder. Segundo a análise de David Maciel, a coesão foi mantida por meio de um acordo para garantir a posse dos eleitos em troca do cancelamento das eleições diretas.

Tal acordo, simbolizado pelo chamado “pacto Castelo Branco/Costa e Silva”, foi fértil de consequências, pois significava a ruptura com um aspecto decisivo da institucionalidade democrática: no topo da burocracia passaria a haver um presidente não-escolhido pela consulta política mediada pelo sufrágio universal. Essa mudança reduzia drasticamente a abrangência das instâncias e dos *loci* decisivos na escolha do novo governante, com um claro esvaziamento do papel dos partidos e de seu papel mobilizador na sociedade civil (MACIEL, 2004, p. 47).

Mais que isso, esse acordo representou a ascensão do projeto hegemônico dos militares “duros”, que venceram a disputa hegemônica. A partir do projeto, estabeleceriam sua própria institucionalidade e formariam o novo Bloco Histórico. Os “moderados”, por sua vez, passariam a tentar ascender com seu projeto hegemônico através da nova institucionalidade. É nesse ambiente político que é criado o Ato Institucional nº 2, ou AI-2, que consolidaria de vez o projeto hegemônico vitorioso. As medidas contidas nesse Ato eram majoritariamente dos militares “duros”, mas também contou com o apoio dos “moderados”.

O presidente, o vice-presidente e todos os governadores seriam a partir de agora eleitos indiretamente – o presidente e o vice-presidente pelo Congresso e os governadores pelas assembleias legislativas. [...] O Ato número dois, tal como o número um, deu novamente ao chefe do poder o poder de cassar os mandatos de todas as autoridades eleitas, inclusive parlamentares, assim como a autoridade para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. O documento estabelecia ainda o aumento de 11 para 16 do número de ministros do Supremo Tribunal Federal. [...] Finalmente, o AI-2 abolia todos os partidos políticos então existentes (SKIDMORE, 1988, p. 101-102).

A formulação do AI-2 encontrou a resistência do ministro da Justiça, Milton Campos, que renunciou ao cargo e foi substituído interinamente por Juracy Magalhães. Castelo Branco, querendo manter a aparência de legalidade, enviou o Ato ao Congresso para que fosse aprovado. No entanto, vendo que a emenda seria rejeitada, a pauta foi retirada antes mesmo de ser votada, causando protestos da oposição. O AI-2 foi aprovado da mesma maneira que o AI-1. Castelo Branco ainda incluiu um parágrafo, na última hora, que impedia a sua reeleição. Mas pouco surtiu efeito, ficando evidente o poder de Costa e Silva, grande beneficiado do AI-2, que avançava com seu projeto presidencial. Várias consequências foram sentidas. Antigos aliados, como Adhemar de Barros, romperam definitivamente com o governo, e Carlos Lacerda, em sinal de protesto, retirou sua candidatura a presidente. Até mesmo nas relações com os EUA o AI-2 representou um divisor de águas, já que foi visto tanto pelo Departamento de Estado como por parte da mídia estadunidense como um avanço do

autoritarismo. Lincoln Gordon, que ainda propunha a continuidade do apoio ao governo Castelo Branco, teve uma grande divergência com o Departamento.

O embaixador não perdeu a ocasião e voltou ao seu trabalho de apoio ao governo brasileiro tornando a pedir uma declaração favorável, agora mencionando a necessidade de continuação do apoio econômico. Para ele, não fazia sentido fingir que nada havia acontecido e, por isso, convinha externar a preocupação norte-americana, sem, entretanto, interromper a ajuda econômica. Isso se devia ao fato de que o governo norte-americano havia resolvido atrasar o cronograma de negociações do programa de empréstimo para o Brasil (FICO, 2008, p. 164).

A posição do embaixador saíria vitoriosa novamente. Posteriormente, algumas novas medidas foram adotadas com o intuito de aprofundar alguns pontos do AI-2, como o Ato Suplementar nº 4, que extinguiu todos os partidos políticos do pré-64 e estabelecia novas regras para a formação de novos partidos, exigindo o número mínimo de 120 deputados e 20 senadores. Mesmo que o total de cadeiras do Congresso permitisse a criação de três partidos, o governo vinha aliciando um grande número de políticos em seu partido. a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) contou com a entrada majoritária de políticos da UDN, PSD, PSP, PL, PRP, PTN, PR e até mesmo setores do PTB. A maciça migração de políticos para a ARENA deu-se principalmente pelo artifício da sublegenda<sup>40</sup> de acomodar vários adversários dentro do mesmo partido. Essa situação dificultou a formação do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado majoritariamente pelo PTB, PSB, MTR, alguns setores do PSD e membros minoritários dos outros partidos, o que ocasionou empréstimo de congressistas ao partido opositor na obtenção de registro provisório. Mesmo com essa questão, os dois partidos conseguiram se formar, e ainda seria editado posteriormente um Ato Institucional nº 3, ou AI-3, cuja finalidade era organizar os últimos pontos desta questão.

Foi assim que em fevereiro de 1966 o Planalto decidiu que necessitava de um terceiro Ato Institucional para se proteger nas próximas eleições. Os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de “segurança nacional” seriam nos termos do novo Ato, nomeados pelos governadores (agora eleitos pelas assembleias legislativas). [...] Outro dispositivo do AI-3 adiou o cronograma para a implementação do novo sistema partidário (SKIDMORE, 1988, p. 107).

Face ao exposto, esses atos institucionais fundamentam o projeto hegemônico dos “duros”, que se consolidou no poder. Com isso, a ideia inicial de “limpeza de área” e devolução de poder aos civis dos segmentos moderados tornava-se mais distante. Fica

---

<sup>40</sup> Prática eleitoral de um partido político lançar mais de um candidato em uma mesma eleição majoritária (Presidente, Senador, Governador e Prefeito) .

evidente também que a tática de Castelo Branco em “ceder para acalmar” com os “duros” praticamente o levou a perder terreno político. Mesmo tendo sido aprovadas pelo governo, para manter a coesão entre os golpistas, as medidas serviram para fortalecer os segmentos dos “duros”. Castelo Branco precisava se fortalecer e recuperar o espaço político que havia cedido demais e perdido, preparando duas manobras para tentar recuperar-se politicamente.

A primeira delas seria afastar de postos-chave dos quartéis os principais expoentes da linha-dura. O velho recurso de transferência de oficiais incômodos, sempre para guarnições distantes do centro nervoso do país, seria o meio mais eficaz para tal. Em segundo lugar, Castello teria de minar o terreno para impedir a oficialização da candidatura de Costa e Silva a presidente (NETO, 2004, p. 350).

Ou seja, os “moderados” procuravam estabelecer seu projeto hegemônico dentro da institucionalidade dos “duros”. Em relação à primeira tática, Castelo Branco conseguiu melhores resultados. Houve a transferência de oficiais “duros” para guarnições distantes por questão de manutenção de hierarquia, como o exemplo do tenente-coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, que havia feito declarações contra um pronunciamento de Castelo Branco, e dos coronéis Osnelli Martinelli e Hélio Lemos, que haviam prestado solidariedade ao tenente-coronel (NETO, 2004). Outro caso foi a postergação do IPM do coronel Ferdinando de Carvalho, que pretendia impedir a posse de Negrão de Lima, para garantir sua própria posse no governo da Guanabara. Também se incluem a retirada do general Urunaí do comando do I Exército, a nomeação do general Jurandir Bizarria Mamede no comando da Vila Militar e a de Orlando Geisel no comando do III Exército.

Essas medidas mostravam um avanço político dos “moderados”, que estavam recuperando espaço. Costa e Silva não responderia a essa ofensiva e procurou manter o cenário favorável à sua candidatura presidencial. Mas também não se descuidaria, e assim manteve os “duros” politicamente perto com a nomeação do general Emílio Garrastazu Médici no comando da III Região Militar, e mantendo o general Jayme Portella de Mello em seu gabinete (Neto, 2004). A disputa entre “moderados” e “duros” voltou a acontecer durante o final do ano de 1965, com o predomínio dos segundos em relação aos primeiros. Essa disputa se evidenciaria na questão da Lei de Inatividade, que previa a mudança sobre as promoções e a transferência para a reserva militar.

Antes de 1964 não havia limite para o tempo de permanência na ativa dos generais de quatro estrelas. Em dezembro de 1965 o Planalto regulamentou a lei que especificava a promoção ou a passagem forçada para a reserva em cada uma das quatro patentes do generalato, estabelecendo que nenhum posto, nesse nível, poderia ser exercido por mais de 12 anos ou além dos 62 anos de idade. O presidente queria

reduzir a oportunidade de oficiais mais antigos aumentarem o círculo de suas dedicações pessoais que pudessem ser mobilizadas para fins políticos. Em outras palavras, ele queria impedir que algum futuro general fizesse o que ele mesmo fez na conspiração contra Goulart. Dois outros dispositivos eram talvez os mais importantes. O primeiro limitava a quatro anos a permanência no posto dos generais de quatro estrelas (general do Exército). O segundo limitava todos os oficiais a um máximo de dois anos fora do serviço ativo antes de passarem para a reserva ou de voltarem à ativa (SKIDMORE, 1988, p. 104-105).

Outra medida era o fim do cargo de marechal. Costa e Silva, no entanto, discordou veemente da medida, considerando um ataque à sua candidatura, e Castelo Branco cedeu em partes na questão ao aumentar o prazo para entrar em vigor as novas medidas, procurando beneficiar o ministro da Guerra; mas as aprovando. Ao final, os “moderados” estavam recuperando a Hegemonia. Faltava a segunda manobra: tirar a candidatura de Costa e Silva.

Castelo Branco, segundo depoimentos de militares, pretendia devolver o poder a antiga ordem institucional (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994). Ao mesmo tempo em que Costa e Silva vinha consolidando sua candidatura, Castelo Branco possuía possíveis candidatos para sua sucessão, tanto civis como militares. Entre os nomes cogitados, estavam o marechal Cordeiro de Farias, general Jurandir Mamede, Juracy Magalhães, Pedro Aleixo e Bilac Pinto. Para Lira Neto (2004), o erro tático de Castelo Branco foi esperar o início de 1966 para definir o seu candidato à sucessão, e enquanto descansava, a candidatura de Costa e Silva era oficializada pelos seus aliados mais próximos, como o general Jayme Portella de Mello. O tenente-coronel Mário Andreazza aceita prontamente o ministério da Guerra. A notícia pegou o governo de surpresa, com a antecipação de sua candidatura, já que com uma viagem agendada, não se esperava nenhum movimento político. Durante a viagem de Costa e Silva, cogitou-se a possibilidade de demitir o ministro da Guerra. Dada a possibilidade de Costa e Silva ingressar no MDB, mantendo sua candidatura e desejando manter a unidade do exército, Castelo Branco preferiu não o fazer e apoiar sua candidatura, desde que o candidato respeitasse o documento criado por ele: “Aspectos da sucessão presidencial”.

[...] Castelo Branco impunha cinco princípios básicos a serem cumpridos pelos candidatos que quisessem contar com o apoio do governo: a candidatura deveria ser oficializada no tempo certo, teria que necessariamente ser gestada no ventre da ARENA, não poderia recorrer a pressão militar para se impor, não faria nenhum ministério seu centro de propaganda e, finalmente, comprometer-se-ia acatar os princípios da “Revolução”. Em linhas bastante inteligíveis a Costa e Silva, eram aquelas as regras do jogo (NETO, 2004, p. 366).

Costa e Silva, já consolidado em sua candidatura, aceita os termos do documento e “se compromete” em manter a continuação da política econômica. No entanto, a conciliação entre

os dois militares desagradou as duas vertentes em disputa, tanto os “duros” em relação à “submissão” de Costa e Silva, como dos “moderados” por Castelo Branco sucumbido e entregado os pontos facilmente (NETO, 2004). Esse último ponto pode indicar que para muitos “moderados”, como estavam recuperado a Hegemonia, não havia a necessidade de ter cedido à candidatura dos “duros” e que teriam condições para disputar a indicação para a sucessão. Mas Castelo Branco não continuou a disputa e se conciliou com os “duros”.

Ao que tudo indica, com o desagrado deles em relação a essa proposta de conciliação, o projeto hegemônico dos “moderados” perdeu espaço, o que evidenciou a escolha de Costa e Silva como sucessor de Castelo Branco, que já contava com força política. A escolha de Pedro Aleixo para vice-presidente foi o máximo que o governo federal conseguiu. Segundo Skidmore (1988), não havia garantias de que Costa e Silva seguiria as orientações dos “moderados”, ou seja, os “duros” haviam conquistado o poder hegemônico. Isso se evidenciou com a “vitória” de Costa e Silva/Aleixo na convenção da Arena, com 329 votos do total de 361. Coube a Castelo Branco, durante o final de seu mandato, consolidar o projeto hegemônico dos “duros”.

Ao mesmo tempo, ocorre a intensificação das contestações contra o regime, que já vinham desde os primeiros meses, mas que aumentaram especialmente com o AI-2. O avanço da recessão econômica também afetava a popularidade do governo na maioria dos grupos sociais. Externamente, o governo estava em melhor situação, especialmente com os EUA, que garantiam investimentos. A proximidade de Castelo Branco e do ministério das Relações Exteriores com o governo estadunidense foi uma das maiores em sua história, quando se cogitou o envio de soldados brasileiros à guerra do Vietnã.

Castelo teria gostado de enviar tropas ao Vietnã. Embora prevaleça, na literatura, a impressão de que o envio de tropas brasileiras ao Vietnã fosse de todo impossível, a verdade é que alguns assessores de Castelo empenharam-se nesse sentido e o próprio presidente só não enviou tropas porque teria sido muito difícil obter do Congresso Nacional uma inusitada declaração de guerra ao longínquo Vietnã. Em conversa com o subsecretário de Estado, George W. Ball, o secretário-geral do Itamaraty, Pio Corrêa enfatizou a solidariedade brasileira e disse que o Brasil estava inteiramente ao lado dos Estados Unidos nessa matéria e que ele estava estudando o tipo de apoio que o Brasil poderia dar (FICO, 2008, p. 154-155).

O apoio conseguido foi o envio de medicamentos, porém, o governo conseguiu ajudar militarmente os EUA com o envio de tropas brasileiras à República Dominicana. A proximidade extrema com os norte-americanos acentuou o sentimento antiamericano internamente, diminuindo a popularidade de Castelo Branco. As atitudes repressivas adotadas

pelo governo como a cassação de sete deputados estaduais do MDB para garantir a vitória da ARENA, em junho de 1966 (MACIEL, 2004), pioraram ainda mais a imagem do presidente. Em meio a esse cenário, segundo Lira Neto (2004), ocorre uma inversão de imagens de Costa e Silva com Castelo Branco, com o primeiro passando a ser visto como a esperança e a retomada do crescimento, e o segundo como “duro” e personificação da recessão. É nesse ambiente político que Costa e Silva é eleito presidente indiretamente, em outubro de 1966, com 295 votos, e nenhum contra, devido à retirada do MDB do plenário. No mês seguinte, são realizadas as eleições legislativas, com a vitória da ARENA sobre o MDB, quando a ARENA ganhou 277 cadeiras contra 132 do MDB na Câmara dos Deputados, e no Senado conquistou 47 cadeiras contra 19 do MDB.

Faltando alguns meses para entregar o mandato ao sucessor, Castelo Branco realizaria ainda algumas medidas que consolidariam o projeto hegemônico dos “duros”. A primeira delas foi a cassação de mais seis deputados federais, entre eles Doutel de Andrade, mas o presidente da Câmara, Aduino Cardozo, os manteve no cargo, resultando em um impasse entre os dois poderes. O resultado foi o fechamento do Congresso, mecanismo previsto pelo AI-2, por recesso; e na volta dos serviços, foi oficializada a cassação dos seis deputados. Em protesto, o presidente da Câmara renunciou ao cargo. A outra medida foi a preparação de uma nova Constituição. Para esse fim, Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 4, ou AI-4, que dava ao Congresso Nacional o poder de Assembleia Nacional Constituinte, para a legislatura que havia sofrido várias cassações. Elaborada às pressas, em aproximadamente um mês, a nova constituição acabou por oficializar o projeto hegemônico que vinha se consolidando.

Uma mudança básica era a eleição indireta para presidente. Uma segunda era o aumento do controle pelo governo federal dos gastos públicos (o Congresso ficava proibido de propor leis criando despesas ou aumentar despesas propostas pelo governo) [...]. A terceira eram os amplos poderes dado ao governo federal para “a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem pública e social, ou em detrimento de bem, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo dispuser a lei” (Art. 8) (SKIDMORE, 1988, p. 119).

No entanto, a nova ordem institucional foi defendida pelos “moderados”. “Os castelistas [...] agarravam-se no argumento de que o presidente estava cumprindo a antiga promessa de ‘institucionalizar a Revolução’.” (NETO, 2004, p. 395). Autores como David Maciel (2004) mostram que as duas tendências haviam se unificado, e Lira Neto (2004)

chama a atenção que esse argumento era uma contradição, já que o projeto dos moderados era entregar a antiga ordem institucional sem elementos de esquerda, e não a institucionalização do projeto hegemônico dos “duros”. Isso ajuda a confirmar a hipótese de que, com a ascensão, os “moderados” passaram a instalar a ordem institucional dos adversários políticos com o intuito de disputar hegemonicamente o seu projeto político nela.

Outros três decretos-leis foram aprovados ao final do governo Castelo Branco. O primeiro foi a permissão de instalação da SNI, órgão criado no início do governo, em todos os ministérios (SKIDMORE, 1988). O segundo foi a “Lei de Imprensa”, que estabelecia a censura, a intervenção do governo e a instauração de processo sobre o conteúdo divulgado pelos meios de comunicação. A terceira foi a instalação da Lei de Segurança Nacional.

A nova lei, inspirada na doutrina da Escola Superior de Guerra, amparava-se no binômio da “Sorbonne” – desenvolvimento e segurança; ficavam estabelecidas, por exemplo, severas punições para acusados de propagandas subversivas, de ofender a honra ou a dignidade dos chefes de Estado e, ainda, de incentivarem greves nos serviços públicos. A justiça militar passava a ter poderes para julgar civis e os jornais e revistas podiam ter sua circulação suspensa por trinta dias (NETO, 2004, p. 398).

Assim, ao término do mandato de Castelo Branco, na disputa hegemônica, os “duros” haviam conquistado no poder. Ademais, o saldo final do governo Castelo Branco não era algo a se comemorar, pois a inflação crescia, o número de falências e concordatas aumentava, houve queda no poder real dos salários dos trabalhadores, várias cassações políticas e a consolidação do projeto hegemônico dos “duros”.

## **2.4 Revoltas e contestações no período**

As disputas políticas não ficaram restritas entre os grupos militares “moderados” e “duros”. Contestações contra a ditadura não tardaram em acontecer no pós-64. Uma das primeiras tentativas foi a Operação Pintassilgo, que começou a ser organizada meses após o golpe, organizada por Leonel Brizola no exílio. A operação seria uma opção pela luta armada, por uma insurreição militar-popular suscitada pelo descontentamento por parte do Exército com o governo Castelo Branco, em especial com a decretação do AI-1, visto como uma afronta à Constituição.

A insurreição começaria no Rio Grande do Sul, com a subvenção da Brigada Militar e dos 18º e 19º Regimentos de Infantaria do Exército que tomariam vários quartéis, bem como a Base Aérea de Canoas de onde saíam os aviões da FAB para

bombardear o Palácio Piratini e outros alvos. O comando militar da insurreição [...] caberia ao general Ladário Teles, e Brizola assumiria a liderança civil, ocupando uma estação de rádio em Porto Alegre, a fim de conclamar o povo à revolta (BANDEIRA, 2010, p. 357).

Em novembro de 1964, a insurreição fracassou após uma denúncia que resultou na prisão de vários militares da FAB, do Exército e da Brigada Militar, além de civis, relacionados ao movimento. As consequências da denúncia evidenciam que o movimento estava em avançado estágio de organização. Outra tentativa de revolta à esquerda - que ficou somente no planejamento e acabou não acontecendo - levantada por Jacob Gorender foi a Guerrilha de Copacabana, organizada pela POLOP.

Polopistas afoitos articularam com subalternos das Forças Armadas a preparação de um foco guerrilheiro, cuja radicação se previa numa região de Minas Gerais. Mas a conspiração ficou batizada de “Guerrilha de Copacabana”, porque polopistas e marinheiros confabulavam em apartamentos daquele bairro do Rio. Infiltrado entre os conspiradores, agentes da CENIMAR estouraram os aparelhos e prenderam seus frequentadores em julho de 1964 (GORENDER, 2014, p. 141).

Outra contestação do início do governo Castelo Branco, mas à direita, foi a formação da Liga Democrática Radical (LIDER). Fundada no Rio de Janeiro em setembro de 1964, atuou até novembro de 1965<sup>41</sup> e era composta por civis e majoritariamente militares, em especial, os ligados aos “duros”.

Diversas tradições e grupos políticos intramilitares estão representados na Lider. Por trás do almirante Sílvio Heck, estão suas redes de conservadores mineiros e paulistas, bem como o Grupo de Ação Patriótica (GAP), anticomunista. [...] Heck e o seu braço direito, o general R/1 José Alberto Bittencourt, ex-dirigente da Frente Patriótica Civil-Militar, destacavam-se como homens fortes da Lider até serem sucedidos, no início de 1965, pelo triunvirato composto pelo coronel Osnelli Martinelli, o advogado Luis Mendes de Moraes Neto e o coronel Joaquim Pessoa Igreja Lopes. [...]. Luis Mendes de Moraes é um veterano de Aragarças (redigiu seu manifesto oficial). Seus pares, assim como os de Jacareacanga, são numerosos na Lider: Tarcisio Nunes Ferreira, Alberto Fortunato, João Paulo Burnier e o civil Charles Herba, todos participantes de uma das duas revoltas (CHIRIO, 2012, p. 69-70).

Havia também militares ligados ao lacerdismo, como o coronel Martinelli, e suas principais bandeiras eram as mesmas levantadas pelos “duros”: liberdade para os IPMs e nacionalismo econômico. É difícil mensurar o número de membros participantes; algumas das fontes indicadas sugerem entre 2 mil e 5 mil membros, mas havia vários grupos dentro da mesma organização.

A Lider exprime-se por manifestos, distribuídos nos quartéis, e depois por comunicados à imprensa. [...] são divulgados três textos, em fevereiro, junho e

<sup>41</sup> Foi encerrada durante a retomada da iniciativa política por parte de Castelo Branco, depois do AI-2, como trabalhado anteriormente.

novembro de 1965. Eles traduzem as diversas tendências da organização, em torno de dois polos que são o radicalismo repressivo e o nacionalismo econômico. Existe uma relativa especialização interna, em torno de “seções” (Divulgação e Propaganda, Setor Feminino, Setor Profissional, Trabalhos Especiais etc.) e orientações dos membros. Martinelli, por exemplo, confessa seu pouco interesse pelas questões econômicas, nas quais Sílvio Heck ou Igreja Lopes achavam-se particularmente envolvidos (CHIRIO, 2012, p.71).

Existem divergências entre autores sobre a forma das práticas realizadas pela LIDER, mas Maud Chirio (2012) defende que a liga não praticava atos violentos e nem manifestações de ruas. Já Lira Neto (2004) menciona a participação, em especial do coronel Martinelli, no sequestro de Miguel Arraes e na tentativa de impedir sua libertação outorgada pelo Supremo Tribunal Federal. As divergências sobre as práticas da LIDER dificultam a análise sobre o movimento, se era somente de contestação ou se tinham ações práticas. Independentemente, percebe-se o descontentamento por parte dos grupos que apoiaram o golpe, formando organizações para implantar seu projeto político, por fora dos meios institucionais.

Contudo, tentativas de revoltas contra o regime durante seu primeiro ano foram poucas, e eram mais frequentes as articulações de tentativas de revolta e contestações através de manifestos. Militares considerados “duros”, que haviam apoiado o golpe, já demonstravam seu descontentamento com o andamento do governo Castelo Branco e reclamavam de uma perda de “autenticidade” do movimento vitorioso, como o manifesto do almirante Sílvio Heck.

[Os revolucionários não podem consentir] que influam sobre o destino do Brasil interesse espúrios da cupidez internacional, organizada em sistemas monopolistas que dessangram a economia nacional. Submete-se o povo a uma carga desumana, excessiva, brutal, insuportável, que o leva à beira da exaustão. [...] Quero estranhar o silêncio dos patriotas, num momento em que as forças reacionárias da corrupção, abrindo as portas para o retorno da subversão, contundem, agredem, ferem moralmente os corajosos oficiais, que cumprindo ordens, se dispuseram às mais árduas missões, talvez únicas que, até agora, recomendaram a revolução ao julgamento do povo brasileiro (*apud* CHIRIO, 2012, p. 84).

As esquerdas, em sua maioria, estavam em processo de reorganização depois das primeiras cassações e repressões que levaram à fragmentação momentânea. Boa parte de seus membros estavam presos, no exílio ou afastados momentaneamente da atuação política, enquanto outra parte rearticulava na clandestinidade (GORENDER, 2014). Durante esse processo, a questão sobre a tática para ascender ao poder pela esquerda foi colocada em xeque: seria pelo caminho pacífico ou pela revolta armada. Essa discussão vinha se intensificando desde o governo Goulart, mas com o golpe civil-militar e a derrota do modelo

conciliador e reformista, acabou deixando marcas na esquerda. Muitos grupos de esquerda começaram a dirigir as atenções para a primeira alternativa.

Em relação à revolta armada, existem discussões entre os autores sobre sua viabilidade como tática a ser utilizada. Thomas Skidmore (1988) considera que a revolta armada era inviável por fatores tais como território não propício, inexistência de divisões étnicas ou religiosas e as diferenças econômicas entre as regiões, e levanta outros fatores tais como a desunião dos movimentos – resultado de rivalidades ideológicas e pessoais e ações descoordenadas. Além disso, a tática era uma ação de longo prazo, e não imediata, como propunham os grupos radicais. Jacob Gorender (2014) considera que a revolta armada seria viável, mas em uma preparação em longo prazo e com o objetivo de formar uma base social para a luta de massas. Tanto a leitura de que a posição era pacifista, com aliança com a burguesia, quanto a posição de revolta armada imediata eram falhas. Por sua vez, Marcelo Ridenti (2010) considera que a “ilusão da representatividade” e a crença de mudança pela ordem institucional travaram determinados segmentos da esquerda e impediram qualquer preparação para um conflito, o que resultou no afastamento de suas bases, que vinham crescendo durante o governo Goulart e foram minadas com o golpe civil-militar.

Diante da desilusão do governo Goulart, as esquerdas começaram a tender para a estratégia da revolta armada, o que levou à sua organização. Grupos da esquerda como o PCB, que adotaram a via pacífica, custaram-lhe o prestígio e a influência alcançados anteriormente, resultando em dissidências em grupos de esquerdas como o PCdoB, a AP e a POLOP. A tática de revolta armada escolhida pela esquerda resultou em um primeiro momento na mesma tática adotada para garantir a posse do João Goulart: por meio da insurreição por levantes e colunas de combate, a partir da região sul do país, inspirados na Campanha da Legalidade (CNV, 2014a). Essa tática mudaria com a Guerrilha de Três Passos em 1965, movimento que vinha sendo organizado desde o ano anterior.

O levante, com adiamentos, ocorreu em março. De Rivera, no dia 19 de março, o grupo entrou no Brasil, pelo Rio Grande do Sul, passou por São Sepé e Santa Maria, até chegar a Campo Novo. Cardim, falando como comandante do Exército de Libertação Nacional, designou Valdetar para o posto de tenente e apresentou todo o plano da insurreição, falando da chegada de Brizola e da adesão de “sessenta oficiais e de soldados de diversos quartéis do Rio Grande do Sul”. Na noite de 26 de março de 1965, com a incorporação do grupo organizado por Valdetar, Cardim se apossou da Brigada Militar de Três Passos e do presídio, de onde levaram armas, munição e fardas. Além de deixar a cidade sem comunicação telefônica, uma vez que cortaram os fios da rede, ocuparam uma rádio local, a Difusora, onde Odilon Vieira, que havia trabalhado como radialista em São Sepé, leu um manifesto de Cardim, no qual ele

falava em nome das Forças Armadas de Libertação Nacional. Por ser tarde da noite, a locução teve pouca repercussão, com pequena audiência. Com todos os atropelos, estava em curso o primeiro movimento armado contra a ditadura militar no Brasil. De Três Passos, o grupo de combatentes seguiu para Tenente Portela, onde também tomou o destacamento da Polícia Militar. O mesmo ocorreu em Barra do Guarita e em Itapiranga (SC), que fizeram parte da rota do grupo em direção ao Paraná (CNV, 2014a, p. 598).

Com a chegada dos guerrilheiros ao estado do Paraná, as forças do governo passaram a se preocupar com sua aproximação.

Os combatentes já se encontravam no Paraná, aumentando ainda mais a tensão, após as primeiras informações que chegaram sobre o levante. Aviões e helicópteros de reconhecimento partiram para a região. Próximo a Capanema, o grupo foi localizado por um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Em Leônidas Marques foi travado um tiroteio, que vitimou o sargento Carlos Argemiro de Camargo. O grupo de Cardim se dispersou e, pouco a pouco, os combatentes foram capturados (CNV, 2014a, p. 598).

O resultado foi a prisão e a tortura de seus participantes. Considerada um dos primeiros casos de guerrilha contra a ditadura, a Guerrilha de Três Passos gerou repercussão nacional e internacional. Existe, no entanto, uma dúvida sobre a participação de Leonel Brizola no acontecimento, e embora indiciado no IPM, Moniz Bandeira (2010) considera que ele não participou da organização. O recente relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014a) não conseguiu responder essa questão.

Nesse período, outro grupo que passaria a contestar eram os estudantes. Com a consumação do golpe, entidades estudantis - como a sede da UNE no Rio de Janeiro - sofreram intervenção e foram atacadas, e líderes do movimento foram perseguidos. O movimento estudantil começaria a se reorganizar com a Lei nº 4.464 de novembro de 64, conhecida como Lei Suplicy, referência ao ministro da Educação, Flavio Suplicy de Lacerda.

A lei propunha a criação de Diretórios Acadêmicos em cada faculdade (DAs), de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), e de um Diretório Nacional Estudantil (DNE), todos organicamente vinculados às administrações universitárias e ao próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC). Pretendia-se substituir as entidades civis dos estudantes (que tinham grande grau de autonomia antes do golpe, apesar de serem reconhecidas pelo governo), como os Centros Acadêmicos (CAs), os Diretórios Centrais (DCEs), Uniões Estaduais (UEEs) e a própria UNE, por entidades controladas pelo governo ou pelas administrações das faculdades. A Lei Suplicy procurava manter o movimento estudantil, mas, comportado e dentro das escolas, apoiando os esforços do novo regime pelo “desenvolvimento nacional”, e livre das influências do ativismo de grupos supostamente minoritários e subversivos, que desvirtuariam o movimento. Esperava-se que a implantação do voto obrigatório implicasse a preponderância dos setores “responsáveis” e moderados na direção dos organismos estudantis (RIDENTI, 2010, p. 123).

Houve resistência à aplicação da lei, além da recusa em votar nas eleições para as novas entidades e a recondução de lideranças de esquerda para as entidades estudantis. Ao mesmo tempo, outras questões foram adicionadas às pautas dos estudantes. O corte de verbas do MEC para as instituições de ensino superior públicas e o problema da pouca quantidade de vagas para os aprovados no vestibular foram questões levantadas pelo movimento estudantil. O acordo MEC-USAID, na tentativa de importação e implementação do modelo estadunidense de ensino superior (privado e pago), foi outro ponto do movimento (FICO, 2008). O resultado foi a intensificação de manifestações e marchas de protesto contra o governo lideradas pelos estudantes, especialmente no ano de 1966. Além dos estudantes, segmentos dentro da Igreja Católica também passaram a contestar o governo.

A figura principal era Dom Helder Câmara, que fora nomeado arcebispo de Olinda e Recife logo em seguida ao golpe de 1964. Em seu posto anterior como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder tornara-se conhecido por sua pregação em favor da justiça social e, conquistando muitos admiradores dentro e fora do país. Foi ele um dos primeiros críticos do governo revolucionário, suscitando a ira de Castelo Branco. Em julho de 1966, Dom Helder liderou 15 bispos dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas no apoio formal de um manifesto lançado em março por três grupos de ativistas católicos atacando a estrutura social injusta do Brasil, a exploração de sua classe trabalhadora e as perseguições políticas (SKIDMORE, 1988, p. 109).

Durante o ano de 1966, aconteceram atentados à bomba contra representações do regime. O atentado mais conhecido foi contra o ministro da Guerra, Costa e Silva, então em campanha de sucessão, no Aeroporto de Recife, resultando na morte de três pessoas. Costa e Silva escapou devido a problemas técnicos no avião que o transportaria da Paraíba para Pernambuco, o que o levou a fazer o trajeto de carro. Mas outros atentados à bomba ficaram pouco conhecidos do período, como na casa do cônsul americano em Porto Alegre, na biblioteca do USIS em Brasília, no Ministério da Guerra, no Ministério da Fazenda e na residência do ministro das Relações Exteriores (SKIDMORE, 1988).

Com a decretação do AI-2 e dos atos posteriores, lideranças políticas apoiadoras do golpe passaram a articular contra o regime militar. Uma dessas lideranças foi Carlos Lacerda. Inicialmente, tentou emplacar um terceiro partido, pelas novas regras partidárias. No entanto, com o predomínio da ARENA e a dificuldade na formação do MDB, o terceiro partido não obteve registro legal, e Carlos Lacerda partiu para a formação da Frente Ampla.

Ainda no ano de 1966, Carlos Lacerda passou a assumir a função de mediador e articulador das forças oposicionistas de dentro para fora do país. Renato Archer (MDB antes PSD) confirmou o apoio de Juscelino Kubitschek em Lisboa, e em visita a Montevideu (Uruguai), Doutel de Andrade (MDB, antes PTB) conquistou a

adesão de João Goulart. [...] O “grupo do Rio”, composto pelo brigadeiro Francisco Teixeira, Ênio Silva, Wilson Fadul, Renato Archer, Doutel de Andrade, Edmundo Muniz, Artur Lima Cavalcanti, entre outros incorporaram a proposta da Frente Ampla. De acordo com o brigadeiro, que não acreditava na proposta de uma reação armada contra os partidários do autoritarismo, “Ele [Lacerda] veio ao Rio e reuniu o grupo. Nós discutimos e aceitamos, porque aquilo era o embrião da Frente Ampla, que tanto sonhávamos.” (CARDOSO, 2014b, p. 82-83).

Lacerda ainda tentou contar sem sucesso com o apoio de Magalhães Pinto e Jânio Quadros. Com a formação do grupo, foi lançado um documento com as propostas da Frente, adotando posições das lideranças em conjunto como a volta da democracia, do nacionalismo, da política externa independente e do desenvolvimento econômico.

Nos últimos meses de Castelo Branco na presidência, deu-se uma nova tentativa de guerrilha organizada pela esquerda nacionalista. Foi a Guerrilha do Caparaó.

Em novembro de 1966 [...] catorze candidatos a guerrilheiros ocupam um ponto elevado e deserto da Serra do Caparaó. Afora três ou quatro civis, os demais eram antigos subalternos das Forças Armadas e um ex-tenente do Exército. Comandava o destacamento o ex-sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, sendo subcomandante o antigo subtenente Gelei Rodrigues Correia [...]. Da ligação entre o grupo e do comando político no Rio ficou incumbido Amadeu Almeida Rocha. O destacamento devia efetuar treinamentos e evitar ser descoberto, antes de iniciar a ação em data ainda distante. Apesar do isolamento completo, não demorou a detecção daqueles elementos estranhos pela Polícia Militar de Minas. Por outro lado, a coesão moral do grupo se deteriorou, nas condições de prolongado isolamento e de inação. Cinco integrantes do grupo se retiraram e os restantes desceram a serra e foram presos, no dia 3 de abril de 1967. Quatro dias depois, um reforço de cinco elementos chefiados por Amadeus Rocha, que saiu do Rio e pretendia se juntar ao destacamento de Caparaó, também se viu cercado e aprisionado na região (GORENDER, 2014, p. 138-139).

Por fim, Adhemar de Barros, que passaria a conspirar contra o governo, tem o mandato de governador cassado por corrupção. A tentativa de contrarrevolta posteriormente cairia no esquecimento em trabalhos recentes sobre o período.

### 3 A CAMINHO DA REVOLTA: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSPIRAÇÃO

Ao se inteirar sobre a deflagração do golpe e sobre o avanço das tropas do general Olimpio Mourão Filho, Adhemar de Barros, de forma oportunista ou não, articulou-se rapidamente com o movimento golpista. Entrou em contato com outros atores de São Paulo e reteve cereais dos armazéns, avaliando que, em caso de um possível combate, a Força Pública estaria em estado de prontidão. Segundo o depoimento do capitão Sebastião Luiz Malvásio:

antes mesmo da atitude do Comandante do II Exército a favor do movimento, e da comunicação do Comandante da Força Pública, que punha a milícia bandeirante à disposição do II Exército, já a Companhia de Guarda estava em alerta e preparada para a defesa do último reduto do Executivo paulista. Vigiou a Unidade toda a noite de 31 de março e todos os dias e noites que se seguiram, recebendo notícias vindas através de rádio e pela imprensa do Palácio, sempre ao lado do governador do Estado (*apud* DALLARI, 1977, p. 77).

Golpe consumado, o governador de São Paulo, juntamente com os outros governadores que apoiaram o golpe, participou da reunião com o marechal Costa e Silva, que definiu a escolha de Castelo Branco. Após a eleição indireta do marechal Castelo Branco à presidência, Adhemar percebeu que não teria nenhuma influência na formação do novo governo, tendo dito: “*O prato não é de quem faz, mas de quem come.*” (*apud* LOVATO, 2014, 304). No entanto, ainda procurou manter uma boa relação com Castelo Branco e com os militares. Apoiou o novo governo, defendeu o golpe das críticas vindas do exterior e instruiu a bancada do PSP a integrar a base de apoio. Sua posição não era exclusiva, já que outros atores que participaram do golpe adotavam a mesma posição. Acreditava-se que os militares logo devolveriam o poder aos civis, razão pela qual inclusive vários líderes políticos apoiaram medidas como o AI-1<sup>42</sup>.

Entretanto, altera-se a situação política a partir da cassação de Juscelino Kubitschek, liderança civil que apoiou o golpe. Em um primeiro momento, Adhemar de Barros declarou a favor da cassação: “Graças à Virgem Maria, dois jotas nós já conseguimos derrotar. Agora só falta o terceiro, que sempre foi o principal conselheiro de Jango. Os três jotas estavam unidos contra a democracia.” (*apud* LOVATO, 2014, p. 307). Porém, sua posição tem de ser vista com ressalvas. Sua declaração, ao contrário do que aparenta, não surgiu durante o processo de cassação do ex-presidente, já aparecendo (de maneira incompleta) na edição do Correio da

---

<sup>42</sup> A AI-1 foi o ato institucional que aumentou temporariamente os poderes do Executivo e permitiu ao presidente da República suspender os direitos políticos de qualquer pessoa e cassar mandatos do Legislativo.

Manhã de 05 de abril de 1964 e na edição da revista O Cruzeiro de 10 de abril do mesmo ano. Além disso, não houve por parte dele nenhum pedido ou manobra nessa linha, o que demonstrou que era muito mais um jogo de cena do que um apoio concreto. Tanto que em 1965 declararia a favor de sua anistia: “Se eu fosse o Presidente da República, anistiaría o Sr. Juscelino Kubitschek acho que a Revolução de 31 de Março está consolidada e em condições, assim, de rever alguns de seus atos.” (*apud* CARDOSO, 2014a, p. 50). Uma hipótese seria que Adhemar de Barros considerava contar com o apoio do regime, ou que ainda era um grande aliado das forças políticas instaladas no poder e que viria a ser o candidato oficial do governo em uma futura eleição presidencial. Ou seja, a cassação de Juscelino Kubitschek o beneficiaria nessa disputa.

Outra hipótese levantada por autores como Amilton Lovato é que suas declarações seriam uma bravata, pois sabia que com a cassação de Juscelino Kubitschek, ele poderia ser o próximo a ser cassado, e o jogo viraria contra ele. Essa hipótese não demorou muito a ser confirmada.

A primeira crise realmente séria [...] é deflagrada em agosto de 64, com a instalação de IPMs em São Paulo, quando vários elementos ligados ao Governador são indiciados. A crise, num primeiro momento, é resolvida favoravelmente a Adhemar, com o afastamento do General Mena Barreto, um dos principais condutores dos inquéritos e forte opositor do governador paulista (SAMPAIO, 1982, p. 105).

Mesmo com a temporária vitória na questão dos IPMs, essa manobra política não impediu que o deputado estadual opositor Paulo de Castro Prado (UDN) protocolasse na Assembleia Legislativa o pedido de *impeachment* do governador, usando o IPM como base do pedido. Sem o apoio massivo da UDN e de outros partidos opositores, que se mantiveram reservados em relação ao pedido, mas ainda contavam com apoio massivo dentro do legislativo estadual, o pedido foi indeferido três dias depois pela mesa da Assembleia.

Ao mesmo tempo, aumentavam os ataques políticos de seus adversários, agravando a crise entre o governo Castelo Branco e Adhemar de Barros, o que pode ser comprovado por dois acontecimentos no ano de 1965. O primeiro, de ordem econômica, refere-se ao projeto de lei da reforma tributária, que aumentava a concentração de recursos financeiros para a União e diminuía a autonomia financeira dos estados. O segundo, o AI-2 e os atos complementares<sup>43</sup>,

---

<sup>43</sup> O AI-2 foi o segundo ato institucional, que junto dos atos complementares, aumentou os poderes do Executivo e o número de ministros do STF, extinguiu os partidos político do pré-64, instaurou as eleições indiretas para cargos do Executivo e novamente deu poderes para o presidente suspender os direitos políticos de qualquer um por dez anos, entre outros pontos.

que acabaram com as pretensões eleitorais de Adhemar de Barros. Seguramente, a partir deste ponto, o governador de São Paulo intensificaria os ataques políticos contra o governo Castelo Branco.

No decorrer de 1965, as críticas do governador paulista à política econômica e financeira do Governo Federal são cada vez mais ostensivas, concentrando-se, particularmente, nas medidas anti-inflacionárias e na elevação dos impostos. Ao mesmo tempo, Adhemar desenvolve, no âmbito estadual, uma política financeira contrária à orientação federal e [...] baseada na emissão de títulos da dívida pública. As críticas adquirem um caráter acintoso quando é anunciado o projeto de reforma tributária, elaborados pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento. Nessa ocasião, em sucessivas entrevistas à imprensa, Adhemar acusa o Governo Revolucionário de pretender restringir a autonomia dos Estados e Municípios, reiterando seu propósito de resistir às tendências centralizadoras da União. Com relação às medidas de caráter político-institucional, a atitude de Adhemar é, igualmente, de franca oposição. Quando são articuladas as várias fórmulas para impedir a realização das eleições estaduais de 1965, ele se pronuncia decididamente a favor das eleições e o PSP apoia, tanto em Minas Gerais quanto na Guanabara, os candidatos oposicionistas (SAMPAIO, 1982, p. 105-106).

O rompimento com o governo Castelo Branco se consumaria em 7 de março de 1966. Dentro desse contexto, ocorreu a “A Revolta que não Houve”

### **3.1 Primeiros indícios de uma articulação**

Tudo indica que a partir de 1964, pouco tempo depois do golpe, a Revolta teve seus primeiros planejamentos particularmente devido à cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek e com a instalação de IPMs em São Paulo, comandada pelo general Mena Barreto, que levou ao indiciamento de várias pessoas ligadas ao governador. Esses fatos indicavam que alguns atores políticos que haviam apoiado o golpe estavam sendo incluídos na “limpeza de área”. Adhemar de Barros percebeu – pelos acontecimentos anteriores – que havia a possibilidade de ele ser o próximo cassado ou de haver uma intervenção federal em São Paulo. Ao mesmo tempo em que começou a se afastar gradualmente do governo Castelo Branco, passou a realizar as articulações iniciais que podem estar relacionadas a uma Revolta, e um dos primeiros sinais da organização da tentativa de contrarrevolta surgiram em maio de 1964.

Em maio, membros da polícia política haviam relatado que, de acordo com informação reservada obtida no PCB, Adhemar, Magalhães Pinto e Amaury Krueel estavam envolvidos em um movimento que pretendia fazer uma contrarrevolução no país, e que os dirigentes comunistas dariam ao público provas desse fato, por meio

de boletins que o partido pretendia lançar logo mais (o que não aconteceu) (LOVATO, 2014, p. 310).

O trecho acima coincide com um documento, de assunto “Informação reservada”, datado em 22 de maio de 1964.

Levamos ao conhecimento desta chefia que, segundo informação reservada, comenta-se no Partido Comunista Brasileiro, que a direção do Partido já tem em mãos provas de que os senhores Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Amaury Krueel estão envolvidos e figuram, mesmo, entre os “cabeças” de um movimento que visa fazer uma “contrarrevolução” no País. Que, o Partido Comunista Brasileiro dará a público tais “provas”, por meio de boletins, que pretende lançar muito em breve, ou melhor, dentro de poucos dias (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1964, p. única).

As duas informações mencionam Adhemar de Barros, Amaury Krueel e Magalhães Pinto como envolvidos em uma primeira tentativa de contrarrevolta, além de articulados ao PCB. Também mencionam a ideia de divulgar informações sobre a conspiração para o público com o possível objetivo de conquistar apoios e conseqüentemente a formação de uma base social. No entanto, uma consideração importante deve ser mencionada. O documento sugere que Adhemar de Barros já vinha dialogando sobre a articulação de uma contrarrevolta tanto com atores que haviam apoiado o golpe quanto com grupos de esquerda<sup>44</sup>. Contatos também foram realizados com grupos da esquerda nacionalistas, alguns ligados ao presidente deposto João Goulart. Uma carta, ao que tudo indica, enviada durante os últimos dias de vigência do AI-1, constante do arquivo do ex-presidente durante o período de exílio, disponível no CPDOC/FGV, cujo autor se identifica como “Arriba”, menciona o contato de um amigo não identificado em São Paulo.

A propósito, tenho estado com ele. Sua situação, ao que parece, não estaria segura. Daí rumores de que estaria articulando com o Ademar, que se mostra disposto a resistir, na hipótese de contra ele ser tentada qualquer coisa. Este capadócio pode ser útil, da mesma forma que o Magalhães, pois ambos estão a comer o próprio rabo, já arrependidos do que fizeram. Não é hora de ajustes, que os temos a fazer com ambos, mas sim hora de somar todos os descontentes (CPDOC, 1964-69, p. 53).

O trecho tem vários pontos interessantes. O autor da carta, mesmo considerando a necessidade de um ajuste em virtude da participação dos dois governadores no golpe civil-

---

<sup>44</sup> Em relação aos grupos de esquerda, o documento de nome “Termo de Perguntas ao Indiciado”, de 21 de setembro de 1965, Rômulo Costa Moreira menciona articulações que envolveram o PCB, em uma reunião ocorrida em agosto de 1964: “Perguntado o que foi tratado nessa reunião, Respondeu que o assunto tratado girou em torno de um balanço sobre as atividades das AMES, entretanto, Homero Brasil Nepomuceno, fez uma ligeira exposição sobre a situação política nacional, afirmando que já havia alguns governantes, como Magalhães Pinto, Ademar de Barros e outros, que não se recorda no momento em contato com a direção do Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de se articular a Frente Única no sentido de se evitar que fosse instalada de fato, no Brasil uma Ditadura Militar.” (BRASIL NUNCA MAIS, 1965b, p. 4152-4153).

militar, reconhece que, devido às circunstâncias do momento, era necessário somar forças com os descontentes em relação ao governo militar, sejam os que foram contra ou a favor do golpe. Ou seja, houve uma mudança na Relação de Forças, fazendo com que alguns atores políticos, que eram adversários na disputa hegemônica anterior, passassem a ser aliados, sugestivamente se fazendo necessária a formação de um novo Bloco Histórico para enfrentarem o grupo político que ascendia ao poder. Percebe-se que, junto da esquerda nacionalista, o PCB também adotava essa tática face à nova conjuntura política.

Outro ponto levantado é a ameaça de algo ser tomado contra Adhemar de Barros por parte do governo federal; uma hipótese plausível. Ainda durante o ano de 1964, diante da ameaça de cassação, o governador de São Paulo estaria adquirido armamentos para as forças policiais paulistas<sup>45</sup>. Segundo as fontes levantadas, o governador paulista já vislumbrava a possibilidade de vir a ser cassado pelo regime instalado, e que estava se preparando para uma reação militar caso isso acontecesse. Os contatos continuaram ocorrendo durante o ano de 1965, prosseguindo-se com o planejamento de uma contrarrevolta, como indica o documento intitulado “Contrainformações do Partido Comunista” que traz as seguintes informações de uma reunião ocorrida em 5 de fevereiro de 1965:

Na opinião dos elementos componentes da conferência, deveria ser explorada a impopularidade do atual Governo Federal, reunindo as esquerdas, os descontentes, os alcançados e os feridos pelo Ato Institucional, além da massa humilde do povo de fácil atração. Contam para isso com o aumento crescente do custo de vida, sendo as perspectivas mais propícias ao desenvolvimento da ação. Os contumazes negociastas e corruptos, entre os quais avultam elementos da própria revolução e também o elemento a ser explorado.

-ELEMENTOS - Figuras em primeiro plano: Jango, Brizola, Darcy Ribeiro, Assis Brasil, este último se encontra em missão no exterior a fim de conseguir a instalação do governo revolucionário no exílio, Mauro Borges, no esquema, continua trabalhando e fornecendo numerário e material bélico, juntamente com seu pai Pedro Ludovico; Gen. Osvino, Zerbini e muitos outros. Este último é o chefe em São Paulo.

-REGIÕES - Sul do País, para desencadeamento da contrarrevolução, aproveitando-se do licenciamento das tropas efetivas. Contam com a Brigada Militar e preconizam o desencadeamento de ações de guerrilhas em larga escala.

-SÃO PAULO - Secundando o movimento do Sul irromperá com a missão de manter o II Exército e a Força Pública totalmente empenhados enquanto se processa a marcha para o centro.

-Cargas de dinamite e outros materiais de destruição estão sendo providenciados.

---

<sup>45</sup> Informação mencionada no depoimento de Roil de Noronha Soares, Segundo Sargento do Exército, realizado em 21 de novembro de 1964 e relacionado a outra tentativa de contrarrevolta após 64. Ele relata no depoimento: “[...] o Nilson disse ter ele e o Fernando Sales, estado pessoalmente com o secretário sem pasta do Governo de São Paulo, governador Ademar de Barros, e que o mesmo já tinha mandado grande quantidade de armamento tanto para a Guanabara como para o Estado do Rio, no caso de cassarem o mandato do governador Ademar de Barros.” (BRASIL NUNCA MAIS, 1964, p. 634).

-GOIÁS - Idem São Paulo, contando com elementos excluídos das Forças Armadas e cangaceiros, os quais já se encontram internados em fazendas daquele Estado.  
 [...] - Polícia de São Paulo fornecendo documentos falsos a contrarrevolucionários;  
 [...] - Adhemar de Barros, já tem conhecimento dos fatos principais constantes deste informe (ARQUIVO NACIONAL, 1965c, p. 2-3).

O documento trata majoritariamente de outra articulação à esquerda durante o mesmo período, mas menciona a conivência de Adhemar de Barros com esse movimento. Ao mesmo tempo em que ele já estava articulando sua tentativa de contrarrevolta e sua ampliação no período, o governador paulista deixou outros grupos atuarem em São Paulo, sem agir contra eles. Não se têm indicativos de que essa articulação mencionada no documento seja a mesma em análise na presente tese (mesmo que houvesse grande semelhança em relação à Revolta), mas demonstra que o período foi de grande contestação e que havia um contato entre os vários grupos políticos que se articulavam.

Uma hipótese sobre a complacência de Adhemar de Barros é que ele visava a uma futura aliança política com esses outros grupos e procurava não se indispor com eles. O quadro político era confuso, e curiosamente essa outra tentativa mencionada no documento envolvia atores políticos que viriam participar futuramente da tentativa de revolta. Adhemar de Barros, procurando ampliar os apoios, encontrou-se com distintos atores políticos, como relatado no documento de assunto “Reunião com Almirantes”, de 12 de março de 1965:

Têm estado nesta Capital, em articulações com o Sr Governador do Estado, os Almirantes Rademaker, Vamprée e Mello Batista; Consta que houve um acordo entre os referidos Almirantes e o Sr. Adhemar de Barros, tendo o Almirante Rademaker se comprometido de convidar o Almirante Silvio Heck para vir a São Paulo esta semana ou na próxima (ARQUIVO NACIONAL, 1965d, p. única).

Como não houve outras menções dos almirantes presentes neste encontro nos demais documentos pesquisados, levanta-se a hipótese de que essa reunião não tenha prosperado para futuras articulações, mas indica que alguns deles foram procurados para participarem da Revolta. Por fim, o depoimento de Aflílio Cavalheiro Escobar, coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em 18 de março de 1966, traz a seguinte informação:

Perguntado se o Cel. Avelar lhe falara alguma vez sobre algum plano de que tinham conhecimento e que visava à derrubada do Presidente Castelo Branco e a sua substituição por algum político, e se citara elementos civis e militares que participassem desse plano, respondeu que sim, lhe falara; que, políticos que haviam feito a revolução, entre eles os Governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros e mais Professor Carvalho Pinto, Prefeito FA, digo, Vice-Presidente José Maria Alkimim, General Amaury Krueel e outros, desgostosos com a orientação do Governador Castelo Branco, tramavam a sua derrubada e substituição pelo Vice-Presidente Alkimim, que decretaria de imediato a anistia dos expurgados pela

Revolução; que isto foi frustrado pela decretação do Ato Institucional numero dois (BRASIL NUNCA MAIS, 1966c, p. 535).

A rigor, o depoimento levanta algo interessante. Adhemar de Barros articulou-se com outros seguimentos descontentes com a derrubada do presidente Castelo Branco e a ascensão do vice-presidente José Maria Alckmin, que anistiaría todos os afetados pelo AI-1. Segundo o coronel, essa articulação teria sido frustrada com a decretação do AI-2. Não é possível definir se essa tentativa foi independente entre si ou se se relaciona com as informações anteriores, podendo ser o final da articulação iniciada em maio de 1964. É uma possibilidade, já que envolve os principais atores mencionados no documento (exceto o PCB), e outros mais, que foram agregando à conspiração, que também não aconteceu.

Entretanto, as poucas informações sobre a articulação nesse período inicial não podem confirmar essa hipótese, sendo mais provável uma série de articulações independentes por parte do governador paulista, sem maiores consequências. A ideia é que os atores políticos estivessem procurando retomar a antiga Hegemonia. Mesmo com a decretação do AI-2 e dos atos complementares, Adhemar de Barros continuou a conspirar, e sua maior atuação aconteceu em 1966, ano em que houve maior frequência em suas articulações.

### **3.2 Planejamento da uma nova tentativa de Revolta**

Durante a primeira metade de 1966, Adhemar de Barros intensificou seus contatos com os grupos descontentes e grupos de oposição ao governo Castelo Branco. Inicialmente, procurou-se um consenso entre os vários grupos políticos, tanto à esquerda como à direita, para a formação de uma base social que pudesse fazer frente ao governo federal, e como vimos por nosso referencial teórico, a construção de nova Hegemonia, tudo em vista da formação de um novo Bloco Histórico que aumentasse o seu poder numa correlação de forças, resultando, enquanto possibilidade de intervenção, em uma plural abrangência ideológica entre os participantes da Revolta. Segundo uma informação do CENIMAR de 1966, classificada secreta, sobre a Ata da Direção do Movimento Comunista do Estado de São Paulo, o informante menciona que forças por ele lideradas, juntas com os vários grupos que contestavam o regime, já sinalizavam preocupação:

Desenvolve-se em nosso Estado [São Paulo] um amplo movimento de resistência à ditadura unindo poderosas forças políticas e sociais. Tal resistência manifesta-se na

campanha pelas eleições diretas, unindo janistas, juscelistas, trabalhistas, carvalhistas, democratas cristãos, socialistas, comunistas, etc., assim como forças lideradas pelo governador Adhemar de Barros (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1966b, p. 3).

O documento cita vários outros grupos que não foram encontrados durante o andamento da pesquisa, no entanto, isso não nega a possibilidade de eles terem sido procurados para apoiar o movimento e até mesmo tido alguma participação, ficando, assim, em aberto. O que se pode confirmar é a grande abrangência política da Revolta, algo que o documento exemplifica bem. Aliás, entre os atores, havia a participação de militares que apoiaram o golpe civil-militar, outros que se encontravam na ativa e descontentes com o governo. Entre eles, os generais Justino Alves Bastos e Amaury Kruel, comandantes do 3º Exército e do 2º Exército, respectivamente, em particular devido às medidas tomadas pelo governo Castelo Branco e que os atingia diretamente, especialmente quando os dois generais tiveram suas pretensões eleitorais abortadas (CUNHA, 2014). Segundo o jornal O Estado de São Paulo de 01 de outubro de 1966, os dois militares tiveram contatos suspeitos (ao que tudo indica, relacionados com a Revolta).

Informa-se que documentos encontrados em poder de um emissário político detido em Livramento – o chamado “pombo correio” – contêm referências implicando os marechais Amaury Kruel e Justino de Alves Bastos, respectivamente ex-comandantes do II e III Exércitos, com asilados. Há dias foi detido pelos militares do Regimento de Artilharia aquartelado naquela cidade fronteira um importante membro da rede subversiva que, conforme informaram as autoridades militares, levava consigo documentos que comprometem importantes figuras ainda em atividade no país (O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/10/66)<sup>46</sup>.

É mais emblemático o caso do general Amaury Kruel. Compadre de João Goulart e apoiador do movimento golpista, chegou a ser considerada a possibilidade de sua candidatura para presidente, via eleição indireta, articulada não somente por elementos do PTB, mas também pelo general Costa e Silva, por Adhemar de Barros e pelo próprio general, em uma articulação anticastelista (BORGES, 1965, p. 118). Porém, com a consolidação da candidatura de Castelo Branco, a candidatura de Amaury Kruel nem chegou a se confirmar, embora não significasse o fim de seu projeto político. Ao que tudo indica, Kruel começou a organizar seu projeto político visando sua candidatura ao governo de São Paulo, mas devido à aprovação de leis como a Lei de Inatividade e a Lei de Domicílio Eleitoral<sup>47</sup>, teve frustrado seu projeto

<sup>46</sup> Recorte da nota, encontrada no acervo do DEOPS sobre Adhemar de Barros.

<sup>47</sup> A Lei de Domicílio Eleitoral só permitia a candidatura ao domicílio eleitoral ao qual se estivesse registrado havia quatro anos. Já a Lei de Inatividade regulamenta a promoção e a passagem para a reserva na patente do

político. Ao que tudo indica, esse fato levou o comandante do II Exército a participar da conspiração.

Todavia, o aborto de sua candidatura ao governo de São Paulo foi um fator importante em sua participação na Revolta, mas não determinante. Outra fonte sugere que o nome do general já vinha aparecendo nos documentos pesquisados desde 1964, indicando que ele já estava conspirando desde os primeiros momentos. Havia uma proximidade entre Amaury Krueel e Adhemar de Barros, ao que consta, desde 1963, durante a articulação do golpe civil-militar (BANDEIRA, 2010). Essa proximidade continuou no pós-64, e segundo mencionado no depoimento de Jonathas de Barros Nunes, reformado ao posto de capitão do Exército, ele foi informado por Ismar sobre a relação entre os dois, sendo Amaury Krueel e Adhemar de Barros uma coluna que sustentava a outra, e que qualquer ação contra um deles resultaria na resistência do outro (BRASIL NUNCA MAIS, 1965a, p. 15544). Pelo relato, havia uma relação de sustentação mútua entre os dois atores. Do ponto de vista das Relações de Força, o poder militar é algo fundamental em uma disputa de projetos hegemônicos. Essa relação de sustentação pode indicar que eles estavam se preparando para a possibilidade de conflito.

Mesmo participando da Revolta, o governo federal ainda o considerava um aliado, dizendo que em caso de intervenção em São Paulo, Amaury Krueel cumpriria a ordem do governo (LOVATO, 2014). A situação política confusa perduraria até 1966, quando declarações críticas ao regime durante solenidade na Faculdade de Direito da USP, segundo matéria do jornal Diário Popular na data de 31 de março de 1966, foram proferidas.

O povo brasileiro, por sua índole e formação, se constitui em admirável matéria-prima para forjar instituições livres, em bases amplas e generosas. Mais do que uma forma de governo para o nosso povo, a democracia é um estilo de vida e convivência; um modo de pensar, sentir e agir, individual e socialmente. Nisso reside o segredo de luminosas perspectivas, que estadistas e legisladores não podem ignorar, sob pena de sacrificarem e amordaçarem a democracia. Mas, a par da preservação dos valores característicos de nossa formação histórico-social, cuja síntese se espelha nas instituições fundamentais do Estado Brasileiro, impõem-se nos, também, a guarda e a salvaguarda do imenso patrimônio que nos legaram os nossos maiores, tanto nas suas dimensões físicas, como na profusão de suas riquezas naturais, à vistas ou ocultas; umas em fase de exploração, outras, a maior parte, em estado potencial. Daí deve se deduzir uma política que, na essência de sua brasilidade, adote princípios de sadio nacionalismo, isentos de falsos místicos e pretensos mitos, todos contrários à paz entre os homens e à concórdia entre as Nações – um nacionalismo enfim, temperado pelas virtudes do gênio cordial e do temperamento de tolerância dos brasileiros (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1966a, p. única).

---

generalato, limitando a 12 anos ou até os 62 anos de idade a permanência em qualquer um dos postos, além de limitar a quatro anos o tempo de general do exército.

Ao que tudo indica, o discurso evidenciava que o general Amaury Krueel estava na ocasião se opondo ao regime, mostrando sua insatisfação a direção política em curso, juntamente com outros atores políticos participantes como Magalhães Pinto e Mauro Borges, e que será discutido posteriormente. Segundo Moniz Bandeira, o dono dos Diários Associados (um dos principais grupos de comunicação do período), Francisco de Assis Chateaubriand, também teria aderido à tentativa de revolta, porém, por outras razões. Ele estaria descontente com o acordo entre as Organizações Globo e o grupo Time-Life de US\$6 milhões para a compra de equipamentos para a TV Globo, acordo esse considerado ilegal na Constituição e que poderia liquidar com os Diários Associados (BANDEIRA, 2010). Assim como outros participantes, Assis Chateaubriand divergia cada vez mais do governo Castelo Branco, intensificando seus ataques ao governo e rompendo com ele posteriormente. Todavia, excetuando-se o episódio da fazenda Chambá, não existem maiores informações sobre sua participação na Revolta. Outro grupo político que o autor considera ter sido procurado para apoio na articulação foi a classe empresarial ligada à FIESP e às associações rurais descontentes com a política econômica adotada pelo governo que os prejudicava. Em benefício do grande capital internacional, os empresários teriam sido procurados para apoiar a contrarrevolta (BANDEIRA, 2010). Novamente, não foram achadas mais informações sobre a participação desse grupo na pesquisa.

Neste esforço de ampliação de forças políticas, ou noutras palavras, viabilizar a construção de um novo Bloco Histórico, houve ainda a tentativa de adesão de José Maria Alkimim e de Tancredo Neves. Incluir o vice-presidente na participação da conspiração não seria fato novo, face ao depoimento do coronel Atílio Escobar, cujo nome como um dos atores das primeiras articulações representaria algo de grande importância (algo que será desenvolvido mais à frente). Por sua vez, na tentativa de aderir Tancredo Neves à Revolta, segundo o brigadeiro Teixeira, a articulação procurou o deputado Renato Archer para realizar a mediação da negociação, o que acabou não se concretizando. O coronel Hélio Anísio, em entrevista a Paulo Ribeiro Cunha, relata como ocorreu essa tentativa de negociação ocorrida em 1966.

[...] quando o Ademar era governador, ele me convidou para ir numa cidade lá no interior próximo de SP, umas duas horas de automóvel, ele ia encontrar com um político de Minas, não era o Alckmin não; ou era. Era o Alckmin que foi senador em Minas, mas o Alckmin deu bolo e não apareceu, ele [Adhemar de Barros] chega:

- Eu te pego no aeroporto, nós vamos de avião.

Eu disse: - Governador, olha, eu sou coronel da Aeronáutica, vou aparecer no aeroporto lá com o senhor acompanhado e vai todo mundo ver a minha cara. Ele responde: - Você tem razão. Aí o padre Baleeiro, esse era o nome dele, esse padre pegou o fusca dele e me levou até essa cidadezinha; nós fomos recebidos pelo prefeito e o Alckmin não apareceu, eu não estou bem certo se era o Alckimim, mas ele não apareceu, e ficamos sentados numa mesa o Ademar, a amante dele Caprioni, se não me engano, Ana Caprioni, e ela disse ao Ademar que queria ir a esse encontro; ele disse não. Ela virou-se para mim e disse se eu não achava que ela deveria ir. Eu disse que acho; ela sorriu e o Ademar olhou para mim e disse: -Você é malandro, ganhou a confiança dela. (risos). Eu fiquei com a simpatia e com a confiança dela. Mas nesse encontro o prefeito deu para o Ademar uns presuntos feitos por ele e uns queijos e regressamos a São Paulo (ANÍSIO, 2002).

Essa questão da negativa será retomada em um subcapítulo posterior. Por sua vez, personagens vários estariam somando a conspiração<sup>48</sup>, um deles foi o deputado federal Hugo Borghi. As fontes documentais também informam a participação de políticos próximos a Adhemar de Barros nas articulações como Mario Beni e o deputado federal Carvalho Sobrinho, algo que não seria uma surpresa, já que com a participação do governador de São Paulo, consequentemente haveria a participação de seu círculo político próximo, como o padre Januário Baleeiro, então secretário de Educação de São Paulo, mencionado no relato anterior.

Além da direita, grupos de esquerda de setores nacionalistas ligados ao governo João Goulart foram procurados para a conspiração, o que não seria algo novo, visto na carta a João Goulart ou no Informe Secreto de maio de 1964 bem como no depoimento de Rômulo Costa Moreira. Ao contrário das menções anteriores, nesse segundo momento esses grupos teriam uma atuação maior na Revolta. Um dos que foram procurados foi o “grupo do Rio” – grupo político de esquerda que contava como militares e civis –, que vinham se articulando desde o pós-64<sup>49</sup>. Em razão disso, eles foram procurados pelo governador de São Paulo solicitando

<sup>48</sup> Segundo o documento de assunto “Subversão”, de 30 de março de 1966: “Consta que Hugo Borghi é o articulador sindical na presente crise de Adhemar de Barros com o Governo Federal - segundo palavras do Deputado Matarazzo, Secretário do Trabalho, a amigos em São José dos Campos: “Hugo Borghi está organizando passeata de Sindicatos para o dia 31 de março, com o slogan “POR DEUS E ESTABILIDADE”, devendo em meio à passeata surgirem faixas com dizeres anticastelistas, “ABAIXO A DITADURA MILITAR”, etc. Para isso, o Secretário Deputado Matarazzo foi procurado pelo Hugo Borghi para que articulasse os Sindicatos do Vale do Paraíba; tendo o Deputado Matarazzo recusado o apoio a esta passeata, recebeu telefonemas dos Srs, Carvalho Sobrinho e Mario Beni, ambos ameaçando-o de ser demitido da Secretaria do Trabalho caso não aderisse ao movimento e que também rompesse com o Deputado Arnaldo Cerdeira, ao que respondeu que somente sairia caso demitido ou se realmente sentisse que um movimento armado contra o Governo Federal estivesse para eclodir.” (ARQUIVO NACIONAL, 1966n, p. 1).

<sup>49</sup> Segundo o brigadeiro Francisco Teixeira (1992, p. 275): “[...] ainda em 1964, começamos a construir grupos que se reuniam, em geral de políticos e militares. Eu nunca tive a ilusão de que fosse possível uma reação armada contra o regime, mesmo nos primeiros momentos, embora sentisse que o apoio militar que eles tiveram para fazer a revolução não existia.”.

apoio político, tendo inclusive marcado reuniões. Uma dessas é descrita pelo próprio brigadeiro Francisco Teixeira, oficial comunista e membro do Setor Militar PCB, um dos participantes da reunião, em entrevista à Lúcia Hipólito.

Mas um ou dois meses antes de ser cassado, ele [Adhemar de Barros] mandou o Eduardo Chuahy [...] e aquele padre Baleeiro [...], fazerem contato com o pessoal do Rio. Eles convidaram o marechal Hasket Hall para ir a São Paulo conversar com o Adhemar, e eu fui com ele. Até então eu não conhecia pessoalmente o Adhemar. Chegamos lá, ele nos reuniu no palácio: estava o Adhemar na Cabeceira – foi a única vez que o vi sério, realmente sério – o Hasket Hall, eu, o padre Baleeiro, que era secretário do Adhemar, um outro secretário do Adhemar, uns cinco ou seis. O Adhemar, então, fez uma exposição, dizendo o seguinte: que a revolução, ou o governo do Castelo Branco, queria liquidá-lo, e ele estava disposto a reagir. Fez um histórico das intervenções, dos indícios de que haveria intervenção em São Paulo, disse que estava disposto a reagir, e convidou o marechal Hasket Hall, já na reserva, para comandar a força paulista que iria reagir (TEIXEIRA, 1992, p.276-277).

Pelo depoimento, percebe-se a seriedade do encontro e a possibilidade de uma intervenção em São Paulo, preocupação já levantada ainda em 1964 e que perdurou até meados de 1966. Ou seja, a hipótese levantada anteriormente era algo concreto, a preocupação de Adhemar vir a ser cassado pelo regime foi o ponto central da Revolta. Mas ainda fica em aberto se a conspiração se resumiria a esse ponto ou se teria algo mais. Segundo o brigadeiro Teixeira, o governador paulista chegou a nomear Eduardo Chuahy como comandante da guarda civil, nomeação que não chegou a ser oficializada com sua cassação. Em depoimento realizado em 1965, foi indagado a Eduardo Chuahy sobre seu contato com Adhemar de Barros, e ele respondeu que havia sido procurado, mas não aceitou o convite (BRASIL NUNCA MAIS, 1965c, p. 1853). Na verdade, esse grupo de esquerda que chegou a participar da tentativa foi o PCB. Isso não seria uma surpresa, já que Adhemar de Barros, durante sua carreira política, se articulou em determinados momentos com a esquerda, como nas eleições para governador em 1947 e em 1958, mas também no pós-64, relacionado à tentativa de revolta, como mencionado no documento Informação Secreta. Pelas informações pesquisadas, o contato maior entre os dois ocorreu durante o ano de 1966, mas já haviam acontecido contatos e diálogos iniciais em meados de 1964 e durante 1965. Outro participante do PCB foi o coronel Helio Anísio, ligado ao setor militar, que relata seu encontro com o governador.

[...] o Ademar de Barros era o governador de São Paulo e pediu através do Resket Hall que enviasse um militar para ajudá-lo na conspiração que ele pretendia fazer contra o Castelo; e eu fui designado para ir. [...] [O Brigadeiro Teixeira] me designou. E eu passei quinze dias em São Paulo em plena clandestinidade, para o Ademar me apresentei como cel. Ricardo; até morrer eu era o coronel Ricardo. Uma noite nós fomos encontrar o Marechal Resket Hall, nós dois fomos encontrar com o

Ademar de Barros e o Ademar de Barros chega com aquele padre que foi secretário da educação dele, mas que também foi capelão da Aeronáutica em Belém, quando eu era capitão lá. Ele chegou e disse: - Anísio! Eu disse, não. Eu sou o coronel Ricardo, esquece esse nome (risos). Eu comecei a frequentar o palácio do governador, ele me deu um cartão para que eu pudesse entrar a hora que eu desejasse no palácio, eu encontrei Eduardo e ele me levou para a antecâmara dele e abriu um cofre na parede que dava para entrar uma pessoa meio abaixada e tirou uma sacola cheia de dinheiro e disse: - Isso aqui é para ajudar vocês. Então o Eduardo segurou a sacola e nós saímos de lá (ANÍSIO, 2002).

Tanto o depoimento do brigadeiro Francisco Teixeira quanto o do coronel Hélio Anísio sobre as reuniões com Adhemar de Barros mostram seriedade dos comunistas em relação à articulação no estabelecimento da confiança do PCB em relação a uma aliança com o governador paulista na tentativa de revolta. Outro membro do partido que também teve contato foi o ex-deputado federal Marco Antônio Coelho. Segundo seu relato:

Junto com Moacir Longo, realizamos uma sondagem com os adhemaristas. Visitamos o deputado federal Cantídio Sampaio em sua residência, na Avenida Santo Amaro. Ele era exatamente o chefe da polícia do governo estadual, mas sempre mantivera uma postura não preconceituosa em relação aos comunistas. [...] Cantídio Sampaio nos informou que Ademar de Barros não concordava com alterações no calendário político, que previa a eleição direta para a presidência da república em 1965. Aproveitamos a oportunidade para estimular a resistência de Ademar aos planos da ditadura (COELHO, 2000, p. 297).

Mesmo breves esses apontamentos, percebe-se que há outro motivo para a aliança por parte da esquerda, ou seja, para aproveitar a oportunidade de resistência contra o regime que se instalava, posição semelhante ao do interlocutor anônimo na carta de João Goulart. Na Relação de Forças, era necessário juntar os grupos políticos descontentes contra o adversário em comum, e além deles, políticos ligados à esquerda nacionalista também foram procurados para a conspiração, como o ex-ministro de Goulart, Wilson Fadul e o editor-chefe do jornal Correio da Manhã, Edmundo Muniz. Doutel de Andrade, que passaria a ser o representante de João Goulart, recebeu o pedido do ex-presidente para entrar em contato com Adhemar de Barros<sup>50</sup>. Por isso, o marechal Henrique Teixeira Lott também foi procurado para participar da articulação, e segundo confidenciou sua ex-secretária a um informante, Siglia Piedade Pinto Monteiro, relatado no documento de assunto “Atividade subversivas”, menciona um possível contato do militar com a tentativa de revolta.

---

<sup>50</sup> Em abril de 1966, ele escreveu a Doutel pedindo que procurasse Ademar de Barros. Para Jango, a luta do governador de São Paulo pelo “restabelecimento das liberdades públicas e dos princípios de respeito à dignidade das pessoas é também nossa”. Assim, pedia a Doutel: “Dize-lhes, se o encontrares, que, no momento adequado, ele terá a nossa efetiva colaboração.” (FERREIRA, 2014, p. 591).

No dia 09/04/66, disse ter recebido chamada telefônica do Marechal Lott, que lho pedira para estar pronta, no sábado, às 06:00 horas, que um carro iria apanhá-la em casa.

-A Srta Siglia é ex-secretária do Marechal Lott e muito dedicada, o que levou a atender o pedido sem maiores informações.

-O carro a levou ao Marechal, quando recebeu instruções para secretariar o coronel Duffles em determinadas reuniões que seriam levadas a efeito em Petrópolis, devendo ser "olhos e ouvidos" do Marechal, quando ele não estivesse presente. O Marechal Lott a presenteou com uma pistola pequena, com o seu nome gravado.

-Dali rumou para Petrópolis, onde encontrou 2 Oficiais da FAB, 2 do Exército, 2 Capitães de Corveta, D<sup>a</sup> Edna Lott e o Sr. Danton Coelho. Os Oficiais da FAB e do Exército pareciam ser Coronéis.

-Falou ainda para o informante que no dia 09/04 deveria ir outra vez a Petrópolis e pediu que fosse feito estoque de gêneros na casa dos amigos, pois estaria para "estourar algo" por aqueles dias a iniciar-se por São Paulo - (Recorda-se que foi a semana em que o Adhemar de Barros fez insuflações políticas e também na semana anterior fora dada fuga ao Cabo Anselmo).

-Disse ainda que as reuniões foram na casa do Danton Coelho em Petrópolis. Estavam planejando intentar um movimento para mudar o Governo. Determinaram que a Srta Siglia transitasse entre o Rio e Petrópolis com uniforme de aluna do Sion, com uma pasta onde levaria os documentos, evitando assim, no caso de "batida", uma "revista" e apreensão de documentos. A Srta Siglia foi também Secretária também de D<sup>a</sup> Antonieta Lott. A volta de Petrópolis foi feita no carro do Cel. Duffles.

-Declarou que o Marechal Lott não queria ligação com os "vermelhos" e que ela deveria informá-lo caso isso acontecesse, para ele "Denunciar". Falou que o Grupo sabe onde está o Cabo Anselmo.

-A moça está apavorada com a responsabilidade. Os pais tinham proibido de voltar às reuniões, porém, ela retornou e as reuniões em geral eram realizadas aos sábados. Chegou a ver partes de discursos do Marechal. E que o Marechal tem tido atritos com os filhos, Edna e Cel. Duffles. Usa o carro de um Dr. Hugo nas viagens.

-Houve um documento assinado pelos participantes das reuniões, por imposição do Marechal, não assinando apenas a Srta Siglia.

-O Grupo em geral é de 12 pessoas. Os Coronéis da FAB são conhecidos pelos nomes de Josemar e Pereira. Não sabe se são aviadores ou intendentes.

-Dos Capitães de Corveta, um chama-se Tinoco. Dos civis - D<sup>a</sup> Edna, Danton Coelho e o Dr. Hugo, do Exército - Coronel Duffles. O médico que atende o Marechal é J. Ritz, que tem consultório numa das Avenidas do Castelo (ARQUIVO NACIONAL, 1966f, p. 1-2).

Apesar da longa nota, vários pontos se sobressaem. Um deles é que outros atores políticos que foram procurados não aceitaram participar da Revolta, remetendo aos documentos das primeiras articulações, em que aconteceram situações semelhantes. Isso indica que mesmo com a maior participação de Adhemar de Barros, parte dos procurados não quis se associar à conspiração, como o próprio marechal Lott. O curioso é que o documento faz inclusive uma relação entre a Revolta e o cabo Anselmo, algo que não teve nenhuma relação com outras fontes. Outro ponto é que mencionam a possibilidade de estourar algo em São Paulo, o que pode ter relação com o momento em que se deflagraria a Revolta. O mesmo

documento relaciona a participação do marechal Lott<sup>51</sup> com uma reunião realizada com Adhemar de Barros (reunião mencionada em outro documento a ser analisado posteriormente).

Outro militar procurado foi o general nacionalista Euryale Zerbini, junto de sua esposa, Therezinha Zerbini. As informações contidas em um documento de 5 de fevereiro de 1965, de assunto “Atividade Subversivas”, relaciona a ligação do casal com dois movimentos políticos – o Movimento Cívico-Militar e o Movimento de Libertação Nacional – e o *staff* de Adhemar de Barros (ARQUIVO NACIONAL, 1965b, p. única). O casal teve participação na organização da contrarrevolta e à época, revelava os possíveis desdobramentos da ação militar.

Pelo roteiro do levante, Euryale seria nomeado comandante de batalhões em Caçapava e Quitaúna, além de uma divisão em Lorena. Acreditava-se que, com isso, ele seria capaz de assumir o controle do Vale do Paraíba, impedindo um ataque a São Paulo por parte das tropas leais ao governo federal. A própria Therezinha desempenhou tarefas no movimento, fazendo viagens que, por razões de segurança, o marido não poderia realizar. Therezinha esteve em Porto Alegre, onde participou de uma reunião que, para evitar maiores suspeitas, foi organizada num terreiro de umbanda (LEITE, 2012, p. 30).

Além de mostrar brevemente a possibilidade de uma ação militar, o documento indica que houve contatos da conspiração em outros estados, mostrando que a Revolta não ficou restrita a São Paulo. Ao que tudo indica, havia a possibilidade de participação do PCdoB<sup>52</sup> e do setor sindicalista, como indica o depoimento de Roberto Pinto de Luna Pedrosa, em maio de 1974, que também participou da Revolta e mostra como ocorreu a sondagem juntos aos trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina.

[...] em princípios de 1966, Thiago de Mello lhe falou sobre um movimento que era encabeçado por Adhemar de Barros e cujo objetivo era a derrubada dos militares do poder; que o depoente aceitou participar e foi então encarregado de conseguir outros companheiros do setor Sindicalista em que trabalhava; que então começou a fazer sondagens entre os elementos que conhecia, tendo conseguido a aprovação de Irio Belo do Nascimento ("Moacir") que trabalhava na Estrada de Ferro Leopoldina; que este elemento conseguiu "ganhar" um outro, de nome José Martins de Abreu

<sup>51</sup> Este Serviço, analisando o documento do informante, notou que vários nomes são falsos, incluindo o de Danton Coelho (parece ser falecido) e os dos "Cel." Josemar e Pereira, que não constam nos Almanques. Porém, é natural o uso de codinomes nessas reuniões suspeitas, e o fato parece estar relacionado a outras reuniões acontecidas havia tempo, com o marechal Lott e até mesmo o governador Adhemar de Barros, em Cabo Frio (ARQUIVO NACIONAL, 1966f, p. 2).

<sup>52</sup> Um documento de assunto “Subversão/corrupção”, de 30 de março de 1966, menciona a participação de Mauricio Grabois na tentativa de revolta: “O Dr. Ivair - Delegado Regional de Taubaté informa que Rolando Corbisier e Maurício Grabois estão numa fazenda na Baixada Santista. Participaram dos planos de Adhemar de Barros e estão recebendo armas. O Regional, Dr. Ivair recebeu a visita do general Portela a quem relatou detalhadamente estes fatos.” (ARQUIVO NACIONAL, 1966o, p. 2).

("Mario") que também trabalhava no mesmo ramo; que em princípio estes três elementos ficariam com a incumbência de arregimentar novos adeptos em seus setores para serem utilizados na hora oportuna, pois segundo informações dados ao depoente pelo próprio Thiago de Mello o esquema já estava todo preparado, dependendo apenas de uma ordem que seria dada por Adhemar de Barros; que, posteriormente, a missão dada a Irio Belo do Nascimento e José Martins de Abreu, foi a de realizar em levantamento sobre a Estrada de Ferro Leopoldina; que o depoente na época tomou conhecimento de que o pessoal de confiança do Adhemar de Barros era da Polícia Militar de São Paulo e que todos os levantamentos eram solicitados por estes elementos; que também soube por intermédio de Thiago de Mello que Adhemar de Barros seria o novo Presidente da República quando a contrarrevolução fosse vitoriosa, contando inclusive com o apoio de Brizola e João Goulart; que também foi solicitado pelo depoente, a Irio Belo do Nascimento e José Martins de Abreu um levantamento sobre uma usina hidrelétrica localizada nas proximidades de Porto Novo do Cunha, sendo o resultado enviado para São Paulo por Thiago de Mello; que o depoente quando passou para Thiago de Mello o levantamento sobre a Leopoldina, entregou também uma publicação da RFFSA sobre todas as linhas que a compõem e que foi enviado para o pessoal de São Paulo (BRASIL NUNCA MAIS, 1973, p. 297).

Isso mostra que, em busca de articulação da base social da conspiração, não só atores políticos de prestígio foram procurados, mas também personagens desconhecidos. Outro ponto é que mesmo com seu projeto político relegado pelo AI-2, Adhemar de Barros continuou a vislumbrar a presidência da República e esperava ascender com essa articulação. Por fim, os avanços nas articulações com os grupos políticos visavam a formação de uma novo Bloco Hegemônico e uma base social para a Revolta, algo importante para uma situação de conflito. Isso mostra que a liderança da Hegemonia do movimento estava com ele<sup>53</sup>. A seriedade aparente do governador de São Paulo nos encontros relatados justificaria o reconhecimento de sua liderança por parte dos participantes, mas um ponto que deve ser retomado é que alguns dos atores políticos procurados não aceitaram participar. Uma hipótese é de que mesmo com sua seriedade, com a possibilidade de vir a ser cassado e estar articulando um movimento, ele não inspirava confiança, sendo mais um blefe do que uma ação concreta.

### **3.3 O poderio militar**

---

<sup>53</sup> Outro ponto é que os vários documentos analisados mencionam que esse movimento era encabeçado por Adhemar de Barros, seja na articulação de contatos com grupos políticos descontentes ou contato direto com os participantes (vide os depoimentos do brigadeiro Teixeira e do coronel Hélio Anísio)

Um ponto a ser considerado é o poderio militar a ser utilizado em caso de conflito, que igualmente implica poder militar; um dos pontos fundamentais tanto na formulação de um projeto hegemônico quanto na Relação de Forças, em especial em seu terceiro momento, visto que em Gramsci, emerge o grau político-militar. Em relação à Revolta, além de considerar o uso de setores das Forças Armadas, em especial do II Exército comandado por Amaury Krueel, Adhemar de Barros dispunha da Força Pública e da Guarda Civil, que tiveram aumentos de efetivo depois do golpe<sup>54</sup>. O coronel Hélio Anísio relata seu contato com a Força Pública durante a participação da Revolta.

E uma noite, no palácio, o Ademar de Barros chama um comandante da força pública e apresenta um coronel lá, e me apresenta: -Aqui, o coronel Ricardo, ele veio para nos ajudar. Então eu tive várias reuniões pela madrugada com a força pública, vi os planos deles de tomarem o Vale do Paraíba, e eu participando daqueles planos todos (ANÍSIO, 2002).

Pelo breve relato, há uma relação com as reuniões mencionadas anteriormente, apresentando ainda uma possível seriedade na articulação da revolta. Ao que tudo indica, Adhemar considerava que teria condições de partir para um possível conflito armado contra as forças do governo, dispondo desse pequeno exército à sua disposição, inclusive gabava-se que daria trabalho as forças governamentais em caso de revolta armada (LOVATO, 2010). Além de bem armada, a Força Pública contava com a possibilidade da utilização da Guarda Civil de São Paulo, e na questão de armamentos, alguns documentos consideraram a possibilidade de que o governo de São Paulo estava mais uma vez se armando durante o período. Isso não seria algo novo, e o documento de 11 de fevereiro de 1966, de assunto “Fábrica clandestina de armamentos em São Paulo”, menciona que:

A FARESP e a Federação das Indústrias distribuíram armas, por ocasião dos diversos movimentos que culminaram com a Revolução de 31 de março de 64, bem como em movimentos posteriores àquela data que não chegaram a eclodir. Essas armas foram entregues, em comum acordo, com o Governador Adhemar de Barros, e constando que este é quem ordenava as entregas (ARQUIVO NACIONAL, 1966h, p. única).

---

<sup>54</sup> Em relação à Força Pública, o efetivo passou de 31.000 em 1963 para 32.000 em finais de 1965 (DALLARI, 1977, p. 92). Havia membros relacionados à Força Pública que estavam articulando na Revolta. Um deles seria um coronel Hidalgo: “O Coronel Hidalgo - Da Reserva Remunerada da Polícia do Estado de São Paulo - Residente em Taubaté, anda pelo Vale do Paraíba entrando em contato com outros oficiais reformados, procurando apoio para o Governador Adhemar de Barros - Prometendo armas para os que aderirem e se organizarem. [...] O Coronel [...] passou domingo no Hospital Milita da F.P. em São Paulo - onde teve entrevista com o Coronel Serquinho (?) Chefe da Casa Militar da Governador Adhemar de Barros. Nesse hospital é que estão recebendo instruções onde e com quem devem procurar armas.” (ARQUIVO NACIONAL, 1966n/1966o, p. 1-2)

Ou seja, o fornecimento de armas e a preparação das forças de segurança de São Paulo teria continuado no pós-64. Em relação à Guarda Civil, houve um aumento do efetivo, de 11.332 em 1962 para 15.000 em finais de 1964 (SYLVESTRE, 1985, p. 89), segundo o “Informe nº SP/009” de 18 de março de 1966:

Há cerca de treze dias (4ª feira), o Sr. Adhemar de Barros esteve na Corporação da Guarda Civil com os principais chefes de setores. Concitando-os a estarem preparados para a luta, a fim de por ordem no país. Esclareceu que os mesmos seriam a retaguarda, de vez que a vanguarda seriam outros elementos, inclusive elementos da baixada santista. Esclareceu que Haia liberado 250 milhões para a compra de armamento e que já havia instruído o Comandante da Guarda Civil e no dia seguinte fossem ao QG da Força Pública (ou II Exército) legalizar a ordem, pois já estava tudo arranjado, pois o armamento já estava liberado e que a liberação do dinheiro era simples formalidade (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1966b, f. 74).

A mesma informação é encontrada em outro documento, de 8 de março de 1966, de assunto “Atividades subversivas” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1966c, f. 73). A obtenção de novos armamentos para a Guarda Civil indica que se estava ocorrendo um preparo em grau militar das forças de segurança paulista, cuja eficiência bélica em uma disputa de Hegemonia é algo de extrema importância, face à possibilidade de um enfrentamento bélico. Esse informe relaciona-se com outros dois da mesma questão. O primeiro é o “Informe nº SP/008” de 18 de março de 1966, que levanta a possibilidade da aquisição de explosivos: “Caminhões da Guarda Civil estariam transportando ou transportou dinamite de Taubaté (DEER) para São Paulo, a fim de serem preparados artificios no caso de crise.” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1966c, p. 72). O segundo é o documento de 21 de março de 1966, de nome “Atividades do Governador Adhemar de Barros”, que menciona a seguinte informação: “O Governador Adhemar De Barros, forneceu, recentemente, à Guarda Civil do Estado de São Paulo, 1.000 (mil) metralhadoras modernas.” (ARQUIVO NACIONAL, 1966d, p. única). Essas fontes sugerem que houve o fornecimento de armamento para a Revolta, em especial para a Guarda Civil.

Há, no entanto, uma contradição entre as várias fontes. O coronel Vicente Sylvestre (2007), ligado ao PCB e comandante da Guarda Civil, outro ator político que também teve contato com a conspiração, em entrevista realizada ao autor, nega o recebimento de armamentos para a Guarda Civil. Além de ser um dos comandantes da organização e por fazer parte do Estado Maior da Guarda Civil, durante o período da tentativa de revolta, sua negação do fornecimento de armamentos é algo a ser considerado, pois ele teria conhecimento sobre o

material bélico de sua força policial. Esse choque entre fontes pode indicar três possibilidades: a primeira seria de que não teria acontecido o fornecimento de armamentos para a Guarda Civil; o segundo, teriam sido adquiridos os armamentos, mas eles não chegaram ao destino final, e a terceira, que esses armamentos não eram destinados à Guarda Civil e só usaram o nome dela para despistar o verdadeiro destinatário.

Outras fontes indicam a terceira hipótese como a mais provável. Segundo o documento de 22 de junho de 1965, de assunto “Apreensão de armas pelo 9ª RM”: “Foi apreendido em trem da Noroeste um carregamento de armas metralhadoras tchecas, 30 caixas com 10 armas cada, consignadas ao Sr. Adhemar de Barros.” (ARQUIVO NACIONAL, 1965a, p. única). Ao que parece, a apreensão de armas ocorreu durante o período relacionado ao governador se São Paulo, o que indica que se estavam adquirindo armamento. Por sua vez, o documento de assunto “Armamento recolhido em propriedade da família do Governador Adhemar de Barros”, de 29 de abril de 1966, relata que teria sido descoberto o local onde se encontrariam os armamentos.

Consta que na firma Braço - Bracinho, de propriedade da família do Sr. Adhemar de Barros ou de algum "testa de ferro" do Governador, existe muito armamento e munição recolhidos após a Revolução de 31 de março de 1966.

Consta ainda que nessa propriedade recentemente foram recebidos armamentos modernos e automáticos, por intermédio do campo de pouso de Registro, onde o Governador colocou como Guarda Campo um Sargento da Polícia Marítima, elemento de sua confiança. (ARQUIVO NACIONAL, 1966b, p. 1)

Esse documento liga diretamente o armazenamento de armas para a conspiração com o seu principal líder. Isso se relaciona com o documento de assunto “Armas para São Paulo”, de 02 de maio de 1966, que menciona possíveis envolvidos ligados ao governador em relação à aquisição dos armamentos, como seu secretário Dr. Elízio e o chefe da Casa Civil Dr. Adelabio, com Max Greenman Roth, o contato principal, e Fred Wainer, o agente anterior (ARQUIVO NACIONAL, 1966c, p. única). Todos esses documentos mencionam a aquisição de armamento em São Paulo, mas que não chegaram às mãos das forças policiais. No entanto, se existem dúvidas sobre o armamento da Revolta, a viabilidade de sua ação militar também é colocada em dúvida por relatos de alguns participantes. Situação séria, mas semelhante sobre a organização da conspiração. Em relação à Guarda Civil, o coronel Hélio Anísio relatou:

O coronel me convidou para visitar a guarda civil, (ele ri) então fomos lá para visitar a guarda civil com o comandante da guarda civil e o padre. O comandante da guarda civil mandou pôr a tropa em forma para prestar continência para mim. Quando eu vi aquilo, eu disse: Para aí comandante, o senhor vai colocar todo mundo para ver a minha cara aqui, dispensa esse pessoal. Ele gritou: -Dispensa! Convidou-me para

inspecionar a guarda dele; o primeiro revólver que eu peguei caiu o tambor e eu disse: -É com isso que vocês querem fazer a contrarrevolução? Assim não dá (ANÍSIO, 2002).

O coronel Vicente Sylvestre também relata uma situação ainda mais absurda ocorrida durante a reunião do governador com o comando da Guarda Civil.

Ele então faz uma reunião na Guarda Civil, eu participo dessa reunião e ele diz “nós temos o armamento” e ele começa a dizer como nós tínhamos que nos organizar pra enfrentar o governo federal. Parece brincadeira, parece piada. Ele falou “olha nós temos o paiol” – eu nunca ouvi falar disso, só nesta ocasião – “nós temos o paiol e tem granada, então pra granada ir com mais força e mais longe, nós temos que fabricar” – é brincadeira – “um estilingue” – sabe estilingue que a molecada usa – “grande, de borracha pra jogar granada na rua”. [...] Esse homem é governador do Estado, é o líder civil da revolução, falando uma besteira dessas (SYLVESTRE, 2017).

Essas duas situações colocam em dúvida a viabilidade desse pequeno exército paulista. Tanto o relato do coronel Hélio Anísio como o do coronel Vicente Sylvestre mostram problema de viabilidade na organização militar da Revolta. Em uma disputa hegemônica, a preparação do poder militar é um ponto de fundamental importância; é o fator determinante em uma Relação de Forças, mesmo que no final não seja utilizado. O fato de o tambor do revólver cair quando foi pego e colocar uma tropa em continência para o coronel Anísio, que estava na clandestinidade, mostra um problema organizacional da conspiração, indicando que não havia preparo em caso de ação. Pior ainda era a situação do coronel Sylvestre, pois a sugestão de se utilizar estilingues para lançar granadas, sendo que vários documentos analisados mostram a aquisição de armamentos, levanta dúvida se essas armas haviam realmente sido adquiridas, ou se todo o armamento da Revolta foi apreendido. A primeira e única menção do paiol deixa mais em dúvida a existência dessas armas.

### **3.4 A Revolta em outros estados**

Há que se destacar a abrangência da Revolta, e segundo o relatório “O caso em Goiás”, datado de 14 de junho de 1966, portanto, elaborado depois da cassação de Adhemar, o movimento não se restringia a São Paulo, pois havia também articulações em outros estados e organização no estado de Goiás, com o ex-governador Mauro Borges.

A resistência programada em Goiás antes da intervenção era acobertada por um esquema nacional que o governador Mauro Borges compunha da seguinte maneira: comandos no Rio Grande do Sul, Adhemar de Barros e Krueel, Ladário, parte da polícia de Magalhães Pinto, parte do exército em Brasília, Goiás, e voluntariado em

Brasília e Goiás (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1966d, p. 1).

Pelo que foi descrito, a Revolta teve articulações em outros estados. O documento ainda cita Adhemar de Barros e Kruel, o que indica a proximidade dos dois na conspiração, como mencionado por Jonathas de Barros Nunes. Em relação aos locais citados, um deles é Minas Gerais, o que remete às primeiras articulações. No documento “Informação reservada” e no depoimento de Atílio Cavalheiro Escobar, houve menções sobre a participação de Magalhães Pinto no início. Ao que tudo indica, as articulações no estado de Minas Gerais continuaram por meio da polícia estadual. Em relação a Magalhães Pinto, que em 1966 havia deixado o cargo de governador, não se sabe se ele se afastou ou continuou participando da Revolta, uma vez que não existem mais informações sobre ele no período, deixando em aberto sua participação nesse momento da conspiração. Em relação ao núcleo de Brasília, a pesquisa realizada não encontrou mais informações da articulação. Em Goiás, por sua vez, foram encontradas informações. O depoimento de Jonathas de Barros Nunes revela contatos entre Adhemar de Barro e Amaury Kruel com o governador goiano antes de sua cassação.

[...] o Capitão Ismar disse ainda, não o declarando precisar se nessa ou em outra reunião, que o General Kruel, quando ainda não havia sido decidida a intervenção federal no Estado de Goiás, havia enviado ao então Governador Mauro Borges um emissário com a tarefa de informar a ele Mauro Borges que resistisse às pressões do Governo Federal, pois poderia contar com o apoio do Governo e da tropa de São Paulo; [...] que, ainda, segundo o Capitão Ismar, o Governador de São Paulo, Doutor Adhemar de Barros, havia mandado também um emissário a Mauro Borges, emissário este que teria sido portador de mensagem semelhante à do General Kruel (BRASIL NUNCA MAIS, 1965a, p. 15544).

Ao que tudo indica, as articulações da Revolta em Goiás já vinham acontecendo desde 1964, relacionando-se com as informações das primeiras articulações. O relato também confirma a relação de proximidade entre o general Kruel e Adhemar de Barros, já que os dois garantiam apoio à resistência do governador goiano. No entanto, essa resistência não ocorreu, pois antes disso, Mauro Borges teve seu mandato cassado. Segundo o relatório sobre “O caso em Goiás”, mesmo com a cassação de seu mandato em final de 1964, Mauro Borges continuou não só a participar como a organizar o braço da Revolta no interior do estado. Vale aqui mencionar o apoio de segmentos da Igreja Católica e a atuação de grupos organizados em Goiás (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1966d). Por sua vez, o relato de Mauro Borges em seu livro biográfico, “O Golpe em Goiás”, distanciou-se dessa

tese, o que não é de se surpreender, já que ele pretendeu construir outra história do passado, tanto que nas páginas iniciais ele dá as razões de sua cassação.

Para os homens da revolução de 1º de abril (diferente da que se começou em 31 de março) a tarefa repressiva contra mim fundou-se na oposição às minhas ideias que informaram minha campanha de governador, na linha de ação do meu governo e na conduta que mantive no período pós-revolucionário. Esses, os motivos reais e profundos. Nenhum desses aspectos é local, particular ou regional. São aspectos fundamentalmente nacionais e de princípios democráticos, ideológicos e de ética (BORGES, 1965, p. 14).

Em nenhum momento de seu relato há menções sobre a Revolta. Ainda no estado de Goiás, segundo um “Termo de Perguntas ao Indiciado” de 1967, temos o depoimento de Gerson Alves Parreira, membro do PCdoB, sobre as ações do partido na organização de uma guerrilha no estado. Parreira relata uma conversa de 1966 sobre a compra de armas em que ele cita a Revolta. A possível participação do PCdoB na conspiração já fora levantada brevemente, que mencionava a participação de Maurício Grabois e de Roland Corbisier nos planos de Adhemar de Barros. Essa segunda referência indica uma possível participação do PCdoB na Revolta. Retomando o depoimento, Gerson Alves Parreira mencionou que encontrou com o dirigente do PCB, Sebastião Gabriel Bailão, que menciona a conversa de compras de armas caso Adhemar de Barros resistisse militarmente quando da sua cassação. Nesse mesmo termo, o depoente confirma que foram feitos contatos pelo Comitê Central do PCB com Adhemar de Barros. Segundo o inquérito:

Perguntado se teve contato com algum dirigente do Partido Comunista Brasileiro, durante o ano de 1966, para tratar de conseguir armas para o PCdoB, respondeu que foi procurado por Sebastião Gabriel Bailão, um dos dirigentes do PC Brasileiro em Goiás, na época que antecedeu a cassação dos direitos políticos do Sr. Adhemar de Barros, com a finalidade de saber quantas armas precisaria o PCdoB, no caso daquele ex-governador de São Paulo resolver resistir militarmente à sua retirada do governo, hipótese que foi levantada em virtude de contatos feitos pelo Comitê Central com o PC Brasileiro com o Sr. Adhemar de Barros (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967b, p. única).

O trecho confirma o contato entre o PCB e Adhemar de Barros, algo que vinha sendo demonstrado no decorrer da conspiração. Houve uma tentativa de ampliar o arco de alianças ao incluir o PCdoB, além de ficar evidente que se considerava a hipótese de a tentativa de revolta levar a um conflito com o regime. Ele também menciona que esse mesmo dirigente do PCB goiano chegou a fazer contato com a POLOP e com a AP, inclusive a marcar uma reunião com representantes dos dois grupos e com o próprio Gerson Alves Parreira na organização de agitações contra o regime, ocorrida no aniversário do golpe.

[...] Sebastião Gabriel Bailão realizava um levantamento de necessidades de armamento e de dinheiro em todas as facções de esquerda em Goiás, sabendo o depoente, que aquele senhor chegou a fazer contato com a POLOP e a AP; Perguntado se tomou parte dos movimentos de agitação ocorridos em Goiânia, durante os dois dias que antecederam o aniversário da Revolução de 31 de Março, este ano [1966], respondeu que realmente participou de uma reunião [...]; que nessa reunião compareceu o depoente, James Allen pelo PCdoB; Sergio de tal e Fernando Vieira de Barros, pelo PC Brasileiro; Cristiano Machado Filho e Laércio de tal, pela POLOP; Gilberto (Presidente do Centro Acadêmico 11 de Maio) e um outro rapaz do qual o depoente não sabe o nome, ambos representando a AP (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967a, p. única).

Isso indica que houve uma tentativa de ampliar a base social da articulação em Goiás com a inclusão de outros grupos de esquerda, e que pode ter havido uma autonomia entre as articulações da tentativa de revolta. Outro ponto mencionado tem relação com as agitações que ocorreram em Goiânia, que podem ter ligação com um possível início da revolta. Os documentos confirmam a existência de um núcleo articulado da Revolta em Goiás que mantinha contato com o centro da revolta em São Paulo e com Adhemar de Barros, sua principal liderança.

Por fim, o relatório “O caso em Goiás” fala de um núcleo no Rio Grande do Sul, algo que possui relação com a viagem realizada por Therezinha Zerbini a Porto Alegre para uma reunião da conspiração em um terreiro de umbanda. Outro ator da Revolta, o general Justino de Alves Bastos, que comandava o III Exército, cujo comando fica localizado no mesmo estado. A exemplo de Amaury Krueel, ele também teve seu projeto político de concorrer ao governo do Rio Grande do Sul com a Lei de Domicílio Eleitoral, o que o fez participar da conspiração. Porém, havia de fato uma articulação no estado. Segundo uma informação secreta descoberta em março de 1966, um movimento contrarrevolucionário previa o ataque aos quartéis de Porto Alegre e Passo Fundo até o dia 31 de março e a deserção de um dos envolvidos resultou na prisão de oito oficiais e dois líderes: o tenente-coronel Lemos de Avelar, expurgado no AI-1, e do coronel Átila Escobar (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1966c, p. única). O coronel Átila Escobar é o mesmo do depoimento que mencionou a tentativa inicial que não se efetivou em decorrência do AI-2.

Esse mesmo documento mostra uma possível relação com o “Termo de Perguntas ao Indiciado”, já que ambos citam uma mesma data (o aniversário do golpe de 1964) como a realização de duas ações: as agitações em Goiânia e o ataque aos quartéis de Porto Alegre e Passo Fundo. Existe ainda a possibilidade de esses movimentos estarem interligados e relacionados por terem ocorrido em dois estados onde existiam ramificações políticas e

militares com São Paulo. Uma viagem realizada ao Rio Grande do Sul, por Adhemar de Barros, embora o motivo não chegasse a ser definido (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 13/03/1966)<sup>55</sup>, pode indicar uma ligação dos movimentos ou uma tremenda de uma coincidência. O caso no Rio Grande do Sul tem que tomar certo cuidado, pois existiam outras conspirações no período, inclusive havendo uma tentativa de aliança contrária com a “A Revolta que não Houve”. O documento de assunto “Movimento contrarrevolucionário”, de 11 de março de 1966, que trata da organização e planejamento de um movimento revolucionário, em âmbito nacional, que teria ligações com Leonel Brizola, e com militares do III Exército e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, menciona.

Que há um mês e meio, mais ou menos, foi convidado pelo Ten Plínio Ivar da Rosa, expurgado, para visitar o Cel. Everaldo para com ele tomar conhecimento do "esquema subversivo"; que lá compareceu [...]; que na oportunidade falaram de política e outros assuntos, após o que o Gal Aquistapace retirou-se; segundo o Cel. Everaldo, o Gal Aquistapace retirou-se, digo, o Gal Aquistapace não estava entrosado no esquema inicial, sendo seu aproveitamento posterior examinado no momento oportuno, continuando a palestra com o Cel. Everaldo este lhe informou, além do que já declarou, que elementos do esquema tem procurado incluir o Governador Adhemar de Barros no mesmo, face sua posição atual perante o Mal Presidente (ARQUIVO NACIONAL, 1966k, p. 3-4).

Ou seja, outros grupos políticos estavam procurando o apoio de Adhemar de Barros, face as posições de oposição ao governo militar, mas que não indicam uma aliança com a tentativa de Revolta que estava sendo planejada pelo mesmo. Isso não nega a existência de um núcleo no Rio Grande do Sul.

Para além do relatório “O caso em Goiás”, no decorrer da pesquisa, foi encontrado outro núcleo da conspiração. Segundo o depoimento de Roberto Pinto de Luna Pedrosa, continuação da articulação no meio sindical, houve a criação de um núcleo local da Revolta na região de Porto Novo do Cunha, na divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro.

[...] Irio Belo do Nascimento ("Moacir") e José Martins de Abreu ("Mário") conseguiram arregimentar alguns elementos em Porto Novo do Cunha e formaram um núcleo na Região; Perguntado se o depoente conseguiu convidar algum outro elemento da área sindical para a Organização, respondeu que sim: que também conseguiu um outro elemento ligado a problemas sindicais e que aderiu ao movimento; que este elemento era conhecido como Silva e trabalhava no cais do porto e muito ligado a União dos [...] Portuários, ficando também encarregado de conseguir novos elementos no Cais do Porto; que estes grupos ficaram aguardando ordens para agir, até que Adhemar de Barros foi cassado e nada foi feito; que em virtude disso todo o esquema foi praticamente desmontado e os contatos foram temporariamente suspensos, talvez por um período de mais ou menos oito meses (BRASIL NUNCA MAIS, 1973, p. 297-298).

---

<sup>55</sup> Jornal encontrado no acervo do DOPS sobre Adhemar de Barros

Pelas informações, além da formação de uma base social, ao que tudo indica o núcleo nesta região possuía uma maior proximidade com o epicentro de São Paulo, vide a parte anterior do depoimento, já que ele começara suas articulações em São Paulo e continuou em outra região. Mas, assim como muito, o núcleo de Porto Novo do Cunha ficou à espera de ordens de Adhemar de Barros, que não vieram, e com sua cassação, o núcleo foi rapidamente desfeito.

Por fim, existem pistas de uma possível ramificação da Revolta no estado do Mato Grosso. No documento de 09 de fevereiro de 1966, de assunto “Transmissão de comando do 4º B.P.”, que trata sobre o novo comandante em Bauru, que assumiu o cargo em dezembro do ano anterior, menciona a informação: “Consta que em janeiro do ano vindouro o Major João Castein Castilho irá ao Estado do Mato Gross, a serviço especial do Governador Adhemar de Barros.” (ARQUIVO NACIONAL, 1966p, p. única). Outro documento, de 24 de fevereiro de 1966, de assunto “Gen Amaury Kruel”, menciona: "Consta que o Gen. Amaury Kruel enviará um documento para o Gov. Pedro Fedrossian" (ARQUIVO NACIONAL, 1966i, p. única)

### **3.5 Objetivos políticos da Revolta**

Na construção de um novo Bloco político, o ponto principal em consideração é adequar os interesses dos diversos grupos políticos que compõem a base social do poder à busca de um consenso mínimo entre todos os interesses presentes, alguns bem divergentes para não dizer contraditórios, mas necessários a um projeto político em comum. Em relação aos objetivos políticos da Revolta, que contou com diversos grupos políticos, não existem documentos ou manifestos que expressem quais eram os objetivos propostos para a contrarrevolta. Nessa disputa pela Hegemonia, declarações dos vários atores envolvidos e informações presentes em documentos dão algumas pistas de quais seriam as possíveis propostas. Um documento do PCdoB intitulado “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura, e da ameaça neocolonialista” traz o seguinte resumo:

Diante da impopularidade do governo, de seu exclusivismo, do fracasso total de sua política e da resistência sempre maior aos militares no Poder, elementos que tiveram atuação destacada no golpe declaram-se em divergências com os governantes. [...] Adhemar de Barros chegou a pedir a renúncia de Castelo Branco, a liquidação dos Atos Institucionais e a realização de eleições diretas (BRASIL NUNCA MAIS, 1966e p. 1032).

A menção cita como palavra de ordem dessa resistência a luta pelas eleições diretas com o lançamento de um novo manifesto dos governadores a essa reivindicação; presente nas declarações de Adhemar de Barros desde o rompimento com o governo Castelo Branco. “Em janeiro de 1966, proclamou: ‘Nós vamos mesmo é lutar por duas coisas: a criação do terceiro partido e do quarto partido e por eleições diretas, que mais se afinam com a índole e o espírito do nosso povo’” (CANNABRAVA FILHO, 2004, p. 223). Suas reivindicações não ficaram restritas às eleições diretas, mas aprofundaram outras propostas no decorrer da tentativa de revolta. Ele também pediu a renúncia do marechal Castelo Branco e a entrega do poder ao marechal Dutra, além de anistia geral, revogação de todos os Atos Institucionais e eleições diretas (ÚLTIMA HORA – SP, 13/03/1969, p. 10). Um ponto em comum entre todas essas fontes são as eleições diretas, o retorno dos partidos extintos e a extinção dos Atos Institucionais. É possível associar que esses pontos já vinham sendo mencionados nos documentos anteriores. Um mesmo informe não classificado do CENIMAR mostra as reivindicações do movimento comunista do estado e demonstra a possibilidade de que essas propostas tivessem ligação com a Revolta<sup>56</sup>.

Por sua vez, a questão da presidência não é algo muito claro, já que a saída de Castelo Branco do poder era um ponto em comum, mas quem assumiria no lugar varia a cada declaração. No depoimento do coronel Atílio Escobar, a ideia inicial era que assumiria o vice-presidente José Maria Alkimim, no entanto, a tentativa inicial frustrada e a reunião à qual não apareceu, relatada pelo coronel Hélio Anísio, podem ter feito Adhemar de Barros procurar “outras alternativas”, tanto que declarou que quem deveria assumir era o marechal Dutra. O que se conclui é que não havia um ponto claro sobre quem assumiria o governo, e talvez ele tenha considerado a si próprio diante de seu projeto político para ser presidente do país. Outro ponto delicado, tendo em vista a Conciliação, seria o retorno de João Goulart ao Brasil. Um documento de 11 de abril de 1966, de assunto “Ligações de João Goulart”, menciona essa possibilidade.

Há aproximadamente um mês, um elemento residente em São Borja, procurou manter contato com João Goulart na Estância "Passo Del Borratio". Ao chegar em

---

<sup>56</sup> Conclamamos os comunistas e todas as correntes democráticas de São Paulo a concentrarem seus esforços em torno das seguintes palavras de ordem: - Eleições diretas -Luta contra o acordo atômico Brasil - Estados Unidos - Imediato reajustamento do salário mínimo - Elevação dos salários e vencimentos de acordo com o custo de vida - Defesa da estabilidade - Aplicação dos direitos assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural- Liberdade para os presos políticos, como o líder sindical Luiz Tenório de Lima - Defesa da indústria nacional (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1966b, p. 4).

Taquarembó, falou por telefone com o capataz de Jango, o qual mandou que esperasse por algum tempo. Após duas horas chegou o capataz acompanhado de um negro, que foi criado por Jango. O capataz informou-o da impossibilidade de falar com Jango uma vez que esse se encontrava na praia e de lá só regressaria após 15 dias. O elemento referenciado, acompanhando do negro, que também se dirigia a São Borja, retornou por Livramento. Falaram sobre política e o negro declarou que "...o doutor Jango estava muito contente, pois Ademar de Barros prometeu levá-lo de volta ao Brasil . . ." Disse ainda que "Ademar estava preparando um golpe e que contava com o apoio de Amaury Krueel e Magalhães Pinto" (ARQUIVO NACIONAL, 1966j, p. única).

Essa fonte mostra que Adhemar de Barros prometeu trazer João Goulart de volta ao Brasil, confirmando um ponto de Conciliação com o ex-presidente e procurando seu apoio para a conspiração. O diálogo entre eles já vinham sendo mantido desde o pós-64, mas essa declaração, que só viria em 1966, sugere que haviam chegado a um consenso ou teria sido uma promessa vazia, visando somente conquistar seu apoio. Um ponto curioso é a menção de Magalhães Pinto, retomando a discussão sobre o núcleo de Minas Gerais. Isso pode indicar que o ex-governador pudesse estar participando da conspiração mesmo depois de ter saído do comando do estado. Uma carta enviada a João Goulart, datada de 3 de abril de 1966, sem assinatura e digitada em papel oficial da Câmara dos Deputados, confirma esse ponto de Conciliação:

Acho que está, ao lado, agora, do Ademar, do Alkimim e outros, sabendo-se que este ultimo defende o que chama de um "mínimo de legalidade" ou seja: assumir a presidência, num Governo Provisório, que se incumbiria de convocar uma Constituinte, num prazo de tempo suficiente para que o Ademar, deixando o Governo de São Paulo, pudesse disputar a Presidência da República (CPDOC, 1964-69, p.151).

Novamente, a figura do vice-presidente aparece, o que indica que sua participação ainda era considerada. Mas existe a possibilidade dessa carta ter sido escrita antes do encontro falho, quando ele ainda era considerado na Revolta. O ponto principal, porém, é que a missiva mostra como poderia ser depois da queda de Castelo Branco: assumiria um governo provisório, que convocaria uma Constituinte, ao mesmo tempo em que o governador de São Paulo disputasse a presidência. Além de perceber que seu projeto político continuava de pé, a ideia de uma Constituinte demonstra que mesmo que as declarações indicassem um retorno à antiga ordem, seria necessária a construção da nova Hegemonia e conseqüentemente a formação de um novo Bloco Histórico, mesmo que fossem com os antigos grupos políticos. Em relação ao projeto econômico da Revolta, existem pouquíssimas referências. Na busca de aliança com as classes empresarias e associações rurais, pode-se ter uma noção do ponto.

Com efeito, o governador Adhemar de Barros, articulado com o general Amaury Kruehl, preparava-se para contestar o programa de estabilização executado pelos ministros Otavio Gouveia de Bulhes e Roberto Campos, inclusive por meio de iniciativas na área econômica e financeira, com ampla concessão de empréstimos, pelo Banco do Estado, e a emissão de debêntures, títulos da dívida pública, o que lhe possibilitaria acumular recursos para enfrentar qualquer conflito (BANDEIRA, 2010, p. 362).

Como discutido, a Hegemonia tem de considerar os interesses entre os vários grupos. A Revolta tem uma pluralidade de grupos políticos, mas não existe um projeto hegemônico definido. Tudo indica que as informações encontradas demonstram que, entre os vários interesses dos grupos políticos da Revolta, os pontos consensuais eram a queda de Castelo Branco, eleições diretas e a revogação dos atos institucionais.

### 3.6 A Revolta em curso

Pistas levantadas sugerem que as articulações da Revolta se intensificaram durante o ano de 1966. O documento de 18 de fevereiro de 1966, de assunto “Atividades políticas na área de São Paulo”, mostra que as articulações entre os contatos continuavam a acontecer:

Em reunião do Partido Comunista em São Paulo, o Secretario da Segurança do Dr. Ademar de Barros, solicitou o apoio do Partido, em troca de "favores" do Sr. Ademar de Barros, Governador do Estado.

- A linha determinada será a de desmoralização total do Exmo. Sr. Presidente da República, utilizando-se de qualquer meio.

- Lideram esse movimento em São Paulo o Senador Lino de Mattos, o Deputado Federal Chaves Amarante (linha Jânio Quadros), os Deputados Erlindo Salzano e Cantídio Sampaio (linha Ademar) e Benedito Matarazzo - Deputado Estadual pelo PTB.

- Armamentos e munições na área do Governo do Estado estão sendo recolhidos.

Na área da Força Pública do Estado de São Paulo, o Cel. Delfim Cerqueira Neves e T. Cel. Álvaro Parreiras, Comandante da Polícia Marítima e Aérea, são os "cabeças" do clima de agitação que vem ocorrendo na Capital e interior do Estado (ARQUIVO NACIONAL, 1966e, p. única).

Além de confirmar a participação do PCB na conspiração, é novamente citada a aquisição de armamento e munições. Também se mencionam a participação de atores políticos ligados a Jânio Quadros e a “Ata da Direção do Movimento Comunista do Estado de São Paulo”, que já mencionava a participação de grupos ligados ao ex-presidente. O documento menciona que as articulações continuavam a acontecer, mas, o ponto de virada, segundo o documento de 11 de março de 1966, de assunto “Reunião Suspeita”, ocorreu depois de uma reunião durante o Carnaval de 1966, em Cabo Frio, onde se reuniram o

marechal Lott, Magalhães Pinto, Guilherme de Azevedo e o próprio Adhemar de Barros. Ali teve início a campanha contra o governo federal depois de seu regresso (ARQUIVO NACIONAL, 1966m, p. única), e depois da reunião durante o Carnaval, haveria o rompimento do governador de São Paulo com o governo Castelo Branco.

No dia 7 de março [de 1966], Adhemar rompeu publicamente com o governo federal, acusando o presidente Castello Branco de não cumprir os compromissos assumidos com o povo. Em sua manifestação, denunciou as afrontas à constituição, seguidamente retalhada, a imposição de eleições indiretas e o cerceamento das liberdades individuais, além da extinção dos partidos políticos (LOVATO, 2014, p. 320).

Com o rompimento de Adhemar de Barros, provavelmente a tentativa de revolta teve seu início. Essa mudança repentina deixa algumas dúvidas sobre a mudança de tática. O conteúdo da “Reunião Suspeita” não foi divulgado, mas se leva a entender que a discussão realizada nela pode ter indicado um suporte para o rompimento, embora o fato fosse visto com surpresa por outros participantes, já que uma carta enviada a João Goulart, datada de 17 de março de 1966, menciona uma possível mudança na correlação de forças, o que teria justificado a deflagração da Revolta.

O Adhemar no último dia 13 de março, quando lançou o manifesto contra Castelo, segundo o Marechal Hasket-All, não estava realmente com cobertura, tanto que colheu todos de surpresa. Ha várias semanas, na Guanabara, Estado do Rio e São Paulo, vinha desenvolvendo um intensivo programa de encontros e contatos, além de buscar entendimento com as várias áreas políticas. Mesmo sem estar estabelecida a conjugação de forças, decidiu jogar sua cartada. O Marechal Hasket-All conta que o Governador teria sido influenciado por "ordem astral", consultando seu horóscopo e um "guia espiritual". Tanto que o antigo Comandante da II Região Militar, viajou depois disso para São Paulo, deixando no Rio de Janeiro, um esquema para desenvolvimento. [...] Outra versão - Adhemar teria sido informado de que os EE. UU. decidira se omitir, de agora em diante, na cobertura ao marechal Castelo Branco. Sustenta-se a respeito, em várias rodas, que o Governo não conseguirá superar aspectos considerados fundamentais na política brasileira para continuar merecendo o apoio dos norte-americanos, e estes, por sua vez, cientes do desgaste e desprestígio não apenas em vários setores sociais, como na opinião pública em geral, resolveram reformular sua posição. O governador paulista informado decidiu romper com a situação (CPDOC, 1964-69, p. 144-145).

A hipótese levantada sobre o rompimento estaria relacionada à possibilidade de o governo dos EUA retirar a sustentação ao governo Castelo Branco. Isso indicaria uma mudança na correlação de forças e um possível enfraquecimento no apoio estadunidense em relação ao governo federal. Antes, com a decretação do AI-2, houve um estremecimento das relações entre os dois países que, devido à ação do embaixador Lincoln Gordon, não foram rompidas. Por sua vez, as divergências entre Castelo Branco e Costa e Silva poderiam não ser tão grandes no momento, face ao documento “Aspectos da sucessão presidencial”, e que

resultou na aproximação dos dois personagens. Ou seja, a precipitação pode ter sido ocasionada por um erro de análise. Uma carta enviada a João Goulart, datada de 3 de abril de 1966, reafirma essa hipótese:

O Ademar, com a sua atitude, constitui-se num centro de vital importância. Governando um Estado poderoso, tem de fato condições para manobrar de maneira consequente. Registra-se, contudo, que ele, ao tomar as posições que tomou, não contava com o Kruel. O próprio Ademar me disse isso, com melancolia. O K., porém, nem por isso se situava numa faixa de solidariedade ao governo. Muito pelo contrário (CPDOC, 1964-69, p.149).

Adhemar de Barros ainda não contava com apoio militar, e isso poderia resultar em um grave problema, talvez uma Crise de Hegemonia, lembrando nosso referencial em Gramsci, dado à fragilidade desse Bloco Histórico, pois como discutido até o momento, somente os grupos de esquerda, em especial o PCB, eram os mais participativos da articulação, sendo que outros atores políticos não estavam totalmente confirmados. Nem mesmo houve uma articulação com as classes subalternas. Ademais, o poder militar não estava totalmente preparado devido à aquisição de armamentos e munições que não chegaram até as forças policiais. Ao ser perguntado sobre a posição de oficiais e praças sobre a Revolta e se teve alguma reação do comando, o coronel Sylvestre disse que nada houve (SYLVESTRE, 2017). Não havia um conhecimento sobre a articulação por parte do conjunto de militares. Com isso, teriam iniciado um movimento sem ter todo o apoio de sua força militar. Tudo isso dificultava a formação de um Bloco Histórico forte.

Com o rompimento já declarado, as articulações da Revolta se intensificaram, como demonstrado no documento de 12 de abril de 1966, de assunto “Aproveitamento de elementos cassados pelo PCB”<sup>57</sup>. O avanço das buscas por outros grupos e atores políticos, indicou que uma ação militar estaria para acontecer. Além disso, também houve o recebimento de dinheiro para a articulação com os grupos de esquerda<sup>58</sup>. Ao que parece, apesar do prosseguimento da

---

<sup>57</sup> 1. O PC está acelerando a concretização de um plano para aproveitar todos os militares cassados pelos Atos Institucionais a fim de evitar que se dispersem.

2. Grande número de ex-oficiais das Três Armas se acha concentrado em São Paulo, por ordens do PC, a fim de realizar uma tarefa junto ao Sr. Adhemar de Barros.

3. Dentre eles, encontram-se em São Paulo com o objetivo acima exposto, o general Gilberto Saturnino de Alvim e seu Assessor - ex-ten. cel Kardec Leme (ARQUIVO NACIONAL, 1966a, p. única).

<sup>58</sup> Segundo o relato do coronel Hélio Anísio: “Bem, esse dinheiro uma noite também, o dinheiro logo que eu recebi o entreguei para o marechal Resket Hall, mas antes de sair eu me virei para o Eduardo e disse: - O Eduardo vamos tirar um dinheiro aí e dar para o clube? (o clube era o partido). Ele me disse não, não! Depois vão dizer que nós tiramos o dinheiro. Eu disse: - Deixa de conversa mas, já que você não quer está certo. Eu peguei a bolsa e entreguei para o marechal Resket Hall. [...] O marechal foi comandante lá do 2º batalhão do exército em São Paulo e conhecia o Ademar quando o Ademar foi governador. Então fomos, o Ademar ainda

articulação, não havia indício de que o plano da revolta estava prosperando; inclusive, estava gerando um resultado contrário, como relatado em uma carta enviada a João Goulart em 25 de maio de 1966:

O Edmundo Moniz, Wilson Fadul, Marcelo Alencar, Paulo Silveira e o Chico Teixeira estiveram na última semana, em São Paulo, atendendo combinação com o Adhemar. Ali foram para examinar a situação face aos contatos que o Kruel tivera no Sul com Justino e ainda em torno do desfecho com o afastamento do general do Comandante do III Exército.

Logo depois voltaram ao Rio dando a impressão aos companheiros. Enquanto Paulo Silveira manifestava desânimo e desencanto quanto a uma perspectiva objetiva e favorável, Edmundo e Marcelo tiravam ilações de que o novo tropeço nos dava maior experiência para o futuro e que agora deveríamos "costurar" melhor as nossas possibilidades e forças.

Paulo Silveira, que levava o encargo de manter o contato diário com o Governador e o entrosamento de São Paulo com os elementos do grupo de imprensa aqui no Rio, diz que ficou paralisado e sem contato na capital paulista, e mesmo sem ter podido desenvolver qualquer ação.

Edmundo Moniz e Marcelo Alencar sustentam que constataram o seguinte: - através da amarração do grupo com o Adhemar, acabamos servindo ao Marechal Castelo Branco e ao general Costa e Silva, no processo de fortalecê-los e de servir como "forças de manobra". Amarrados, pois, à Adhemar, este ligado ao Kruel, que por sua vez, comprometido com o Costa e Silva, que de sua parte está submetido e tem ficado solidário com o Castelo Branco. Nesse sentido, no aludido circuito, servimos até agora de "forças de manobras" para que o Governo atinja os seus alvos.

Analise, entretanto, fortalecidos o Presidente e o ministro, enfraqueceram os comandantes do II e III Exército, que na realidade eram e sempre foram forças de sustentação do Governo e por ambições pessoais, estavam, agora, negociando com a Oposição. Estão contidos e deixaram de inspirar confiança ao marechal Castelo Branco. O Governo agora foi obrigado a restabelecer o seu dispositivo de segurança, com outros elementos (CPDOC, 1964-69, p. 155).

O autor da carta informa que a Revolta não estava acontecendo e encontrava-se paralisada devido a acontecimentos relacionados ao III Exército (que serão desenvolvidos posteriormente). Isso indicava a "Crise de Hegemonia" dentro da própria conspiração, levantando a possibilidade de que eles pudessem ter sido utilizados como massa de manobra para fortalecer o governo Castelo Branco. Porém, a situação teria mudado em aproximadamente uma semana. Uma carta enviada em 31 de Maio de 1966, sem assinatura, menciona:

O Adhemar, neste começo de semana, reuniu no Rio o Chico e Lino Teixeira, Fadul e o Edmundo Moniz. Evidenciou na conversação que manteve com os citados

---

era governador [...]; quando nós chegamos lá no apartamento do Ademar de Barros era um apartamento enorme no 15º andar, na praça da república, todo cheio de mármore, quando nós entramos; o Marechal Heskett Hall, o Brigadeiro Teixeira, o Brigadeiro Nico e eu cumprimentamos, veio o Dr. Rui, o Dr. Rui era aquela amante do Ademar de Barros, aliás, muito simpática ela e eu adquiri logo a simpatia dela, e a primeira coisa que eu fiz foi passar recibo para o Marechal; eu disse: -Governador, aquele dinheiro que o senhor me deu, eu já entreguei aqui para o Marechal Hall, passei logo o recibo, para dizer que... Ele deu uma tossida estava vestido de roupão comprido [ri] e ficamos conversando." (ANÍSIO, 2002).

companheiros alentadoras perspectivas para o próximo mês, dizendo da existência de um novo processo que se desencadearia, ou melhor, que se iniciaria no Rio de Janeiro. Não revelou, porém, nomes ou setores implicados nesse movimento. Demonstrou grande otimismo, sustentando a certeza de êxito desse esquema. Insistiu manter permanente contato com os dispositivos comandados por Edmundo Moniz - Renato Archer - Doutel de Andrade e por Hesketh All - Francisco Teixeira - Kardec, etc., pedindo, inclusive, que ampliassem a ação desses grupos, principalmente, no âmbito popular na Guanabara.

O Chico Teixeira diz que sente, agora, maior segurança em Adhemar, além de verificar que se dispõe a conceder os meios, principalmente, a Goiás e Minas Gerais, quando anteriormente suas atitudes eram protelatórias e de adiamentos. Além disso, começou a gastar e abrir a bolsa... Na sua opinião, eram demonstrações concretas que o novo processo é pra valer.

O Edmundo Moniz que ponderou ontem a Adhemar o desejo de não comprometer-lo mais com a nossa área e o propósito de liberá-lo dos compromissos, teve a resposta de que em absoluto não desejava se desligar ou ser liberado, pelo contrário, estava desejoso de alargar os entendimentos e sustentando que ações anteriormente projetadas deveriam ser efetivadas.

Tanto Chico Teixeira como o Edmundo Moniz demonstraram muita crença nas novas perspectivas. Não ficaram sabendo de detalhes e aspectos, mas, sentiram que Adhemar, nesta última semana, falou outra linguagem e evidenciou outros propósitos. Deixou entendido que está num esquema militar e com elementos que detêm posições na situação atual. Diante disso, Chico Teixeira e Edmundo Moniz começaram a tomar medidas para reacionar as ações de seus respectivos grupos e estão se preparando para os acontecimentos.

Confessamo-nos não muito crentes, mas é provável que nos últimos dias algo tenha impulsionado Adhemar e Kruel. A candidatura de Abreu Sodré pela ARENA paulista e a retirada de Kruel do II Exército são duas tentativas terríveis e fatais perspectivas para o Governador e o Comandante. Começam a sentir o futuro turvo...

Um outra evidência em relação a Adhemar. Encarregou o seu amigo Dr. Monteiro da Silva a preparar um dispositivo popular na Guanabara. Não pediu a Edmundo - Archer - Doutel ou ao Chico Teixeira - etc. Com o Dr. Monteiro da Silva está um nosso companheiro, que nas últimas horas, procurou não apenas a nossa gente, mas também o grupo de Brizola, com o objetivo de arregimentar gente. Pediu reservas e que não falem a respeito aos elementos acima citados (CPDOC, 1964-69, p. 159-160).

O relato é longo, mas bem importante. Em questão de dias, ocorre mais uma vez uma mudança em relação à Revolta, voltando as articulações e também havendo uma maior disposição por parte de Adhemar de Barros. Tudo indica que houve uma mudança na correlação de forças, mas não necessariamente em favor da tentativa de revolta. Talvez esse avanço coincida antes de ele vir a ser cassado, como foi notado pelo coronel Hélio Anísio (2002): “Essas articulações foi só na época que o Ademar era governador e umas três semanas antes de ele ser cassado, ele pediu através do Marechal Hall que enviasse um militar para ajudar na formação de toda a conspiração que ele queria fazer.”. Parece que a possibilidade efetiva e próxima de ele perder seus direitos políticos fez com que ocorresse um avanço na conspiração. Uma última cartada dele antes de ser cassado pode ser vista no documento de 2 de junho de 1966, de assunto “Passeata na cidade de São Paulo”, que informa que estava

preparada para o dia 3 de junho de 1966 uma passeata em São Paulo, organizada por Adhemar de Barros e cujo objetivo era pedir eleições diretas e ataques contra o governo Castelo Branco (ARQUIVO NACIONAL, 1966l, p. única). No entanto, não existem mais informações, nem mesmo na mídia, de que a passeata efetivamente ocorreu. No dia 6 de junho de 1966, acusado de corrupção, com a Relação de Forças contra si e com pouca margem de manobra política, havia dúvidas sobre uma possível resistência do governador de São Paulo.

E em 1966, ano em que Adhemar foi cassado, eu estava novamente no Palácio do Governo por toda a madrugada e eis que chegou, fardado, o general Zerbini. Ele era, mais uma vez, o único da resistência em São Paulo. Informei-o, acompanhando pelo Vladimir de Toledo Piza, ex-prefeito de São Paulo [1905-1999; prefeito de 1956 a 1957]

“General, não haverá resistência.”

“Como não haverá resistência? O Adhemar vai resistir!”

“Não, o Adhemar não vai resistir”, repeti. “E já decidiu passar o governo ao vice-governador Laudo Natel.”

Adhemar, que estava fortemente gripado, tinha criado um certo suspense. Ao chegar no palácio, convocou uma reunião do secretariado. Praticamente todos os presentes estavam tremendo de medo com a perspectiva de ele resistir. Esse pavor era tangível na reunião do secretariado no salão nobre do Palácio dos Campos Elísios, da qual, intruso, participei. Quando Adhemar anunciou que não resistiria, o alívio foi geral. A exceção dói o Dagoberto Salles, secretário dos Transportes, que se mostrou indignado com a decisão do governador (REALI JÚNIOR, 2007, p. 81-83).

Adhemar acabou por ceder, sem nenhuma ação, e passou o cargo para Laudo Natel. Curiosamente, um dos poucos que ainda esperavam uma reação foi o general Zerbini, um dos participantes da conspiração. Ao fim, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos, e a Revolta acabou, embora ainda houvesse tentativas de reação por parte de seus apoiadores - porém, sem efeito<sup>59</sup>. A justificativa de corrupção para a cassação de seus direitos políticos é inclusive aceita pela imprensa, apesar de vista com ressalvas por outros grupos políticos. O documento de nome "Informe do Secretariado do Comitê Municipal" do PCB de São Paulo, em junho de 1966, diz sobre o tema:

<sup>59</sup> Segundo o documento “Cassação dos direitos políticos de AB”, de 28 de junho de 1966:

“- 06 Jun 66, em consequência da cassação dos direitos políticos do Sr. Adhemar de Barros, na cidade de José Bonifácio/SP, o Sr Lupércio Guimarães Correa, 1ª Suplente do Delegado em exercício, adepto que é do ex-governador, por volta das 22:00 horas, começou a manifestar-se, em público, contra a atitude tomada pelo Governo Federal, declarando-se comunista e chegando mesmo a dizer que, se quisessem, poderiam prendê-lo, mas que ninguém o demoveria de tal ideal. - Em Tupi Paulista, Sebastião Dias Braga (Presidente do ex-PSP) , Jorge Carneiro Campos Jr e Ivo Carneiro Campos, desfilaram pela avenida central da cidade, portando cartazes que diziam\*“AVANTE SÃO PAULO - BASTA DE DITADURAS”, “ABAIXO OS GORILAS”, “PAULISTAS! HONREMOS OS NOSSOS MORTOS DE 1932”, “VIVA O GOVERNADOR ADHEMAR DE BARROS”. - O Sr. Elídio Bráulio, Prefeito de Ocaçu/SP, sofreu crise de nervos com a notícia da cassação dos direitos políticos do Sr. Adhemar de Barros.” (ARQUIVO NACIONAL, 1966g, p. única).

Realmente, ninguém pode acreditar que o ex-governador tenha sido destituído porque era corrupto. A própria nota explicativa da Casa Civil da Presidência da República cinicamente deixa bem claro haver sido a cassação motivada porque Adhemar ameaçava o esquema político da ditadura com a derrota da candidatura Abreu Sodré em São Paulo e com outras medidas. Ou seja: o fato de ele ser corrupto não o impediu de ser o "esteio" da "Revolução", enquanto atendeu aos interesses da camarilha no Poder; só foi cassado, porque passou a ameaçar aqueles interesses (BRASIL NUNCA MAIS, 1966a, p. 341).

Por sua vez, o documento de nome "Resolução Política" do Comitê Central do PCB, de junho de 1966, é mais direto em relação ao governo: "Intervém no Estado de São Paulo, destituindo o governador Adhemar de Barros, que ultimamente vinha expressando os sentimentos de oposição de amplas forças à política do governo federal." (BRASIL NUNCA MAIS, 1966b, p. 888). Cada uma a sua maneira, ambas reconhece que o problema não seria a corrupção, e sim o fato de Adhemar de Barros adotar posições políticas contrárias ao governo federal, que determinou sua cassação, ainda que a nota municipal considere também as questões estaduais.

### **3.7 Razões para não ter acontecido**

Face ao exposto anteriormente, evidencia-se que Adhemar de Barros contava com alguns apoios políticos e militares tanto de setores nas Forças Armadas quanto da Força Pública. No entanto, o governador de São Paulo foi cassado, não houve maiores reações e a Revolta não aconteceu. Provavelmente, um dos motivos seria o conhecimento prévio da conspiração por parte dos órgãos de inteligência do governo por meio de documentos contendo menções, informações e depoimentos sobre a tentativa de revolta desde 1964. Isso mostra que o governo já estava observando a movimentação política do governador de São Paulo. Quando se considerou que Adhemar de Barros tinha passado dos limites, o governo Castelo Branco passou a agir com o objetivo de isolá-lo para posteriormente cassá-lo. Segundo Reali Jr. (2007), partindo de uma entrevista realizada com Roberto Campos, o motivo determinante foi quando Adhemar ameaçou a política econômica do governo. O possível projeto econômico da Revolta foi o ponto determinante para o regime. Como resultado, o governo passou a fazer o diálogo direto entre os empresários paulistas com o ministro do Interior e o ministro da Indústria e do Comércio, sem intermédio do governador (LOVATO, 2014). Essa ação procurava cortar relações dos grupos econômico com o

governador de São Paulo em relação à articulação, o que se prolongou até os últimos momentos de Adhemar de Barros no poder.

Antes de promulgar a cassação, sabendo que Adhemar conspirava contra o Governo Federal, o Conselho de Segurança havia tomado suas precauções. O comando da Força Pública estava sob o controle do Exército, e o II Exército estava fechado com o governo federal. Se quisesse resistir, Adhemar contaria somente com poucos batalhões da Força Pública e não seria fácil mobilizar a população (CANNABRAVA FILHO, 2004, p. 225).

Um segundo motivo foi no momento em que a Revolta estourou de fato, e ocorreu a movimentação de algumas tropas. Adhemar de Barros desapareceu, ruindo a articulação, na medida em que ele era a expressão maior de um novo Bloco Hegemônico. O episódio começou a se desenrolar a partir de um churrasco na fazenda Chambá, de Assis Chateaubriand, onde se encontrava o general Justino Alves Bastos, comandante do III Exército. Ao final do evento, o próprio Assis Chateaubriand sugeriu que o general pronunciasse algumas palavras, e seu discurso foi extremamente duro contra o regime<sup>60</sup>, e isso teria sido o estopim da Revolta. Tudo indica que o discurso foi a senha para o deslocamento de tropas do III Exército para São Paulo e para o movimento de algumas tropas do II Exército.

A despeito desses inconvenientes, contudo, a estratégia militar previa a movimentação de tropas da Força Pública e do Exército pelo Vale do Paraíba; inclusive chegando a acontecer a movimentação de algumas unidades com esse objetivo, porém, a iniciativa da programada rebelião seria abortada pela ausência de seu maior expoente civil com efetivo poder bélico, o governado Adhemar de Barros (CUNHA, 2014, p. 51).

Esse movimento de tropas indica que, mesmo com os problemas discutidos anteriormente acerca do poder militar da Revolta, havia efetivos militares em sintonia com a articulação. O resultado seria imprevisível, apesar de as tropas não estarem totalmente isoladas e serem capazes de partir para um conflito, em que as decisões tomadas seriam determinantes para o avanço ou retrocesso da Revolta. Entre muitas debilidades de organização, uma série de imprevistos acabou por falhar com a tentativa, entre eles, o desaparecimento do governador paulista:

---

<sup>60</sup> O pobre nunca foi tão pobre depois que inventaram esse plano de recuperação econômica, feito pelo talentoso mato-grossense Roberto Campo, mas que só tem feito todo mundo reclamar das dificuldades. Concluo com um apelo especial à imprensa no sentido de que lute para que a trajetória do Brasil não seja interrompida e não seja principalmente uma trajetória no sentido contrário, que, depois de nos afastar do perigo da esquerda, incline-se para os perigos da direita, para a ditadura, para o domínio de uma pessoa sobre as demais, para o domínio das piores ideias sobre as melhores. Entendam-me como quiserem, mas esta é a linguagem franca que nunca saberei deixar de usar. Antes perderei a fala, antes me transformarei em surdo-mudo, mas não sei falar o que não seja a verdade (MORAIS, 2011, p. 569).

[...] Adhemar de Barros havia desaparecido do Palácio Campos Elíseos, sede do governo, quando chegaram lá o ex-brigadeiro Francisco Teixeira, Edmundo Moniz e Wilson Fadul. E Krueel, logo depois, comunicou a Wilson Fadul, com quem se articulava, não ter condições de efetivar a nomeação do general Euryale de Jesus Zerbini comandante dos batalhões em Caçapava, Quitaúna, e da divisionária de Lorena, para controlar todo o Vale do Paraíba, conforme planejado, porquanto não tinha todo o controle do II Exército. Uma parte obedecia ao general Costa e Silva (BANDEIRA, 2010, p. 363-364).

Sem a presença de sua principal liderança, as tropas ficaram sem um comando e sem ação, enquanto se perdia o controle da ação. Ao mesmo tempo, outros atores políticos ficaram sem saber como reagir diante do acontecimento. Por fim, a pronta reação por parte do governo, que já vinha observando as movimentações políticas da Revolta.

Ibanor Tartarotti, diretor dos Associados no Rio Grande do Sul, pegou a fita onde mandara gravar a fala do general e, consciente do teor explosivo do projétil que tinha em mãos, encarregou um repórter de levar a gravação até a Rádio Farroupilha, em Porto Alegre, para ser distribuída entre os demais veículos Associados. Logo após a partida do carro de reportagem, decolou da fazenda Chambá um helicóptero que tinha transportado para o churrasco alguns oficiais da Aeronáutica. Minutos depois, o aparelho pousava no meio da estrada que levava a Porto Alegre, interrompendo a passagem do veículo Associado. De dentro da aeronave, desceu um oficial, que se identificou como “coronel Assis, do Centro de Informações da Aeronáutica”, prendeu o jornalista e confiscou a fita, que antes do dia terminar já estava nas mãos do presidente Castelo Branco, em Brasília (MORAIS, 2011, p. 569).

A consequência foi a exoneração de general Justino de Alves Bastos do comando do III Exército. Face à sua participação, o general Amaury Krueel, outro ator político, perdeu a confiança do governo. Mas o grande problema foi o desaparecimento da principal liderança do movimento, o que deixou a articulação sem ação principalmente quando houve o movimento de tropas. Isso também coloca em dúvida se as tentativas de mobilização no aniversário de dois anos do golpe de 64 possa ter ligação com uma ação da qual Adhemar também desapareceu em um momento-chave. Evidenciou-se, também, que não havia uma seriedade por parte do governador paulista em relação à conspiração, e uma das dificuldades em formar uma base social da Revolta era que sua figura política não inspirava confiança, como relatado por Marco Antonio Coelho.

Rubens Paiva começou a me apresentar a personalidades de inegável prestígio em São Paulo. Certa vez me levou a uma reunião em casa de Pedro Paulo Popovic, para conversar com Fernando Henrique Cardoso, que estava de passagem, pois trabalhava na Cepal, no Chile. Naquela troca de opiniões, FHC discordou de uma opinião que expressei no sentido de que deveríamos tentar aproveitar as divergências entre Ademar de Barros e os governantes de Brasília. Os fatos posteriores demonstraram meu equívoco (COELHO, 2000, p. 297-298).

Além de Fernando Henrique Cardoso, isso explicaria porque outros atores políticos procurados não quiseram se relacionar com a articulação, como o vice-presidente Alkimim e o marechal Lott. E mesmo que os primeiros encontros do governador de São Paulo com os participantes da revolta tenham sido sérios, na prática se mostrou o contrário, pois houve situações em que toda a articulação foi colocada em dúvida<sup>61</sup>. No decorrer da Revolta, várias situações fora do convencional ocorreram, como relata o coronel Hélio Anísio em um caso:

[...] quando o marechal foi para São Paulo com o brigadeiro Teixeira e com o brigadeiro Lincoln; o brigadeiro Teixeira sabia qual era o hotel que eu estava, eles me avisaram e eu fui encontrar com eles. O marechal Hall me disse: -Vamos para uma churrascaria. Eu disse: - Marechal, eu estou aqui clandestino e a gente vai aparecer aqui nós quatro aqui, numa churrascaria. Que clandestinidade é essa? Ele disse: - Ah! Você tem razão (ANÍSIO, 2002).

O problema relatado pelo coronel não é algo novo, vide quando chamaram uma tropa para bater continência a ele e na ocasião do encontro com o vice-presidente que não aconteceu, em que ele originalmente iria de avião até o local embora estivesse na clandestinidade, demonstrando um grande problema de organização. A ideia de se encontrar em público com personagens clandestinos é algo ilógico e não há nada que justifique. O coronel Sylvestre, durante a entrevista, sustenta que a falta de seriedade do governador, em especial o caso dos estilungues, fez com que ele rapidamente deixasse a conspiração e não participasse mais dela (SYLVESTRE, 2017). Segundo brigadeiro Teixeira, esses problemas criavam dificuldades na articulação.

Uma vez fomos a São Paulo [...] com [...] o Marcello Alencar [...], muito chegado ao nosso grupo político, militar em si, mas sobretudo civil, e entrou muito nessa conspiração para tratar de um assunto qualquer com o Adhemar, e ele estava na casa da amante dele, a Bechimol. Então fomos lá, e ele estava com um *robe de chambre*, aberto, aparecendo a barriga, [...] então ela chegou e disse: “Ah, não quero meu amorzinho assim nu...” E sentou no colo dele! Era uma dessas coisas! Eu sei o que disse ao Marcelo: “Conspirar com essa gente é impossível!” (TEIXEIRA, 1982, p. 277).

A falta de seriedade dele, porém, pode indicar algo mais. Um documento de nome “IPM do CGT-PUA-CPOS-CNTI”, do início de 1966, traz uma conclusão sobre Adhemar de Barros e demonstra que ele não possuía apoio militar o suficiente:

---

<sup>61</sup> O coronel Sylvestre relata o seguinte boato: “[...] um comandante da Guarda Civil, era o Saldanha da Gama, era o comandante ligado aos militares né, e um dia ele enche o porta mala do carro dele, dentro do comando da Guarda, de madrugada, põe no comando, põe aquelas malas cheias de não sei o quê e vai para o aeroporto de Congonhas, põe no avião particular e o avião sumiu. Disseram que lá era só dinheiro para a revolução do Adhemar, mas isso ninguém nunca mais se falou. Mas foi boato, não se comprovou o fato” (SYLVESTRE, 2017).

O Adhemar durante o Carnaval, no Rio, manteve inúmeros contatos, na sua obstinação de formar uma frente nacional que venha se antepor ao Castelo e influir na sucessão presidencial. O Governador paulista tem tentado o estabelecimento de um esquema político, mas, até agora, sem êxito. Os círculos oposicionistas tem alegado que só será possível uma ação concreta a longo prazo. Essa dedução não serve ao Sr. Adhemar de Barros, que conclui que só a solução imediata poderá lhe servir. Tem exteriorizado que São Paulo, entretanto, não esta em condições de repetir a Revolução de 1932, porque poderia ficar isolado do resto do Brasil. Seu plano seria... ajudar... outras frentes... O Governador está, pois, agora, na dependência do surgimento de crises na arena do Governo, ou que haja o rompimento definitivo entre Castelo e o Costa e Silva, para melhor se situar (CPDOC, 1964-69, p. 140).

O documento revela que ele não conseguia estabelecer um esquema político para a conspiração, além da falta de preparo por parte das forças a serem utilizadas na Revolta. Outro ponto levantado é que Adhemar estava agindo mais em interesse próprio, vide a pressa em articular um movimento sem nenhuma base social forte. Isso se confirma com a informação de uma carta enviada a João Goulart em 31 de Maio de 1966, sem assinatura. O autor diz:

O Adhemar havia marcado para o dia 20 de maio a data da deflagração, e os companheiros sustentavam que se não fosse esse dia, poderia ser 26 de maio, data da convenção nacional da ARENA. Não houve o irrompimento e o Adhemar, justificou as suas dificuldades alegando falta de entrosamento. Agora, novo prazo foi marcado, em principio, isto é - de 3 a 5 de julho, época em que o general Costa e Silva deverá deixar o Ministério da Guerra. Argumento os seus amigos que Adhemar não pode deflagra por falta de motivo emocional que sensibilizasse o povo paulista. Não contava, até agora, não apenas com referência ao general Amaury Krueel, mas dos Comandantes das Unidades do Exército em São Paulo - Quintauna, Caçapava, Jundiaí e Santos, os quais são homens da irrestrita confiança do marechal Castelo Branco. Além disso, receia, também, o front interno do Estado, nas pessoas do ex-presidente Jânio Quadros e do Prefeito Faria Lima. Estas eram as considerações que se faziam no último fim de semana, nas nossas rodas, em relação ao Governador paulista (CPDOC, 1964-69, p. 159).

Outro problema foi a falta de uma data para ser deflagrada a Revolta. A mudança constante da data em que ocorreria a Revolta dificultava ainda mais a articulação. Ademais, encontrar uma justificativa para sensibilizar o povo ficava cada vez complicado devido aos vários recuos na hora de deflagrar a ação. Outra carta enviada a João Goulart, em 25 de maio de 1966, relata que houve um recuo em um discurso crítico por parte do governador de São Paulo.

O Adhemar neste último fim de semana, trocou ideias em torno das comemorações do 34º aniversário do movimento constitucionalista de São Paulo, quando pretendia realizar um grande comício. Far-se-iam, então, pronunciamentos alusivos àquele episódio com reflexos à situação vigente no país. Articulações nesse sentido foram iniciadas junto aos setores de trabalhadores, estudantes, intelectuais, etc. Na segunda-feira, dia 23, o marechal Odílio Denis, foi a São Paulo, conversar com o Adhemar e com o general Krueel, desaconselhando aquela iniciativa. A realização do

comício poderia dar ao marechal Castelo Branco as justificativas para novos atos contra o comandante do II Exército e criar dificuldades naquele estado. Diante dessa situação, o Adhemar e o Krueel resolveram reformular a programação, estabelecendo, então, a fala do Governador através de uma cadeia de rádio e televisão (CPDOC, 1964-69, p. 154).

Os constantes recuos de um discurso crítico da parte de Adhemar dificultava a criação de uma comoção no povo, ao mesmo tempo em que indicava que ele não estava se preparando politicamente para assumir uma posição à frente de uma revolta, o que confirma ainda mais que ele visava a sua própria sobrevivência política. Isso contribuiu para dificultar a elaboração de um projeto hegemônico. Segundo o coronel Hélio Anísio, a conclusão dele foi de que era uma pressão por parte do governador em relação ao governo federal.

Eu apenas sei que eu não sou do exército, eu era da Aeronáutica, quer dizer, pela minha avaliação eu não achava que a força pública tinha capacidade de derrotar todo o exército do Vale do Paraíba; não tinha. Então era manobra mais de pressão, foi a conclusão que eu cheguei. [...]. Eu percebi que foi uma manobra dele para pressionar o Castelo para conseguir objetivos econômico-financeiros (ANÍSIO, 2002).

O coronel Vicente Sylvestre compartilha a ideia de uma chantagem por parte de Adhemar de Barros.

Ficou muito na cúpula. Ficou naquela reunião. Ele tava querendo enfrentar o golpe, os militares. Mas depois ele viu que não tinha condições, aí ele desaparece. [...] Era um chantagista, isso é o que ele era, um chantagista. Que ele estava fazendo chantagem com o governo. “Eu tenho 120 mil homens armados! Eu vou derrubar vocês!”, então aí quando ele fazia ameaças, e as ameaças começam a cair por terra, ele é cassado e não foi preso, ele fugiu né, sumiu (SYLVESTRE, 2017).

As conclusões semelhantes sobre Adhemar de Barros de dois membros do PCB - do coronel Hélio Anísio, ligado ao setor político da revolta, e do coronel Vicente Sylvestre, ambos ligado ao setor militar do partido - mostra que havia falta de comunicação e de articulação dos membros do partido nessa fase inicial. Mesmo sendo membros do ANTIMIL não houve contato entre eles, sugerindo que a articulação maior do PCB estava relacionada ao setor militar do Rio de Janeiro.

Ao contrário: muitos se decepcionaram com a desistência de Adhemar diante de sua cassação. O brigadeiro Teixeira chama a atenção que “O Krueel não acreditava no Adhemar, mas estava disposto a participar se houvesse seriedade.” (TEIXEIRA, 1992, p. 278). Quem também se frustrou foi o general Zerbini e parte do secretariado do próprio Adhemar de Barros, que ainda estava disposta a resistir, bem como o padre Baleeiro.

Frustrou a esperança do general Euryale de Jesus Zerbini e dos demais conjurados. O padre Januário Baleeiro, seu secretário de Educação e um dos articuladores do complô contra o governo militar, disse-lhe, indignado: “Você tem fama de ladrão;

agora passa a ter fama de poltrão”. E o ex-prefeito de São Paulo (1965-1957), Vladimir de Toledo Piza disse para o general Zerbini: “General, estamos perdendo tempo. Vamos embora. Ladrão não briga. Ladrão divide” (BANDEIRA, 2010, p. 365).

Um terceiro motivo também pode ser considerado: não haveria apoio militar suficiente para a revolta. Um problema com a Relação de Forças. Como discutido anteriormente, havia vários problemas em âmbito militar na Revolta, tais como os vários documentos que citam a aquisição de armamentos que não foram vistos na prática, o paiol da Guarda Civil que só foi mencionado em uma reunião, o tambor do revolver caindo ao ser pego, os estilingues para lançar granadas. Mas os problemas não paravam por aí, segundo um boletim reservado do DEOPS da Guanabara, de 2/02/1966:

Ao tomar conhecimento antecipado de que o discurso do Sr. Ademar de Barros seria contrário ao Governo Federal, os militares do Exército e da Aeronáutica presentes no almoço oferecido aos jornalistas, no dia 25 último, em São Paulo, abandonaram o recinto. O fato foi considerado como indício de que o Governador paulista não tem o apoio militar que insinua em seus pronunciamentos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1966a, p. 1).

A falta de apoio dos militares no almoço oferecido pelo governador era um indicativo de que ele não dispunha do apoio militar que dizia ter. O próprio acontecimento era algo que prejudicaria na busca de apoios políticos. O coronel Helio Anísio considera o problema no poder militar o fator fundamental, mas por outro viés. Segundo ele, não havia a ampliação dos planos militares: “Eles não criaram, eles ficaram força pública; e eu, eu fiquei como assessor deles, os planos eram deles e eu como assessor, e não fizeram grandes revelações de ampliação que tinham forças do exército comprometidas ou não com o problema. Até por questão de segurança.” (ANÍSIO, 2002). Outro ponto que ele levanta é o poder material do exército.

A força pública era maior do que o 2º Exército, mas o 2º Exército tinha um equipamento militar pesado que a força pública não tinha; a força pública não passava de metralhadoras, metralhadoras pesadas, mas não tinham tanques, tinham carros antimotim, mas não tinham tanques e não tinham canhão (ANÍSIO, 2002).

Ao que tudo indica, não havia planos de combates definidos nem material bélico poderoso, o que coloca ainda mais em dúvida o destino dos armamentos mencionados pelas fontes. Sem um plano de contingência e um preparo material, ficaria difícil um combate contra as forças do governo. Havia ainda um problema no terceiro momento da Relação de Forças, em seus dois graus. Não havia condições bélicas nem condições político-militares em caso de conflito, o que reforça ainda mais a hipótese de blefe por parte de Adhemar de Barros.

Um último fator foi o fato consumado da cassação do governador de São Paulo. Com o expurgo de sua principal liderança política, que dispunha do controle hegemônico, o movimento conspirador teria perdido o elemento central que o organizava, considerado pelo brigadeiro Teixeira como a principal causa do insucesso da Revolta. Célia Costa Cardoso também considera esse o fator principal.

Na verdade, o principal motivo do fracasso da organização dessa conspiração ou contragolpe, assumido abertamente pelo brigadeiro Francisco Teixeira, foi a cassação do mandato de Adhemar de Barros, em julho de 1966. Após a cassação do mandato do governador paulista e a proibição de exercer atividades políticas por dez anos, Adhemar partiu para o exílio, vindo a falecer em março de 1969 (CARDOSO, 2014b, p. 82).

Por fim, vale citar uma menção curiosa feita durante o depoimento de Severiano Domingues de Barros, que diz ter tido conhecimento da tentativa de Revolta.

O senhor diz em seu depoimento que havia sido informado de um movimento em formação para a derrubada do atual governo e que eclodiria a primeiro de maio do corrente ano, com o discurso do Sr. Ademar de Barros, governador do Estado de São Paulo, Pergunto: o senhor informou ao Setor de Segurança ou qualquer órgão da EFCB que o movimento teria início em São Paulo com o discurso a ser proferido pelo governador desse estado? Respondeu que sendo um movimento para eleições livres com o povo, não viu o depoente qualquer perigo nesse movimento democrata (BRASIL NUNCA MAIS, 1966d, p. 167).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma leitura de Gramsci, o movimento da “Revolta que Não Houve” encaixa-se no contexto de uma Crise de Hegemonia. Depois de uma disputa de projetos durante o governo João Goulart, em que as classes dominantes se tornaram vitoriosas, em seu projeto hegemônico e com a ascensão do governo Castelo Branco, ocorre em um segundo momento da Crise de Hegemonia, quando se disputam os projetos hegemônicos dos vários grupos que compõem a classe dominante, que se hegemônizou entre os grupos dos Moderados e dos Duros. Ao perceber que estavam perdendo espaço, vários atores políticos que apoiaram o golpe civil-militar romperam com o governo. Neste contexto, Adhemar de Barros igualmente percebe que estava perdendo espaço político e começa a manter contatos com grupos políticos descontentes, iniciando as primeiras articulações da Revolta. Porém, no início de 1966, ao constatar que seu projeto político não teria mais espaço e que havia a possibilidade de ele vir a ser cassado, Adhemar rompe com o governo que ajudou a consolidar.

Juntamente com outros grupos descontentes em relação ao governo Castelo Branco e grupos de oposição da esquerda nacionalista ligados ao PCB, com os quais ele vinha mantendo contato, passou a articular uma tentativa de contrarrevolta, colocando-se a si mesmo na liderança. A Revolta tinha possíveis articulações fortes em outros estados, como no Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. Havia, de fato, uma pluralidade nos participantes, em que cada um tinha objetivos políticos próprios que iam desde o descontentamento da política econômica do governo até terem seus projetos políticos abortados. No entanto, o retorno da legalidade democrática, das eleições diretas e da anistia geral foi o ponto mais recorrente no debate do objetivo político do movimento. Ao que tudo indica, essa conspiração ficou restrita ao campo das discussões, e quando houve a tentativa de deflagrá-la Adhemar de Barros desapareceu do seu comando. Segundo vários participantes, embora o governador fosse a liderança do movimento, não haveria por parte dele um interesse em organizar de fato a contrarrevolta, na ideia de que “conspirava, ao mesmo tempo articulava para não ser cassado”.

Adhemar de Barros não estava interessado em articular uma tentativa de revolta, e sim, blefava para evitar que fosse cassado. Vários participantes da articulação, muitos dos quais mostravam disposição em participar da tentativa de contrarrevolta ao regime instalado,

delegaram a Adhemar de Barros o papel de liderança principal. Ele ocupou o papel de ator político principal do movimento que deveria liderar, ordenar ações e estar à frente do comando quando a Revolta estourasse. No entanto, ele não cumpriu o papel de liderança. Suas declarações, somadas ao desaparecimento no momento em que ocorreu o movimento de tropas do III Exército, confirmam que se tratava de um blefe para evitar sua cassação, o que explica também o problema de uma viabilidade militar e da falta de preparo efetivo militar. Ou seja, estava se articulando com atores políticos depósitos, visando sua própria sobrevivência política, mas sem estar bem preparado. Essa grande questão não anula outros fatores, como a falta de organização, o conhecimento do governo das articulações de Adhemar de Barros e o fato consumado de sua própria cassação. Todavia, o principal fator foi a falta de compromisso em relação ao movimento.

Por fim, em nenhum momento o problema foi fazer alianças com grupos distintos. De acordo com a conjuntura, grupos que antes eram adversários e em um dado momento estão descontentes podem se aliar contra um inimigo em comum nas circunstâncias. Num momento de crise, é necessário somar forças com os descontentes. Como evidenciado, muitos dos atores da Revolta estavam dispostos, mas sua principal liderança, não. A escolha de uma liderança para a ação a ser tomada, que esteja disposta a utilizar a hegemonia cedida, é algo que precisa ser plenamente analisado.

## REFERÊNCIAS

### Documentos e Arquivos

Arquivo Nacional. SIAN. **Apreensão de armas na 9ª RM.** Rio de Janeiro, 1965a, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_055\_0222.

Arquivo Nacional. SIAN. **Aproveitamento de elementos cassados pelo PCB.** Rio de Janeiro, 1966a, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_054\_0141.

Arquivo Nacional. SIAN. **Armamento recolhido em propriedade da família do Governador Adhemar de Barros.** Rio de Janeiro, 1966b, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059\_0064.

Arquivo Nacional. SIAN. **Armas para São Paulo.** Rio de Janeiro, 1966c, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_079\_0113.

Arquivo Nacional. SIAN. **Atividades do Governador Adhemar de Barros.** Rio de Janeiro, 1966d, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059\_0172.

Arquivo Nacional. SIAN. **Atividades políticas na área de São Paulo.** Rio de Janeiro, 1966e, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_040\_0177.

Arquivo Nacional. SIAN. **Atividades Subversiva.** Rio de Janeiro, 1966f, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059A\_0190.

Arquivo Nacional. SIAN. **Atividades Subversiva.** Rio de Janeiro, 1965b, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_015\_016.

Arquivo Nacional. SIAN. **Cassação dos direitos políticos de AB.** Rio de Janeiro, 1966g, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_028\_0253.

Arquivo Nacional. SIAN. **Contra-informações do Partido Comunista.** Rio de Janeiro, 1965c, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_051\_0137.

Arquivo Nacional. SIAN. **Fabrica clandestina de armamentos em São Paulo.** Rio de Janeiro, 1966h, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_049A\_0127.

Arquivo Nacional. SIAN. **Gen. Amaury Krueel.** Rio de Janeiro, 1966i, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_049A\_0147.

Arquivo Nacional. SIAN. **Ligações de João Goulart.** Rio de Janeiro, 1966j, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059A\_0214.

Arquivo Nacional. SIAN. **Movimento contra revolucionário.** Rio de Janeiro, 1966k, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_040\_0234.

Arquivo Nacional. SIAN. **Passeata na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro, 1966l, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059B\_0052.

Arquivo Nacional. SIAN. **Reunião com Almirantes**. Rio de Janeiro, 1965d, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059A\_0114.

Arquivo Nacional. SIAN. **Reunião Suspeita**. Rio de Janeiro, 1966m, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059A\_0242.

Arquivo Nacional. SIAN. **Subversão**. Rio de Janeiro, 1966n, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_044A\_0112.

Arquivo Nacional. SIAN. **Subversão/Corrupção**. Rio de Janeiro, 1966o, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_044A\_0112.

Arquivo Nacional. SIAN. **Transmissão de comando do 4º B.P.**. Rio de Janeiro, 1966p, BR\_AN\_BSB\_VAZ\_039A\_0055.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Diário Popular**: Kruehl: prefiro o diálogo franco ao monólogo noturno do totalitarismo. São Paulo, 1966a, 20-C-11-700.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Informação Reservada**. São Paulo, 1964, 20-F-1-1798.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Informação CENIMAR**. São Paulo, 1966b, 50-Z-9-2443.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Informação nº 043/00-4**. São Paulo, 1966c, 30-C-23-105.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **O caso em Goiás**. São Paulo, 1966d, 50-Z-693-297.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1967a, 30-C-23-55.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1967b, 30-C-23-56.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. BR nº 13 de 28/01/66. **DEOPS, BR14**. Rio de Janeiro, 1966a.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DOPS, notação 113. **Informe nº SP/009**. Rio de Janeiro, 1966b.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DOPS, notação 113. **Informe nº SP/008**. Rio de Janeiro, 1966c.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Cópia de Depoimento**. São Paulo, 1965a, BNM\_279.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Informe do secretariado do Comitê Municipal**. São Paulo, 1966a, BNM\_604.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Resolução Política**. São Paulo, 1966b, BNM\_512.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1965b, BNM\_279.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1965c, BNM\_279.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1964, BNM\_023.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1966c, BNM\_501.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Termo de perguntas ao indiciado**. São Paulo, 1973, BNM\_701.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **Termo de Perguntas ao Indiciado**. São Paulo, 1966d, BNM\_316.

Brasil Nunca Mais. Acervo BNM Digital. **União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neo-colonialista**. São Paulo, 1966e, BNM\_666.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/ Faculdade Getúlio Vargas. **JG e 1964.04.09**. 1964-1969. 198 p.

Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório volume 1**, Brasília, 2014a. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2015.

Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório volume 2**, Brasília, 2014b. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Diário do Congresso Nacional. **Expediente**. Domingo 12 de Abril de 1964, p. 93-124.

## **Entrevistas**

ANÍSIO, Hélio. **Entrevista**. Entrevistador: Paulo Ribeiro da Cunha. Rio de Janeiro: 2002. Material não publicado.

SYLVESTRE, Vicente. **Entrevista**. Entrevistadores: Carlos Henrique dos Santos Ruiz e Felipe Ramos Garcia. São Paulo, 2017. Material não publicado.

TEIXEIRA, Francisco. **Francisco Teixeira** (depoimento, 1983/1984). Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 351 p. dat.

### **Livros e Revistas**

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BENI, Mario. **Adhemar**. 1. ed. São Paulo: Grafikor, [197-].

BORGES, Mauro. **O golpe em Goiás: história de uma grande traição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CANNABRAVA FILHO, Paulo. **Adhemar de Barros: trajetória e realizações**. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.

CARDOSO, Célia Costa. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas Memórias de Militares e Civis (Brasil: 1964-68). **PERSEU: história, memória e política**, v. 8, p.71-p. 88, 2014b. Especial.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)**. São Cristovão - SE: Editora UFS, 2014a.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. Ibitinga – SP: Humanidade, 1991.

CHIRIO, Maud. Tradução André Telles. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Herança de um Sonho: as memórias de um comunista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Adhemar de Barros: práticas e tensões políticas no poder**. São Paulo: EDUC, 2009.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militâncias: uma relação dialeticamente conflituosa**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da; PUA, S. ; LIMA, R. M. ; GUERRA, I. ; CASSADOS, M. . **Um Militar Exemplar**. Revista de História da Biblioteca Nacional , v. 10, p. 26-29, 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela Maria de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luis Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. **Cadernos do Cárcere, volume 3**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Apresentação Luis Werneck Vianna. **Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general em casa**: histórias da resistência civil à ditadura. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

LOVATO, Amilton. **Adhemar**: fé em deus e pé na tábua. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. São Paulo: Xamã, 2004.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

PORTELLI, Hugues. Tradução Angelina Peralva. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

REALI JÚNIOR, Elpídio. **Realí Jr.: As Margens do Senna** – Depoimento a Gianni Carta. 1. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global, 1982.

SILVA, Hélio; colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. **1964: golpe ou contragolpe?** 4. ed. Porto Alegre – RS: L&PM, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. Tradução Berilo Vargas. **Brasil: de Getulio a Castelo, 1930-64**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. Tradução Mario Salviano Silva. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOLNIK, Alex. **O cofre do Adhemar: e os outros segredos da luta armada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

SYLVESTRE, Vicente. **Guarda Civil de São Paulo: sua história**. 1. ed. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1985.

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver: memórias de um repórter**. 1. reimpressão. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.